

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
Programa de Pós-Graduação – Conhecimento e Inclusão Social em Educação

Reinaldo Pereira da Silva

**OS MODOS DA PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE DE HOMENS NA
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER – ESTUDO DE CASO SOBRE A
EXPERIÊNCIA DO PROJETO DIALOGAR EM BELO HORIZONTE**

Belo Horizonte

2018

Reinaldo Pereira da Silva

**OS MODOS DA PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE DE HOMENS NA
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER – ESTUDO DE CASO SOBRE A
EXPERIÊNCIA DO PROJETO DIALOGAR EM BELO HORIZONTE**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação: Conhecimento e Inclusão Social em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Adla Betsaida Martins Teixeira

Belo Horizonte

2018

S586m

T

Silva, Reinaldo Pereira da, 1975-

Os modos da produção de subjetividade de homens na violência contra a mulher [manuscrito] : estudo de caso sobre a experiência do projet Dialogar em Belo Horizonte / Reinaldo Pereira da Silva. - Belo Horizonte, 2018.

181 f., enc, .

Dissertação - (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

Orientadora: Adla Betsaida Martins Teixeira.

Bibliografia: f. 139-147.

Anexos: f. 148-181.

1. Educação -- Teses. 2. Violência contra a mulher -- Teses. 3. Violência conjugal -- Teses. 4. Violência familiar -- Teses. 5. Violência -- Relações de gênero -- Teses. 6. Masculinidade -- Teses. 7. Subjetividade -- Teses.

I. Título. II. Teixeira, Adla Betsaida Martins. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

CDD- 362.8292

Catálogo da Fonte* : Biblioteca da FaE/UFMG

Bibliotecário†: Ivanir Fernandes Leandro CRB: MG-002576/O

Atenção: É proibida a alteração no conteúdo, na forma e na diagramação gráfica da ficha catalográfica‡.

* Ficha catalográfica elaborada com base nas informações fornecidas pelo autor, sem a presença do trabalho físico completo. A

veracidade e correção das informações é de inteira responsabilidade do autor, conforme Art. 299, do Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940 - "Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou **fazer inserir declaração falsa** ou diversa da que devia ser escrita..."

† Conforme resolução do Conselho Federal de Biblioteconomia nº 184 de 29 de setembro de 2017, Art. 3º – "**É obrigatório** que conste o número de registro no CRB do bibliotecário abaixo das fichas catalográficas de publicações de quaisquer natureza e trabalhos acadêmicos".

‡ Conforme Art. 297, do Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940: "Falsificar, no todo ou em parte, documento público, ou **alterar** documento público verdadeiro..."

Nome: Reinaldo Pereira da Silva

Título: Os modos da produção de subjetividade de homens na violência contra a mulher – Estudo de caso sobre a experiência do projeto Dialogar em Belo Horizonte.

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação: Conhecimento e Inclusão Social em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovado em: ____/____/____.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Adla Betsaida Martins Teixeira – UFMG
(Orientadora)

Prof. Dr. Rogério Cunha Campos (Examinador Interno)
Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Prof. Dr.^a Regina de Paula Medeiros (Examinadora Externa)
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC

Prof.^a Dr.^a Maria José Batista Pinto Flores (Suplente Interna)
Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Prof. Dr. Marcel de Almeida Freitas (Suplente Externo)
Centro Federal de Educação Tecnológico de Minas Gerais

Belo Horizonte

2018

A todos que praticam a liberdade.

Agradecimentos

Gostaria de deixar claro quais são os meus amigos e minhas amigas no pensamento e na vida, a quem quero agradecer:

Agradeço a minha família que sempre esteve ao meu lado em todos os momentos da minha vida. Ela jamais me deixou ficar apenas lastimando, mas me deram forças para seguir em frente. À minha mãe, Ephigênia, pela batalha da vida; minhas irmãs, Rosângela, Rosália e Rosane, e meu sobrinho Fernando.

A Adla, orientadora firme e paciente.

Aos participantes da pesquisa, que foram fundamentais para este estudo.

Ao amigo e professor Humberto pela colaboração generosa e inventiva na escrita. Homem admirável de rigor, vigor e disposição impressionantes e que atença combates na afirmação da vida. À sua esposa, Cecília, que me ajudou nos últimos momentos deste trabalho.

Ao amigo Jefferson pelas conversas e trabalho juntos nas inquietações do hoje. À Bruna e Vânia pelo apoio.

À Ellen pelas fundamentais conversas na prática da liberdade.

Aos colegas da FaE, Camila, Kelly, Juliano Thatiana, Marcel, Tiago, e Áquila pela compreensão, pela amizade, nas trocas e apoio, pelo rico material que existe ali.

Ao Helder pela sua generosidade, pessoa sempre disposta a ajudar. Me socorreu em todos os momentos.

Agradeço ao casal Sabrina e Ricardo pela presença sempre constante na minha vida.

Agradeço a Angélica, amiga estrelar, presença tão carinhosa e ousada na minha vida.

Agradeço a minha amiga estrelar Érica, essa vida tão nova e já tão intensa, pelas preciosas orientações iniciais que foram definitivas no caminho percorrido.

À Nilse pela caminhada juntos nos textos, séries, filmes e artigos.

Agradeço a todos aqueles pensadores que passaram e os que estão neste mundo e puderam fazer e ainda fazem ressonar algo diferente da mesmice deste mundo e do assujeitamento a tudo aquilo que apequena a vida.

Agradeço muito especialmente à Juliana, vida intensa e forte; pelo amor demais que me acometeu; pela paixão. Desde o início me ajudou a pensar e a concretizar esta pesquisa, pela força incondicional e pelos momentos de descontração que puderam me trazer mais forças, pelas ideias que sempre oxigeniza com verdadeira saúde a minha vida.

E a outras tantas pessoas que não estão nomeadas aqui.

“O que nos força a pensar é o signo. O signo é objeto de um encontro; mas é precisamente a contingência do encontro que garante a necessidade daquilo que ele faz pensar. O ato de pensar não decorre de uma simples possibilidade natural; ele é, ao contrário, a única criação verdadeira. A criação é a gênese do ato de pensar no próprio pensamento. ”

Gilles Deleuze

Resumo

A presente dissertação visou estudar os modos da produção de subjetividade de homens, na violência contra a mulher, participantes das oficinas no Núcleo de Facilitação ao Diálogo da Polícia Civil de Minas Gerais (Dialogar) na cidade de Belo Horizonte, no ano de 2013. Dois métodos de análise qualitativa, que estavam em constante diálogo, foram adotados nesse estudo de caso: o método teórico, que incluiu fichas de inscrições e questionários produzidos pelo Dialogar; e uma pesquisa de campo com os homens selecionados dentre os que participaram das oficinas nesse período. Nessa pesquisa de campo, foram utilizadas entrevistas cartográficas, com o objetivo de recolher a produção de subjetividades desses homens através de suas narrativas, experiências e vivências. O suporte teórico contou com as contribuições de Deleuze e Guattari (1992, 1995, 2010), Foucault (1999, 2011), Bion (1965, 1970, 2004), Safioti (2004), Bluter (2010). A análise dos resultados da pesquisa considerou significativa a participação desses homens no Dialogar. Acreditamos, ainda, que a presente pesquisa trará contribuições à produção de conhecimento científico para o campo da educação.

Palavras-chave: Violência contra a mulher. Grupos reflexivos de gênero. Cartografia. Masculinidade. Produção de subjetividade.

Abstract

The present dissertation aims to study the ways of producing subjectivity of men in violence against women through the groups located within the Dialogar Facilitation Nucleus in the city of Belo Horizonte in the year 2013. The methodology adopted in this case study was through two methods of qualitative analysis that were in constant dialogue: a theoretical one, which were records of inscriptions and questionnaires produced by Dialogar; and field research with the selected men who participated in the workshops during this period, through cartographic interviews, to collect the production of subjectivities of these men through their narratives, experiences and experiences. The theoretical support included the contributions of Deleuze and Guattari (1992, 1992, 2010), Foucault (1999, 2011), Bion (1965, 1970, 2004), Safioti (2004) and Bluter (2010). The analysis of the results of the research considered significant the participation of these men in Dialogar of the Nucleus of Facilitation to the Dialogue of the Civil Police of Minas Gerais in the city of Belo Horizonte, we also believe that the present research will contribute to the production of scientific knowledge for the field of education .

Keywords: Violence against women. Reflective gender groups. Cartography. Masculinity. Productivity of subjectivity.

LISTA DE SIGLAS

CEPIA: Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação

DEAM-BH: Delegacia de Atendimento às Mulheres de Belo Horizonte

DEAMID: Divisão Especializada de Atendimento à Mulher, Idoso e Deficiente

Dialogar: Núcleo de Facilitação ao Diálogo da Polícia Civil de Minas Gerais

FaE: Faculdade de Educação

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

OEA: Organização dos Estados Americanos

ONG: Organização Não Governamental

ONU: Organização das Nações Unidas

PUC: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

REDS: Registro de Eventos de Defesa Social da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais

REVCM: Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher

TJMG: Tribunal de Justiça de Minas Gerais

UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. CONSTRUÇÃO DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	21
1.1. Os campos da pesquisa (Dialogar – Fontes documentais “orais e documentos produzidos”)	21
1.2. Os objetivos específicos	24
1.3. Os sujeitos da pesquisa	28
2. SUBJETIVAÇÃO, GÊNERO E VIOLÊNCIA: CONSTRUÇÃO DE UM REFERENCIAL TEÓRICO	31
2.1. Subjetivação e gênero	31
2.2. Masculinidade e violência	47
2.3. Coragem da verdade de Michel Foucault na produção de subjetividade	52
2.4. Os dispositivos de Michel Foucault como redes de subjetivação	56
3. CORPO FEMININO NAS DIMENSÕES DOS ESPAÇOS DO PROJETO DIALOGAR	59
3.1. As dimensões da violência e o corpo feminino	59

3.2. Grupos de enfrentamento à violência	72
3.3. Espaços educativos e o grupo Dialogar	85
4. AS EXPERIÊNCIAS E AS VIVÊNCIAS NAS NARRATIVAS DE VIDA	96
4.1. As experiências e as vivências no Dialogar	99
4.2. Dimensões da violência dos indivíduos através de suas narrativas	116
4.3. Projeto Dialogar: passos para a parrésia	127
4.4. Resultados	131
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	136
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	139
ANEXOS	148

INTRODUÇÃO

Este estudo objetivou compreender os modos da produção de subjetividade de homens, na violência contra a mulher, participantes das oficinas no Núcleo de Facilitação ao Diálogo da Polícia Civil de Minas Gerais (Dialogar) na cidade de Belo Horizonte no ano de 2013.

Assim, o Dialogar que inicialmente era um projeto piloto, foi criado por iniciativa da delegada chefe da Delegacia de Atendimento às Mulheres de Belo Horizonte (DEAM-BH) em 2010, para trabalhar em grupos reflexivos de gênero com mulheres e homens em situação de violência doméstica contra a mulher. No ano de 2014 o Projeto Dialogar passou a ser Núcleo de Facilitação ao Diálogo (Dialogar) e passou a integrar a Coordenação de Direitos Humanos da Polícia Civil, onde se desenvolvem oficinas com grupos reflexivos de gênero compulsórios, por determinação judicial, com profissionais da psicologia e do serviço social. A partir de junho de 2018 o Dialogar retornou para a estrutura da DEAM.

Esse projeto-piloto foi transformado em programa dessa instituição como objetivo de expandi-lo às demais DEAMs de Minas Gerais.

No ano de 2010, fui trabalhar na DEAM-BH como psicólogo responsável para organizar e coordenar os grupos reflexivos de gênero do Dialogar, entre outros afazeres organizava as temáticas a serem trabalhadas, o número de participantes por grupos, os dias e horários dos encontros e elaborava as atas desses encontros.

Implantamos o Dialogar com o objetivo de formar grupos reflexivos de gênero, compostos somente por homens ou por mulheres. Não tínhamos o objetivo de reatar casais, mas propor reflexões sobre a violência. Cada grupo tinha três coordenadores, uma assistente social, um psicólogo e uma psicóloga. Posteriormente, integraram a equipe de estagiários de serviço social, psicologia e direito que nos apoiavam com conhecimentos das leis e normas de conduta. Faziam parte também pessoas convidadas a falar sobre temas de interesse do grupo, como, por exemplo, comunicação não violenta, álcool e drogas, religiosidade.

Os grupos reflexivos compulsórios eram compostos por homens e mulheres encaminhados compulsoriamente pelas Varas de Violência Doméstica contra a Mulher da Comarca de Belo Horizonte, pertencente ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais, e que foram denunciados por violência contra a mulher na DEAM.

Com base na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, o Judiciário obrigava as pessoas autoras de violência contra a mulher a participarem de grupos educativos e de reabilitação. O Dialogar recebi homens e mulheres autores de qualquer tipo de violência contra a mulher.

Os grupos reflexivos eram formados por 10 (dez) homens ou 10 (dez) mulheres. Eram 12 encontros que aconteciam uma vez por semana. Os grupos eram fechados, ou seja, a partir do primeiro encontro, não entrava mais nenhuma pessoa. A frequência era obrigatória e deveria ser registrada e encaminhada à Justiça, juntamente com um relatório informando a participação do homem ou da mulher. Duas faltas consecutivas e quatro não consecutivas o participante era desligado.

As experiências proporcionadas no desenvolvimento das minhas atividades profissionais na Delegacia não somente contribuíram com os debates de variados temas, tais como a violência contra a mulher e as relações de gênero, mas também direcionaram meu interesse para assuntos como os direitos humanos, a questão da violência contra a mulher e os modos de produzir a subjetividade dentro dos grupos reflexivos de gênero.

A experiência no cotidiano do Dialogar apresentou-me os conflitos e as dificuldades que alguns homens tinham em lidar com situações que envolviam a mulher. Dessa forma, foi observado que questões de suas relações afetivas sempre despontavam aspectos que também estavam próximos de outros homens. Foi observado também que havia diferentes níveis de interesse de alguns homens em participar dos grupos para lidarem de outra maneira com as companheiras.

Foi a partir desse contexto da violência contra a mulher que surgiu o interesse pelo tema desta pesquisa, além do percurso da minha formação como psicólogo e atuando desde minha formação também na área da violência contra as mulheres.

Como profissional da segurança pública e da psicologia, atuando nas Delegacias com público alvo as crianças, adolescentes, idosos e mulheres, os contatos com as narrativas da violência contra as mulheres sempre fizeram parte do meu cotidiano de reflexão e angústia, salientando que essa violência estava presente também nos corpos dessas mulheres em muitos casos que atendi. Nesses contatos com as mulheres e também dos homens atendidos, sempre houve divergências quanto a responsabilidade do ato em si, pois muitas vezes o homem apresentava sua versão dizendo que a culpa era da mulher e que ele tinha razões

para tal ato. Algumas mulheres nunca aceitavam essas premissas ditas pelos homens e assim buscavam através de suas palavras forças para a mudança em suas vidas. Porém, algumas justificavam tal ato dos homens dizendo que eles tinham razão e que as crises conjugais e familiares eram somente coisas passageiras.

Foi nesse contexto como psicólogo, escutando os de homens e mulheres durante o meu trabalho em outras unidades policiais e depois no Núcleo de Facilitação ao Diálogo (Dialogar) da Polícia Civil de Minas Gerais, na cidade de Belo Horizonte, que surgiram alguns questionamentos sobre a construção de subjetividades dos homens quanto à violência contra as mulheres.

Assim, a relevância deste tema para a academia e seus reflexos na sociedade é proporcionar análises e debates dessas questões da violência contra a mulher, reconhecendo que, apesar da significativa produção sobre a temática da violência contra as mulheres em diferentes áreas do conhecimento, ainda faz-se necessário debatê-la na área da Educação, construindo novas pesquisas sobre esse tema.

A seguir apresento estudos no Brasil que exploram o tema de grupos reflexivos de enfrentamento a violência contra a mulher. Como produção acadêmica há poucos estudos, localizei na produção científica quatro estudos. Porém, não os cito. Irei descrevê-los, brevemente, abaixo. Entretanto, estes autores não serão referenciais para as questões postas neste estudo.

Paula Licursi Prates (2013) utiliza as construções teóricas de Bourdieu para estudar os grupos reflexivos de homens da cidade de São Paulo. Como o próprio título da tese diz “A pena que vale a pena: alcances e limites de grupos reflexivos para homens autores de violência contra a mulher”, a autora não deixa claro quanto ao aspecto educativo da pena ou se há aspecto educativo na punição da violência pela violência.

Roberto Amado (2014) faz uma análise da trajetória dos serviços de atendimento a homens autores de violência contra a mulher, porém não há uma abordagem da educação em sua pesquisa, nem uma análise da produção de subjetividade de homens que participam dos grupos reflexivos.

Milena Santos (2012) pesquisa os técnicos das instituições que trabalham com grupos reflexivos de homens, como forma indireta de chegar ou não a uma possível mudança subjetiva dos homens participantes dessas instituições por ela

pesquisadas. A abordagem utilizada pela autora é a da psicologia sociológica de Bernard Lahire e de Pierre Bourdieu.

Daniel Lima (2008) estuda os profissionais que atuaram em um Programa de Prevenção à Violência Doméstica e Familiar que formam grupos reflexivos de homens. A abordagem utilizada é a da área da saúde.

Amarthya Sen (2015) traça um panorama sobre a construção de identidade e sobre a violência nas sociedades modernas, abordando aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos como plataforma de desigualdades que acabam se manifestando em formas totalitárias de violência.

Refletindo as narrativas dos homens participantes do Dialogar, a obra de Leandro R. Pinheiro (2015) aborda as múltiplas faces dessas narrativas identitárias de homens e mulheres nas periferias dos grandes centros urbanos do país. Para ele, pensar essas narrativas passa pela reflexão sobre as práticas na periferia.

Essas representações de mundo, sentidos, subjetividades e vivências humanas são apresentadas no cotidiano do Dialogar na cidade de Belo Horizonte.

A partir desse contexto de relevância apontamos que o debate sobre a violência de homens contra as mulheres ocupa, nos dias atuais, uma agenda que incorpora vários canais de informação e que também impõe novas agendas no que concerne ao papel da mulher enquanto indivíduo de direitos sociais, e certamente os homens. Segundo Edson Passetti (2003), essa violência sempre foi silenciada, descaracterizada, quando seguia para o campo das penalizações e fazia parte de um repertório quase que “normal” dentro da sociedade.

A partir da década de 1960, com os avanços no mundo do trabalho, com a explosão dos novos meios de comunicação, que trouxeram novas abordagens nas relações sociais, econômicas, culturais e políticas, e com o avanço das ciências, as mulheres começaram a ocupar espaços para além do lar, modificando o cenário da sociedade, isto é, novos arranjos sociais e familiares foram surgindo através de demandas e lutas por reconhecimento. (NOGUEIRA, 2001).

Nos arranjos sociais, observa-se que as mulheres começaram a ocupar funções e cargos dentro das empresas, na política, esportes e educação. Dessa forma, outras configurações sociais começaram a mudar, pois as mulheres passaram a disputar espaços que antes eram ocupados somente por homens. No campo familiar, houve também imensas mudanças. Conforme apresenta Maria Cristina Aranha Bruschini:

De um lado, a intensidade e a constância do aumento da participação feminina no mercado de trabalho, que tem ocorrido desde a metade dos anos 1970, de outro, o elevado desemprego das mulheres e a má qualidade do trabalho feminino; de um lado a conquista de bons empregos, o acesso a carreiras e profissões de prestígio e a cargos de gerência e mesmo diretoria, por parte de mulheres escolarizadas, de outro, o predomínio do trabalho feminino em atividades precárias e informais. (BRUSCHINI, 2007. p. 538)

Citando alguns exemplos, podemos perceber que cada dia mais as mulheres ocupam espaços que outrora eram totalmente masculinos, como nas Forças Armadas, que hoje têm a participação das mulheres em seus quadros.

O papel social da mulher dentro da família também se modificou nesse contexto, sendo a mulher, em muitas famílias, a provedora, como chefe da família. Segundo pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), e realizada com base nos números Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), os lares chefiados por mulheres saltaram de 23% para 40% entre 1995 a 2015.

Observando-se esses avanços no contexto social das relações entre homens e mulheres, não se pode deixar de inferir que permanências e retrocessos também balizam esse contexto, pois a violência contra as mulheres ainda é um ato que persiste em todas as camadas sociais, que vão, em muitos casos, de pequenas agressões físicas e psicológicas até violências mais graves, chegando até ao óbito. Segundo o Atlas da Violência, no ano de 2016, 4.645 mulheres foram assassinadas no país, o que representa uma taxa de 4,5 homicídios para cada 100 mil brasileiras. No Estado de Minas Gerais, no mesmo ano, foram 375 assassinadas. O Atlas da Violência não quantifica quantas mortes de mulheres no Brasil foram feminicídio. No entanto, indica que 50,3% das mortes violentas de mulheres são cometidas por parentes e 33,2% por parceiros ou ex-parceiros. De acordo com o Diagnóstico de Violência Doméstica nas Regiões Integradas de Segurança Pública de Minas Gerais/Polícia Civil de Minas Gerais e Segurança Pública, ocorreram no município de Belo Horizonte, no ano de 2017, 43 feminicídios.

O Diagnóstico informa que a maioria destes casos as mulheres sofreram ameaças e violência física. Nesse sentido, emergiram questionamentos sobre os modos de produção de subjetividade que ocorrem nos grupos de homens, especificamente na convivência e na conversação de comportamentos adquiridos.

Desta experiência profissional, eu comecei a formular algumas questões: como se deram os modos de produção de subjetivação dos homens antes de participarem do Dialogar? Que sentidos esses homens atribuíram às possíveis reflexões e mudanças de comportamento frente à violência contra as mulheres depois de participarem desses grupos? De que forma eles avaliaram suas participações durante as oficinas? Que relações foram estabelecidas entre esses homens e seus familiares depois de participarem do Dialogar?

Considerando-se os aspectos acima problematizados, propomos como objetivo geral: Analisar os modos de produção de subjetividades dos homens participantes dos grupos compulsórios de enfrentamento à violência contra a mulher do Dialogar da Polícia Civil de Minas Gerais no ano de 2013.

Como objetivos específicos, temos:

1. Identificar os perfis dos homens atendidos no Dialogar;
2. Avaliar o impacto do Dialogar na percepção dos homens em suas relações com as mulheres;
3. Analisar junto aos homens o potencial de ação educativa do Dialogar em suas experiências e vivências.

Para dar conta de responder o objeto de pesquisa e os objetivos aqui elencados, Gilles Deleuze e Felix Guattari (1992, 1995 e 2010) foram básicos nessa análise em que cartografia, rizomas, esquizoanálise, desejos e subjetivação são conceitos que estão interligados e conectados através das narrativas dos homens que participaram desse Projeto e como também os espaços físicos do Dialogar.

Como uma rede que interliga todos os passos e produções de sentidos dos indivíduos, buscar a produção de subjetivação nas obras de Deleuze e Guattari (1992, 1995 e 2010) é adentrar na universalidade de cada indivíduo que conectou com essa experiência de reflexão dessa pesquisa. Assim, entender as conexões estabelecidas pelos homens participantes das oficinas do Dialogar a partir de suas relações com seus parentes e todos os familiares, com pesquisador e sua visão de mundo e por que não dizer a própria instituição de ensino onde estudaram que de alguma forma dialoga através desta pesquisa e do pesquisador, como também o Dialogar enquanto espaço físico e social e seus funcionários em suas redes de intercomunicação com outros espaços e outras experiências intercomunicam através

de rizomas perceptíveis ou não que foram fundamentais nessa construção de um pensar as produções de subjetividades.

Ao buscarmos entender as relações entre uma instituição de segurança pública que elabora um projeto social que tem como parâmetro o combate da violência de homens contra as mulheres, as reflexões de Michel Foucault (1979), quanto aos parâmetros dos dispositivos enquanto instrumento regulador e mediador das relações sociais foram aportes para as análises nas narrativas dos homens que participaram das oficinas organizadas pelo Dialogar quanto ao papel social desse projeto em suas vidas.

Wilfred Bion (1967, 1970 e 2004) também nos auxilia a pensar na formação de grupos reflexivos, marcando, assim, em sua análise, a construção dos grupos reflexivos no Dialogar.

Esta dissertação foi organizada primeiramente com a introdução e em seguida com quatro capítulos. O primeiro a Metodologia em que abordamos as construções dos procedimentos usadas na realização dessa pesquisa, salientando as abordagens e os diálogos entre as fontes documentais, tais como: fichas de inscrições, questionários, produzidos e usados no Dialogar em suas oficinas e narrativas orais dos homens que participaram do Dialogar. A coleta de dados foi realizada, também, com aplicação de questionários e entrevistas nas dependências do Núcleo de Facilitação ao Diálogo.

No segundo capítulo são apresentados o referencial teórico adotado no estudo: conceitos de subjetivação, gênero e violência. Num primeiro momento, são apresentadas as concepções conceituais da subjetividade através dos tempos históricos e seus campos sociais, até a abordagem de subjetivação de Deleuze e Guattari intermediados pela categoria de gênero segundo Judith Butler (2010) Joan Scott (1995). A seguir, vamos analisar a construção e as configurações sociais da masculinidade em consonância com os confrontos da violência perpetrada desde a formação das sociedades e nas mediações do homem com o espaço e com o outro.

Também vamos debater a parrésia como a arte do diálogo na perspectiva de Foucault (2011). Por fim, vamos analisar as categorias intrínsecas ao conceito de dispositivo de Foucault como suporte e pressuposto das mediações de regulamentos e normas que tangenciam as subjetivações de gênero na sociedade.

No terceiro capítulo são analisadas as dimensões da violência na sociedade de controle, denominada por Deleuze (1992), articula um aparato de coerção como

modelo organizacional e funcional; marcando as fronteiras sociais e os indivíduos nos seus cotidianos. Nesse aparato das relações sociais, o papel da mulher ainda traduz um sintoma na sociedade em que seus direitos são amplamente relegados ou mesmo negados em relação ao papel social do homem. Dessa forma, também analisamos o corpo feminino dentro desta sociedade de uma violência exacerbada, o surgimento dos grupos de enfrentamento a essas violências, os espaços de reflexão, diálogos e acolhimento dessas mulheres - espaços educativos -, como também o projeto social do Dialogar que atua como um desses grupos de acolhimento e enfrentamento a essas violências na cidade de Belo Horizonte em Minas Gerais.

No quarto capítulo, foram analisadas as narrativas de vida, as experiências e vivências dos homens pesquisados que participaram do Dialogar, identificando, os perfis dos participantes atendidos nos grupos e avaliando os possíveis impactos do Dialogar na percepção desses homens sobre suas relações com as mulheres. Esses dados foram coletados através da técnica de entrevista.

O último capítulo é a conclusão onde apontamos os resultados da nossa investigação, abordamos as possíveis contribuições desta pesquisa para o campo das ciências humanas, bem como para o campo educacional.

1. CONSTRUÇÃO DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo são apresentadas a metodologia adotada neste estudo que objetivou analisar os modos de produção de subjetividades dos homens participantes dos grupos compulsórios de enfrentamento à violência contra a mulher do Dialogar da Polícia Civil de Minas Gerais no ano de 2013. Portanto, as seguintes técnicas de coleta de dados e realização do campo foram: a fonte primária entrevistas; fonte secundária os documentos, tais como fichas de inscrição, questionários produzidos e usados no Dialogar.

1.1. Os campos da pesquisa (Dialogar – Fontes Documentais “orais e documentos produzidos”)

Entendemos como campos da pesquisa todos os dados coletados na mediação entre o pesquisador com as narrativas dos homens entrevistados e a documentação organizada e arquivada nas dependências do Dialogar.

As narrativas desses homens foram construídas através de suas trajetórias de vida, pois, conforme Walter Benjamin (1994, p.198), a experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorreram todos os narradores.

Impregnadas de fragmentos, recortes e marcas de memória, essas narrativas são produções e construções de sentidos do indivíduo. Assim cada narrativa tem sua história, seus percalços, paradoxos e esquecimentos intencionais ou não. Cada narrativa é um outro, um novo, o inusitado que se apresenta.

Dessa forma, esta pesquisa teve como objeto de estudo os homens autores de violência doméstica contra a mulher que frequentaram o grupo reflexivo Dialogar da Polícia Civil de Minas Gerais, no ano de 2013, tendo como objetivo geral analisar os modos de processamento de suas subjetividades a partir de suas vivências e experiências posteriormente à sua participação compulsória no grupo reflexivo.

A estratégia metodológica utilizada foi a coleta de dados nas dependências do Dialogar, como também a aplicação de questionários e entrevistas com esses homens autores de violência contra a mulher em local diversos do Dialogar.

Objetivo geral	
Analisar os modos de produção de subjetividades dos homens participantes dos grupos compulsórios de enfrentamento à violência contra a mulher do Dialogar da Polícia Civil de Minas Gerais, no ano de 2013.	
Objetivos específicos	Estratégias metodológicas
1) Identificar os perfis dos participantes atendidos nos grupos;	Leitura e anotações, em caderno de campo, de fichas de inscrição cedidas pelo Dialogar. Aplicação de questionários nos homens ex-participantes dos grupos.
2) Avaliar o impacto do Dialogar na percepção dos homens em suas relações com as mulheres;	Entrevista com os homens.
3) Analisar junto aos homens o potencial de ação educativa do Dialogar em suas experiências e vivências.	Entrevista com os homens.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais – COEP/UFMG (Anexo 1). De acordo com as normas estabelecidas pela Resolução nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, todos os participantes desta pesquisa receberam informações sobre a mesma, sendo que a participação foi voluntária, bem como foi garantida a liberdade de desistência sem prejuízo ao participante.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), no qual constam os objetivos desta pesquisa e os direitos dos participantes, foi utilizado tanto com os homens participantes dos grupos quanto com a psicologia do Dialogar (Anexos 2 e 3).

A pesquisa foi realizada nas dependências do Dialogar com a permissão da representante da chefia da Polícia Civil de Minas Gerais, autorizada no protocolo Carta de Anuência (Anexo 4).

Todos os nomes reais, dados pessoais, locais de trabalho não foram mencionados, para preservar o sigilo de todos os participantes. Da mesma forma, o sigilo será mantido para possíveis publicações futuras desta dissertação.

Esta pesquisa se baseou em estudo de caso, pois, conforme Howard Becker (1999) é necessário que se observe a abordagem da pesquisa, isto é, que uma abordagem qualitativa não deixa de considerar dados quantitativos. Sendo assim, selecionamos, em um primeiro momento, dois grupos reflexivos de homens participantes dos grupos compulsórios de enfrentamento à violência contra a mulher em 2013, quando se iniciou a parceria entre a Polícia Civil e o Tribunal de Justiça. Escolhemos os dois primeiros grupos por serem os que deram origem a série de outros grupos, pelo inédito para a equipe técnica dos atendimentos a grupos reflexivos de homens autores de violência contra a mulher. E por fim, pela distância tempo que o pesquisador tinha dos participantes destes grupos, em razão de ter sido membro da equipe técnica.

O estudo de caso é um tipo de pesquisa qualitativa também nas reflexões de Maria Cecília Minayo, Sueli Deslandes e Romeu Gomes (2007), pois a pesquisa qualitativa investiga o não tácito, ou seja, as narrativas de vida, as percepções, os modos de viver e a subjetividade. Para pesquisar os homens que passaram pelo Dialogar, a pesquisa qualitativa foi viável, porque ela pretende pesquisar grupos, indivíduos, uma localidade, tendo como ponto de partida o próprio indivíduo e suas relações sociais, ou seja, os discursos, a linguagem, a produção simbólica, a produção de documentos, ou seja, toda a produção cultural.

Ainda conforme Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (1998), o estudo de caso tem como fundamento a investigação de um indivíduo, grupo, um determinado lugar, situados em um contexto histórico, selecionados por critérios predeterminados. Conforme Roberto Yin (2001), esses critérios serão respondidos quando ocorrerem os questionamentos, quando o caso for crítico, externo, único ou revelador. Em todas essas situações, o estudo de caso deve representar fenômenos sociais complexos que contenham as características holísticas dos eventos da vida real. Para o autor, outro critério importante para essa abordagem de pesquisa é a busca pela compreensão de um fenômeno pouco investigado, gerando a identificação de categorias de observação ou hipóteses para pesquisas futuras.

Dessa forma, esse estudo de caso constituiu-se, a partir do objeto de pesquisa, na análise dos modos de produção de subjetividades dos homens

participantes dos grupos compulsórios de enfrentamento à violência contra a mulher do Dialogar.

O pesquisador, nesse período (2013) referente à pesquisa, atuou como psicólogo junto a esses homens participantes dos grupos compulsórios de enfrentamento à violência contra as mulheres e ocupou, no mesmo período, a coordenação dos grupos reflexivos. Entretanto, durante a coleta da pesquisa, o pesquisador desligou-se do Dialogar.

1.2. Os objetivos específicos

Os objetivos específicos acima e a explicitação de estratégias metodológicas para a realização dos limites propostos na pesquisa, observamos, quanto a esses objetivos, algumas nuances que aqui expomos. O primeiro objetivo apresentado nesta pesquisa foi o de identificar os perfis dos participantes atendidos nos grupos. Este objetivo possui características de estudo instrumental, pois, conforme Yin (2001), baseia-se em um caso escolhido com a finalidade de tecer reflexões mais amplas sobre as intervenções, no caso desta pesquisa, com homens autores de violência contra as mulheres, o que facilita a compreensão ou contesta uma generalização.

Para alcançar este objetivo, foi, em um primeiro momento, agendada, por telefone, uma visita à delegada chefe¹ daquele órgão, no intuito de conseguir permissão para realizar a pesquisa nessa instituição, obter acesso aos arquivos e entrevista com outros profissionais, se assim fosse necessário, como também percorrer os espaços físicos do Dialogar. Nesse momento, a ela foi apresentada a Carta de Anuência para seu conhecimento.

Após a delegada, que é a representante legal da Polícia Civil, assinar a Carta de Anuência, foi marcado, por telefone, com a psicóloga do Dialogar uma visita com o objetivo de entrevistá-la sobre o Dialogar.

No segundo momento, começamos a ler e a anotar, em caderno de campo, dados relevantes das fichas cadastrais arquivadas no Dialogar.

O segundo objetivo específico, avaliar o impacto do Dialogar na percepção dos homens em suas relações com as mulheres; e o terceiro objetivo específico

¹ De acordo com a Lei Orgânica da Polícia Civil, no seu quadro de hierarquia, o delegado é o servidor responsável por chefiar as unidades policiais com algumas exceções, tais como o IML, entre outros.

analisar junto aos homens o potencial de ação educativa do Dialogar em suas experiências e vivências, possuem as características de um estudo de caso intrínseco, isto é, o caso não representa outros casos, porque se trata de um caso particular, na medida em que tem como foco a compreensão do objeto de pesquisa aqui abordado, de acordo com Yin (2001).

A estratégia metodológica para alcançar esses objetivos, para ter acesso aos homens que fizeram parte desta pesquisa, foi a coleta de dados no encontro que tivemos com a psicóloga nas dependências do Dialogar. Ela autorizou que o pesquisador anotasse, no caderno de campo, os dados de 20 (vinte) fichas de inscrições dos participantes do primeiro e segundo grupos do ano de 2013, pois essas fichas permitiriam localizar os sujeitos da pesquisa.

Dessas 20 (vinte) fichas de homens que participaram do Dialogar no ano de 2013, foram selecionados 4 (quatro) homens que participariam das entrevistas. A seleção desses 4 (quatro) homens deu-se da seguinte maneira: tentativas, via contato telefônico, com o grupo selecionado dos 20 (vinte) homens ex-participantes do projeto. No entanto, tivemos o retorno e a aceitação somente desses 4 (quatro) homens.

Os 4 (quatro) homens selecionados para participar da pesquisa deu-se por meio de contato telefônico. O pesquisador se apresentou com estudante de mestrado e pesquisador e informou que não iria entrevista-los como psicólogo. Estes foram informados dos objetivos da pesquisa, como também da voluntariedade na participação e o total sigilo de uma eventual aceitação. Esses contatos ocorreram em horário comercial, tendo sempre como norma a não insistência a qualquer um deles em não querer participar desse evento.

Depois das inúmeras tentativas de localização dos homens que participaram do Dialogar e da escolha dos 4 (quatro) homens selecionados, começamos a fazer as leituras das fichas cadastrais de cada um, anotando em caderno de campo os aspectos relevantes para o nosso objeto de pesquisa.

Na leitura dessas fichas, observamos os seguintes aspectos: número de inscrição, data, horário de sua apresentação, número do processo, nome do participante, data de nascimento, filiação, escolaridade, endereço, telefones, religião, ocupação/profissão, e dados da mulher agredida, nome, relação doméstica/familiar/afetiva, endereço, telefone e motivo da denúncia na DEAM/BH. Nesse documento, ainda tem um espaço para anotações pertinentes sobre os

relatos do autor de violência contra a mulher, relação com a mulher denunciante, artigo do crime denunciado na Lei 11.340/06 e um resumo da situação-conflito.

Outro documento analisado nessa etapa foi o Termo de Compromisso do Dialogar que consta nome do participante, número do processo, regras de participação, datas e horários dos dias dos encontros, campo para assinatura do participante e data.

A partir dessa documentação coletada no Dialogar, fez-se o levantamento dos contatos telefônicos dos homens participantes do projeto para a aplicação de questionários e das entrevistas. O questionário foi aplicado no dia da entrevista, Esses questionários possibilitaram uma melhor compreensão do cotidiano e da historicidade de cada um desses homens, pois acreditamos que as fichas de inscrição do Dialogar foram insuficientes para nos apresentar possíveis análises, como, por exemplo, autodeclaração de cor e orientação sexual. Dessa forma, a produção do questionário tem um caráter amplo e exploratório, possibilitando-nos a identificar os perfis dos homens em todas as etapas da pesquisa (BABBIE, 2001).

Sendo assim, ratificamos que o aporte metodológico de estudo de caso instrumental visou à compreensão das experiências subjetivas dos sujeitos em suas singularidades na sua participação no Dialogar (YIN, 2001).

Dessa forma, a coleta de dados foi um dos instrumentos para responder a estes objetivos, como também a aplicação de questionários e entrevistas. Os questionários possibilitaram dizer um pouco destes homens, tais como endereço residencial, estado civil, idade, cor, escolaridade e ocupação trabalhista.

Realizamos uma entrevista de aproximadamente 60 minutos com cada homem. A entrevista utilizada com os 4 (quatro) homens selecionados foi a cartográfica, isto é, a baseada na cartografia de Deleuze e Guattari (2010), que visa não isolar o sujeito como objeto, mas buscar compreender como ele vive a experiência de sua vida, ou seja, como ele constrói seus percursos e que forças (sejam elas sociais, culturais, físicas ou biológicas) o atravessam e o constituem.

[...] a pesquisa cartográfica visa o acompanhamento de processos e, se a entrevista na cartografia inclui trocas de informação ou acesso à experiência vivida, é importante ressaltar que esta não é sua única direção. A cartografia requer que a escuta e o olhar se ampliem, sigam para além do puro conteúdo da experiência vivida, do vivido da experiência relatado na entrevista, e incluam seu aspecto genético, a dimensão processual da experiência, apreendida em suas variações. Alinhada à abordagem enativa, a cartografia, sem eliminar os

conteúdos informacionais, inclui a gênese desses conteúdos estabelecida na experiência compartilhada que responde pela coemergência de si e de mundo (VARELA; THOMPSON; ROSCH, 2003).

A cartografia não acompanha um objeto, mas o processo que a constitui em sua produção, assim como é o processo de produção de subjetividade. Usamos a entrevista cartográfica para mapear o território² dos homens que fizeram parte desta pesquisa.

Para Silvia Helena Tedesco (2013), a entrevista cartográfica não é uma entrevista estruturada ou semiestruturada, que são entrevistas feitas a partir de modelos preconcebidos, e não visa atingir a singularidade da experiência da entrevista. Para a autora, a entrevista cartográfica é uma experiência que foge a qualquer modelo concebido antecipadamente.

Ainda segundo a autora, a entrevista cartográfica é o encontro de duas subjetividades, a do entrevistado e a do entrevistador, assim a subjetividade do pesquisador longe de ser um empecilho a investigação, também é considerada como aspecto importante para a interpretação dos dados coletados. Dessa forma, todos os percursos da entrevista devem ser observados, pois, naquele encontro, algo pode ser produzido ou inibido. Quando o pesquisador investiga uma determinada situação, vinculada a fenômenos, pessoas, seus gestos e suas palavras e o contexto em que surgem, é um mapa a ser desenhado, uma cartografia (TEDESCO, 2013).

As falas, gestos, momentos de silêncio, olhares, além da situação do ambiente estão conectados com a entrevista. Tudo é cartografado, porque produz rizomas³. O homem participante é tomado em sua singularidade, em sua dimensão. E a produção de rizomas é singular para qualquer individualidade. Dessa forma, a entrevista cartográfica é um encontro rizomático que produz subjetividade. Os rizomas são redes em conexão. Assim, o ex-participante do Dialogar pode falar de algo que até então não se sentia atingido e passou a ser atingido pela experiência da entrevista cartográfica (TEDESCO, 2013).

² Segundo GUATTARI e ROLNIK (2007), território é sinônimo de subjetivação fechada sobre si mesma que pode ser desterritorializada.

³ O conceito de rizoma é definido no capítulo 3.

1.3. Os sujeitos da pesquisa

Como mencionado na metodologia foi delimitada a quantidade de 20 (vinte) homens para amostra da pesquisa, assim definidos após observação nos dois primeiros grupos de 2013, ambos compostos por 10 (dez) homens. Definiu-se que os entrevistados deveriam ter concluído todo o processo do grupo, ou seja, ter participado na íntegra de todos os encontros grupais. Foi realizada a coleta das fichas dos dois grupos de homens, como anotação dos números telefônicos de todos os 20 (vinte) participantes. O contato com os homens foi realizado por telefone fixo ou celular. O conteúdo dessa primeira conversa foi sobre a pesquisa e suas implicações éticas para o entrevistado, sendo convidados a participarem da pesquisa, informando-os dos objetivos de investigação, alertando-os de que não havia pretensão de retomada de qualquer serviço psicológico ou do grupo do Dialogar.

Fato que limitou a coleta de dados foi que na medida em que muitos homens ex-participantes a quem fizemos a ligação telefônica não se manifestaram, outros, além de não quererem participar, alegaram querer esquecer que tiveram passagem pelo Dialogar, ficando, assim, excluídos da amostra de pesquisa. Nos percalços da pesquisa, fizemos contato com a avó materna de um dos ex-participantes, que nos informou que seu neto havia falecido. Outro homem foi convidado e prontamente aceitou participar, porém deixou para agendar depois, mas não atendia as chamadas nem retornava as ligações, sendo, por fim, excluído da pesquisa.

Na medida em que muitos ex-participantes não aceitaram, foram sendo excluídos da amostra da pesquisa. Desse universo, antes pensado a partir das fichas e dos contatos nas oficinas das quais participei como psicólogo integrante dos quadros do Dialogar, quatro aceitaram e outros não quiseram participar. Resolvemos pesquisar com os que aceitaram.

Assim, os que participaram da pesquisa asseguravam potencialmente a possibilidade de continuação da mesma. Somente 4 (quatro) homens participantes estavam disponíveis para serem entrevistados.

As entrevistas foram realizadas pelo próprio pesquisador no período de junho a julho de 2017, em local e horário escolhidos por eles. Esse fato ocorreu pela

necessidade de compatibilizar o horário das entrevistas e o dia que seria melhor para cada um deles.

Cada indivíduo foi entrevistado uma vez devido as razões da carga de horário de trabalho, compromissos familiares, respeitando-se as estas dificuldades que se apresentavam para os quatro homens. Todas as entrevistas ocorreram na casa dos pesquisados por escolha deles mesmos, apesar de terem sido oferecidos pelo entrevistador outros locais. Depois das apresentações e esclarecimentos sobre a intencionalidade da pesquisa, foi-lhes entregue o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e foram esclarecidas as possíveis dúvidas.

Os áudios das entrevistas foram copiados e transcritos absolutamente iguais às falas por profissional. Os dados foram tratados manualmente. Tanto o conteúdo do áudio (aproximadamente 4 horas de gravações) como os das cópias físicas em papel A4 foram enviados para os entrevistados sem nenhum custo financeiro. Todo material transcrito resultou em 56 páginas. Os áudios das entrevistas foram ouvidos primeiramente para perceber aquilo que escapa na transcrição. Em seguida, foram feitas anotações dos áudios. O texto transcrito, como terceiro passo, foi uma leitura tipo flutuante (MINAYO, 2007).

Foram categorizadas palavras-chaves ou expressões tomadas como conteúdos significativos ou marcadores de percepções e visões das várias dimensões do objeto desta pesquisa, que permitiram apontar para a produção de subjetividade vivenciada no Dialogar e realizar a aproximação de conceitos teóricos capazes de possibilitar o processo de interpretação de tais falas, narrativas, discursos da masculinidade hegemônica ou não. Dessa forma, buscou-se traçar um percurso de uma linguagem empírica para uma linguagem teórica.

No processo de analisar essas narrativas através de um aporte teórico baseado na cartografia de Deleuze e Guattari (1992, 1995 e 2010), que visava perceber o indivíduo em suas possibilidades sociais, isto é, como ele vive a experiência de sua vida e como ele constrói seus percursos dentro do contexto social, optamos por lançar “mão” de categorias analíticas que possam contribuir na apropriação das subjetividades dos homens entrevistados, seja através dos contatos, seja dos encontros, discursos, silêncios e espaços de convívio.

Para a interpretação dos dados das entrevistas, utilizamos conteúdos significativos das falas, como também a observação (descrição) do comportamento

no ato da entrevista, tendo em vista que todo aquele repertório faz parte da entrevista cartográfica com base em Deleuze e Guattari (1992, 1995 e 2010).

Dessa forma, estas estratégias de coleta de dados foram utilizadas para descrever os modos como se processa a subjetividade dos homens ex-participantes dos grupos reflexivos do Dialogar, tendo como aporte teórico as reflexões de Deleuze e Guattari (1992, 1995, 2010), aqui delineadas como esquizoanálise, cartográfica e rizomática, que sustentaram esta pesquisa.

Apropriando-se das categorias apresentadas por Lahire (2004) em “Retratos sociológicos: disposições e variações individuais”, decidimos, a partir das narrativas dos entrevistados, construir categorias que, minimamente, reunisse o imenso repertório produzido pelos entrevistados em termos ou palavras. Não para seguir a teoria de Lahire (2004), mas porque nos serviu para nortear as categorias que se apresentaram na entrevista.

Assim posto, elaboramos seis categorias de análise que foram contempladas como forma de compreensão e entendimento de subjetividades dos homens entrevistados. Essas categorias tiveram o intuito de agrupar aspectos que nos auxiliassem a refletir sobre as experiências e vivências de cada um dos homens entrevistados.

Pensamos o indivíduo e sua historicidade no aspecto familiar em que a família compõe, em suas narrativas, uma estrutura de vida; no aspecto religioso, que aborda as várias matrizes religiosas e que foram amplamente representadas nas narrativas desses homens; no aspecto de suas relações com o mundo do trabalho e com suas dimensões sociais; no aspecto de convivência, em que foram contemplados o lazer, os entretenimentos e as dimensões da violência; e, por fim, no aspecto educativo no que tange aos saberes, à educação formal e informal.

Essas categorias não são hierárquicas e somente teve a função de recurso metodológico como auxílio nas análises das memórias, experiências e vivências de cada homem ex-participante do Dialogar que foram entrevistados. Funcionam em conexões umas com as outras, formando um rizoma, isto é, uma rede que não se totaliza, mas que se une e se desconecta com outros elementos.

2. SUBJETIVAÇÃO, GÊNERO E VIOLÊNCIA: A CONSTRUÇÃO DE UM REFERENCIAL TEÓRICO

Para o desenvolvimento desta pesquisa, elaboramos uma cartografia de conceitos que são suportes de entendimento e compreensão do nosso objeto de estudo. Assim, neste capítulo, vamos analisar a construção da subjetivação, os papéis sociais do gênero e as ampliações do campo da violência nas sociedades.

Em primeiro momento, vamos analisar as concepções conceituais da subjetividade através dos tempos históricos e seus campos sociais, até a abordagem de subjetivação de Deleuze e Guattari. Nesse ponto, vamos também intermediar a categoria de gênero em Judith Butler e Joan Scott.

A seguir, vamos analisar a construção e as configurações sociais da masculinidade em consonância com a violência perpetrada na formação das sociedades e nas mediações do homem com o espaço e com o outro.

No próximo tópico, vamos debater a parrésia como a arte do diálogo na perspectiva de Foucault, entendendo que pensar a subjetivação dos homens que participaram das oficinas do Dialogar tinha como instrumento de ser/perceber a conversação como espaço de informações e reflexão de sua participação como autores de violência doméstica contra as mulheres.

Por fim, vamos analisar as categorias intrínsecas ao conceito de dispositivo de Foucault como suporte e pressuposto das mediações de regulamentos e normas que tangenciam a produção de subjetivação de gênero na sociedade.

2.1. Subjetivação e gênero

A autora Miriam Aparecida Graciano de Souza Pan e outros (2011), em seus estudos sobre a subjetividade, partem da origem das palavras *subjetividade* e *sujeito*. Segundo esses autores, a palavra *subjetividade* é um substantivo abstrato, composto pelo radical *subjetiv* e pelo sufixo *idade*. Na língua portuguesa, o sufixo *idade* é formador de substantivos abstratos derivados de adjetivos, significando a qualidade ou característica do que é uma dada coisa. Assim, subjetividade é a qualidade do que é subjetivo. O adjetivo subjetivo significa que é próprio do sujeito. Dessa forma, o termo sujeito deriva dos termos subjetivo e subjetividade. O termo sujeito tem origem no latim, *subjectum*, que, decomposto em *sub*, significa debaixo,

e *jactum*, que significa lançar-se. Sujeito, em sua etimologia, significa lançar-se de baixo, o que funda, institui. Desde seu uso original até os tempos atuais, o termo subjetividade sofreu alterações em sua conceituação, tanto no campo filosófico como no campo da psicologia (PAN; ROOSSLER; FERRAINI, 2011).

Para adentrarmos no campo conceitual da subjetivação, temos que analisar a construção do conceito de sujeito no tempo histórico. O conceito de sujeito aparece em *hypokéimenon* (fundamento) e *ousía* (substância). Aristóteles afirma que “o homem primeiramente não é nada mais que substância individual”. Já os filósofos medievais utilizaram a palavra latina *subjectum*, aquilo que está por baixo como suporte (PAN; ROOSSLER; FERRAINI, 2011).

Na modernidade, o filósofo René Descartes é considerado o inventor do sujeito moderno ou da filosofia da subjetividade. Apesar de utilizar a palavra sujeito ainda na tradição grega. No entanto, é a partir de Descartes que o homem passa a ser o fundamento último de toda a realidade, o homem se torna *subjectum*, sujeito pensante, um sujeito como fundamento de todo o conhecimento. A partir dessa concepção é que o sujeito passa a ser sinônimo de subjetividade (PAN; ROOSSLER; FERRAINI, 2011).

A partir dessa concepção, criou-se a cisão entre o dentro e o fora, ou seja, o sujeito e o objeto. O sujeito seria independente do objeto (PAN; ROOSSLER; FERRAINI, 2011).

Tanto o campo da filosofia quanto o da psicologia são divergentes em relação à concepção da subjetividade que gera inumeráveis tensões, como, por exemplo, indivíduo-sociedade ou agência-estrutura. Para alguns, a subjetividade é preexistente às influências do mundo; para outros, ela existiria a partir do contato com o mundo, com a cultura, o social, as relações que serão estabelecidas (DOMÈNECH; TIRADO; GÓMEZ, 2001).

A concepção de subjetividade adotada nesta pesquisa é a de Deleuze e Guattari (2010), que dissociam a ideia de subjetividade da ideia de indivíduo, ou seja, nega tanto o sujeito cartesiano, como o sujeito do inconsciente da psicanálise, como o sujeito da consciência. Entendemos que a concepção de subjetividade de Deleuze e Guattari responde melhor ao problema desta pesquisa, pois leva em consideração que a subjetividade é um produto histórico-social, resultado da atividade prática natural e/ou social do mundo. Descartamos a concepção de

subjetividade da psicanálise porque esta não leva em consideração a produção sócio-histórica.

A construção teórica de Deleuze e Guattari (1992, 1995 e 2010) tem uma orientação política fortemente influenciada, segundo Baremlitt (2003), pelo anarquismo. Conforme o autor citado, entre os autores que influenciaram Deleuze e Guattari podem ser mencionados: Spinoza, Nietzsche, Bergson, Marx e Foucault.

Para Baremlitt (2003), há um diálogo e uma relação crítica da produção dos dois autores com o materialismo histórico e com a psicanálise. Em relação ao materialismo histórico, Deleuze e Guattari conceituam subjetividade a partir do modo de produção capitalista; já em relação à psicanálise, eles utilizam os processos primários do inconsciente para conceituar o inconsciente maquínico, como uma usina de produção, e não como um reservatório repressivo, como é caracterizado pela psicanálise (BAREMBLITT, 2003).

Deleuze e Guattari (2010) utilizaram e ampliaram o conceito da construção de Marx sobre os processos de modos de produção do capitalismo. Para Marx, um processo envolve tudo aquilo que poderá modificar uma matéria-prima, trabalhada por meios específicos realizados por uma força de trabalho, transformando em um produto que não existia na matéria original. Para Deleuze e Guattari, a produção se produz a si mesma e seus elementos se produzem ao mesmo tempo em que funcionam.

Dessa forma, podemos dizer que os processos de modos de produção de subjetividades se produzem a si mesmos a partir das conexões que se estabelecem com os modos de produção capitalista.

Para Guattari (2007), indivíduos são resultados de uma produção de massa e, portanto, serializados, registrados e modelados. A subjetividade, por sua vez, não é passível de totalização, configura-se de forma aberta, repleta da multiplicidade dos agenciadores:

[...] está em circulação nos conjuntos sociais de diferentes tamanhos: ela é essencialmente social, e assumida social e vivida por indivíduos em suas existências particulares. O modo pelo qual os indivíduos vivem essa subjetividade oscila entre dois extremos: uma relação de alienação e opressão, na qual o indivíduo se submete à subjetividade tal como recebe, ou uma relação de expressão e de criação, na qual o indivíduo se reapropria dos componentes da subjetividade, produzindo um processo que se chamaria de singularização (GUATTARI, 2007, p. 42).

A subjetividade (modos de ser, sentir, pensar e agir constitutivo do ser humano em determinado momento histórico) é tecida, no contexto institucional, pela rede de micropoderes que sustenta o fazer cotidiano, operando efeitos de reconhecimento e desconhecimento dessa ação (COIMBRA, 2011).

A categoria de subjetivação, ou os modos de subjetividade, é uma categoria que se mostrou importante para pensar a violência contra as mulheres neste estudo, pois compreende que a subjetivação, como o modo de ser, estar, pensar e sentir no mundo, conforme Cecília Coimbra (2011), possibilita a compreensão do contexto das relações de forças entre homens e mulheres, isto é, as relações de poder. Assim, a subjetivação é produzida por forças da natureza, pelo social e pelo biológico e dentro do modo de produção capitalista. Desse modo, a subjetivação da mulher e do homem é produzida nas relações cotidianas, nas práticas que vão se estabelecendo entre o casal pelas relações de força. A violência é uma prática que produz subjetividades nas pessoas envolvidas na situação-problema. A propósito da força, afirma Deleuze:

A força nunca está no singular, ela tem como característica principal estar em relação com outras forças, de forma que toda força já é relação, isto é, poder: a força não tem objeto nem sujeito, a não ser a força. Não se deve ver nisso uma volta ao direito natural, porque o direito, por sua conta, é uma forma de expressão, a natureza uma forma de visibilidade e a violência um concomitante ou consequente da força, mas nunca um seu constituinte (DELEUZE, 2005, p. 78).

Assim, nas culturas contemporâneas do mundo urbano globalizado, persiste forte influência do modo de produção capitalista, como uma força sobre os processos de subjetivação de homens e mulheres, isto é, são forças que vão produzindo relações de convivência, de conflito e de violência. Alguns desses traços já estavam presentes em outras épocas, nas sociedades disciplinares, porém observamos que outras subjetivações vêm sendo produzidas pelos recentes processos de agenciamentos resultantes de dispositivos urbanos e artefatos tecnológicos, como aparelhos microeletrônicos, computadores, internet e telefones celulares, conforme estudado por Deleuze em seu artigo intitulado *Sociedade de controle* (DELEUZE, 1992).

A subjetividade (modos de ser, sentir, pensar e agir constitutivo do ser humano em determinado momento histórico) é tecida, no contexto institucional, pela rede de micropoderes que sustenta o fazer cotidiano, operando efeitos de

reconhecimento e desconhecimento dessa ação (COIMBRA, 2011). Como já mencionado, a subjetividade de mulheres e homens, dos casais em situação de violência, acontece no cotidiano através dos dispositivos, tais como: na regulamentação da vida pela lei, pelo direito penal, como a Lei nº 11.340/2006, entre outros dispositivos.

Para o entendimento das concepções de subjetividade, torna-se necessário fazer uma distinção dos termos sujeito, pessoa e indivíduo.

O Eu, entidade psicológica, que, segundo Baremlitt (2003, p. 65), “tornou-se sinônimo do sujeito consciente, dono do saber acerca de si mesmo, de seus desejos e de sua vontade”. Para esse autor, a psicanálise ainda faz uma divisão desse sujeito, o sujeito do inconsciente, que é impessoal, involuntário.

Ainda de acordo com Baremlitt (2003), o termo indivíduo é uma unidade mínima de um exemplar da espécie biológica humana (ou outras), não sendo possível uma divisão sem se desnaturalizar, ele se faz por inteiro, como o próprio nome indica; já o termo pessoa se refere à unidade social e jurídica, igualmente mínima, com capacidade de ter direitos e deveres, e o sujeito é uma unidade mínima, homogênea, autônoma, psíquica, com uma função essencial dentro dos discursos (sujeito do enunciado, sujeito da enunciação).

Conforme Sandra Corazza e Tomaz Tadeu da Silva (2003), sujeito é um efeito dos processos de subjetivação, não sendo uma entidade preexistente interna ao ser humano.

O sujeito não existe. O sujeito é um efeito da linguagem. O sujeito é um efeito do discurso. O sujeito é um efeito do texto. O sujeito é um efeito da gramática. O sujeito é um efeito da ilusão. O sujeito é um efeito da enunciação. O sujeito é efeito dos processos de subjetivação. O sujeito é o efeito de um posicionamento. O sujeito é o efeito da história. O sujeito é o efeito da *différance*. O sujeito é uma derivada. O sujeito é uma ficção. O sujeito é um efeito (CORAZZA; SILVA, 2003, p. 11).

Dessa forma, podemos compreender que sujeito e subjetividade são constituídos pelos encontros com a realidade, sendo uma produção de efeitos em constante movimento. O sujeito, nessa perspectiva, nunca está fechado e acabado, está em um sistema aberto de relações, tais como a linguagem, a história e sua posição geográfica em uma determinada cultura.

Segundo João Leite Ferreira Neto (2004) e Ana Marta Lobosque (2003), temos na psicologia, na psicanálise e na psicopatologia uma forte tradição

essencialista da subjetividade. Somente nas últimas décadas a subjetividade tem dado lugar a concepções construtivistas, incorporando os movimentos da história e da vida social local.

Para a psicanálise lacaniana, a subjetividade é constituída pela ordem do simbólico, o outro do discurso universal da linguagem (MILLER, 1987), assim a subjetividade é pensada como a-histórica e universal. Essa ordem de caráter universal é preexistente à constituição do sujeito e é relacionada à linguagem.

Para Michel Foucault (1995), o sujeito é constituído a partir de práticas históricas analisáveis:

Portanto, não basta afirmar que o sujeito é constituído num sistema simbólico. Não é somente no jogo dos símbolos que o sujeito é constituído. Ele é constituído em práticas verdadeiras - práticas historicamente analisáveis. Há uma tecnologia da constituição de si que perpassa os sistemas simbólicos [...] (FOUCAULT, 1995, p. 275).

Podemos pensar com Foucault (1995) que são os processos de subjetivação que antecedem o sujeito, ou seja, são processos que estão antes dos sujeitos, que são práticas reais e historicamente variáveis que o produzem. Portanto, para Foucault, a direção de suas pesquisas tem assento na ideia de produção de subjetivação como processo, em detrimento da noção de sujeito essencialista e determinista, como é o caso da psicanálise, que não leva em consideração o social e a história como forças produtoras de subjetivação.

Podemos pensar que a subjetividade remete não só a indivíduos, mas a acontecimentos e configurações sociais e é produzida por instâncias individuais, coletivas e institucionais e compostas de dimensões incorpóreas e invisíveis. É pura potência e tem uma lógica de intensidades. Atualmente encontra-se oculta na lógica capitalista de onde vem a ideia de sujeito. Não deve ser pensada como uma redução à consciência, algo interno, ou às representações, mas como um sistema complexo, heterogêneo em constante movimento (GUATTARI; ROLNIK, 2007).

Dessa forma, Deleuze e Guattari consideram que a subjetividade não faz parte de uma suposta natureza humana, mas, pelo contrário, ela é essencialmente fabricada e modelada pelo sistema industrial capitalista. Esses autores pensam a produção de subjetividade não a partir de estruturas fixas, e sim como máquinas de produção, de agenciamentos, que comporta componentes heterogêneos, que não caberiam dentro do conceito de estrutura (DELEUZE; GUATTARI, 2010).

O Estruturalismo procura explorar as inter-relações (as "estruturas") através das quais o significado é produzido dentro de uma cultura. As estruturas são relações abstratas, enquanto os agenciamentos englobam elementos de toda ordem material, social e biológica.

Para Guattari e Rolnik (2007), a subjetividade é produzida por agenciamentos de enunciação. O que são os agenciamentos? Há dois tipos de agenciamentos que funcionam de maneira imbricada, mas sem correspondência ponto a ponto.

Agenciamentos são junções, encontros. O primeiro seria o agenciamento maquínico de corpos, que são operações de combinação de fragmentos materiais/corporais que instauram uma nova ordem de ligação entre estes elementos fragmentários e intensivos da realidade material. Esta nova ordenação de fragmentos de corpos produz coisas e conteúdos novos, uma outra realidade material (DELEUZE; GUATTARI, 2010).

Um segundo seria o agenciamento coletivo de enunciação (junções com outros a partir de palavras), que podem ser entendido como operações de combinações de fragmentos e fluxos semióticos, partículas de palavras e fonemas. O resultado é a constituição de um novo estrato, um outro modo de expressão. Esses dois polos do agenciamento são inteiramente coletivos, pois, mesmo que a invenção de coisas materiais possa ser atribuída à genialidade de um indivíduo, aquilo que foi criado por ele torna-se algo para uma coletividade (ZOURABICHVILI, 2009).

As duas formas de agenciamento, uma produtora de estados de coisas ou de visibilidades, como diz Foucault, e a outra, de enunciados ou de dizibilidades, funcionam uma dentro da outra, em um contínuo cruzamento. No caso do agenciamento de forças, que dá o nascimento à forma prisão e aos enunciados sobre a delinquência, Deleuze, citado por Júlia Almeida, esclarece: "o direito penal não deixa de continuar a levar à prisão, e de fornecer prisioneiros, ao mesmo tempo, que a prisão não cessa de reproduzir a delinquência" (ALMEIDA, 2003, p. 53).

Os agenciamentos são, de acordo com Deleuze e Guattari (2010), portanto, operações que capturam intensidades, fixando-as em formas (coisas) e códigos, conteúdos e expressões, circunscrevendo territórios ou domínios de existência que filtrem e organizam o caos intensivo. São protagonizados por todos, num exercício coletivo continuado de ações e reações por meio das quais afetamos o mundo e por ele somos afetados. São as formas e os códigos, os conteúdos e as expressões, os

territórios e os estratos enraizados numa dimensão intensiva, mergulhados num turbilhão de movimentos que não cessam de decodificar, desterritorializar, dessubjetivar, desestratificar, colocando em jogo o eterno retorno do intensivo, portanto o eterno retorno do movimento de autodestruição e autocriação do mundo (DELEUZE; GUATTARI, 2010).

Dessa forma, alguns novos termos conceituais surgem de Deleuze e Guattari, como a esquizoanálise que pode ser entendida como um processo de abarcamento da leitura do mundo. esquizoanálise é um dos nomes que Deleuze e Guattari (2010) utilizam em suas produções teóricas para falar, entre outras coisas, dos processos de produção de subjetividades, ou seja, a esquizoanálise é uma leitura do mundo, praticamente de tudo o que acontece no mundo, como diz Guattari em seu livro sobre as ecologias.

A subjetividade é concebida pela esquizoanálise como um sistema aberto constituído de múltiplas e diferentes forças, denominadas por Guattari (1993) como equipamentos coletivos de subjetivação ou componentes de subjetivação, conceito que pode ser entendido como um agregado de inúmeras máquinas que compõem a realidade.

Para Deleuze e Guattari (1995), a subjetivação é pensada como um cruzamento de múltiplos componentes que se ligam e religam e acabam influenciando a constituição da subjetividade. A articulação de aspectos psíquicos com equipamentos coletivos ocorre de maneira rizomática. Assim, o “oposto à estrutura, que se define por um conjunto de pontos e posições, por correlações binárias entre estes pontos e relações biunívocas entre estas posições, o rizoma é feito somente de linhas” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 32).

Dessa forma, para Deleuze e Guattari (1995), rizoma é um conceito que entende a realidade - dentro dela a própria subjetividade – como uma rede constituída de inúmeras ramificações que se conectam e se reconectam continuamente com outras ramificações, isto é, rizoma é um sistema aberto do qual procedem as alianças, sempre por conexões realizadas por conjugação de elementos destituídos de pontos de chegada e partida, o rizoma está sempre no meio, imbuído de heterogeneidades e multiplicidades, segundo Deleuze e Guattari (1995).

Esse conceito de rizoma possibilita o entendimento da constituição da subjetividade irrestrita a um número de elementos. Tais elementos são múltiplos e

mutáveis, eles se plugam a outros elementos constantemente, estando eles em constante metamorfose. A partir desses elementos, a subjetividade se funda, coloca-se em funcionamento. Dessa forma, ela se configura como um devir, isto é, continuamente constituída a partir das ligações e religações que suas ramificações fazem e refazem com elementos intra e extrapsíquicos, individuais e pré-individuais, humanos e não humanos, orgânicos e inorgânicos (DELEUZE; GUATTARI, 1995).

O rizoma está intimamente ligado ao conceito de multiplicidade em razão das conexões a múltiplos elementos em um fluxo constante. A noção de unidade do Eu não se sustenta a partir do rizoma. De acordo com Deleuze e Guattari (1995), a multiplicidade faz suas conexões de maneira simbiótica e pressupõe uma transformação quanto à mudança de natureza. Assim, em dois ou vários elementos que se conectam, não há apenas uma complementaridade, é algo muito além, eles se constituem em um novo elemento, com novas características, e pronto para perpetuar novas conexões.

Para Deleuze e Guattari (1995, p. 16); “Uma multiplicidade não tem nem sujeito e nem objeto, mas somente determinações, grandezas, dimensões que não podem crescer sem que mude a natureza”. Assim sendo, a multiplicidade remete sempre a sistemas abertos que se comunicam com outros sistemas abertos. A natureza de movimento incessante da multiplicidade acaba por convergir no conceito de devir, que representa fluxos humanos e inumanos que é a criação de novas subjetividades.

Outra construção conceitual de Deleuze e Guattari (2010), sobre os processos de produção de subjetividade, é o conceito de desejo. Para eles, a construção teórica psicanalítica sobre o desejo é essencialmente algo da falta, do reprimido e recalcado, proveniente do inconsciente, tomado como um teatro familiar, que, por sua vez, é dominado pela tríade pai-mãe-filho, ou seja, o Complexo de Édipo e a castração. Afirmam, ainda, que o desejo está sempre em busca de algo, mas que nunca se completa, não cessa de procurar e de não encontrar. O desejo, portanto, para a psicanálise, é a marca da falta, do vazio que não se enche.

Para Deleuze e Guattari (2010), o inconsciente não é representacional ou estrutural. Para eles, o inconsciente é maquínico.

O inconsciente, na perspectiva deleuzoguattariana, é o contrário de uma cena, de uma representação de um teatro, onde funções, tramas e personagens se repetem indefinidamente. Eles veem o inconsciente freudiano como uma fábrica,

uma usina, do real-social, em contínua produção. Pelo fato de ser fluido, atravessa com sua potência criativa os meios sociais na invenção do novo e na produção de intensidades. Por sua natureza fluida, o inconsciente maquínico-desejante tem em seu caráter produtivo um viés nômade.

Ainda conforme os autores acima, seus fluxos e intensidades desejantes funcionam como dispositivos e deixam acontecer os processos de subjetivação, desarranjando e rearranjando as subjetividades em suas cristalizações e criando o novo na medida das possibilidades de cada corpo e na potencialização da vida, o desejo não carece de nada (DELEUZE; GUATTARI, 2010).

Dessa forma, para Deleuze e Guattari, o desejo é produção, é externo, está tudo no real, a sua essência não é exclusivamente psíquica, pois participa de tudo do real, é produção de vida e de realidade. Um ponto em comum com a psicanálise, é que o desejo também é parcialmente submetido a entidades repressivas, mas estas não são exclusivamente psíquicas, e sim um complexo conjunto, que se compõe e se decompõe, e que, ao mesmo tempo, é político, econômico e comunicacional, isto é, a repressão do desejo está ligada a todos esses fatores. São esses fatores que impõem desejos e não permitem a nossa singularidade. Deleuze e Guattari, ainda, rejeitam a noção marxista de que o desejo pertence à ideologia (DELEUZE e GUATTARI, 2010).

Deleuze e Guattari (2010) dizem que o desejo nunca se deseja sozinho, ou seja, nunca desejamos algo sozinho, desejar é uma máquina, é construir um agenciamento, um agenciamento coletivo, construir um conjunto, uma região; somos máquinas desejantes. Além disso, pode-se dizer que essas máquinas funcionam falhadas, pois não seguem uma lógica linear, repetitiva ou previsível (como na psicanálise): desejar é delirar. E o delírio não escolhe apenas elementos familiares, agencia elementos de uma infinita variedade de universos, produz múltiplas figuras da realidade e não somente de uma realidade subjetiva. Dessa forma, o desejo pode ser identificado como uma força afirmativa de invenção e de diferença que segue sempre em movimento, operando como uma potência criadora e quebrando as normas inflexíveis. “Nas máquinas desejantes tudo funciona ao mesmo tempo, nos hiatos e nas rupturas, nas panes e nas falhas, nas intermitências e nos curtos-circuitos, nas distâncias e nos despedaçamentos, numa soma que nunca reúne sua parte em tudo” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 50).

Compreendemos que os processos de produção do desejo estão intrinsecamente ligados com os da subjetividade, pois ela, a subjetividade, é essencialmente produção social, conforme Guattari (1992). Ele a define enquanto composição de fluxos de afeto (no sentido de ser atingido), intensidades pré-verbais da ordem do invisível, evocadas por instâncias inter-humanas manifestas pela linguagem e instâncias identificatórias relativas a interações institucionais, sociais e culturais, e ainda por dispositivos como a música e as artes. Os fluxos de afetos mobilizados provocam a ativação do desejo e buscam tomar forma e sentido constituindo novos territórios existenciais. Territórios existenciais são as diferentes maneiras de o sujeito perceber-se no mundo (GUATTARI, 1992).

Nesse sentido, produção de subjetividade é rizoma, que Deleuze e Guattari (1995) definiram como um tecido de multiplicidades e de intensidades (que dizem respeito ao território constituído) do qual emergem linhas de segmentaridade e linhas de fuga (desterritorializantes), em função das quais o rizoma muda de natureza e cria novos caminhos, que podem oferecer resistência à homogeneização serializante do capitalismo. Cada pessoa pode viver as três linhas imanentes de segmentaridade dura (a longa travessia institucional que abalroa), flexível (região de devires, das coisas que se passam no interior da existência e que escapam da nossa “história”) e de fuga (aquela que poderá não ser experimentada). Essas linhas de fuga são abalos e rompem com o esperado.

Para Guattari e Rolnik (2007), há dois planos diferentes que compõem a subjetividade. O plano da ordem invisível, também denominado plano molecular, e o outro da ordem visível ou plano molar. No plano invisível, não existe ordem, estrutura, identidade, modelo e tampouco gênero, mas sim fluxos que, segundo os movimentos do desejo, buscam constituir máscaras, engendrando sempre diferentes formas. O plano visível é da ordem da forma, da consciência, das representações e do imaginário. Nesse plano, há fronteiras definidas, como no espaço da história e sua retificação.

Segundo Suely Rolnik (2007), a produção do desejo acontece através de três movimentos, articulados entre o plano visível e o plano invisível. O primeiro movimento corresponde à linha dos afetos, da ordem do invisível e produz desassossego; o segundo movimento constitui a linha de simulação, de ensaio de uma nova forma, de um novo território. Neste momento, o desejo vai sendo acionado, dando passagem para uma nova forma, ainda no plano dos afetos, mas já

ganhando uma máscara no plano visível. No terceiro movimento, no plano molar, uma nova ordem e novos territórios se constituem.

O desejo é potência, produção e criação. Os movimentos do desejo são engendrados a partir do encontro com o outro e podem provocar singularização, que acontece quando o sujeito estabelece uma relação de expressão e criação e se reapropria dos componentes da subjetividade. Em síntese, a subjetividade é plural, polifônica, é produção de novos sentidos, mobilizados por agenciamentos coletivos de enunciação. Os agenciamentos coletivos de enunciação são processos produtores de subjetividade que implicam máquinas de expressão de natureza extrapessoal (sistemas maquínicos, econômicos, sociais, ecológicos) e de natureza infra-humana, infrapsíquica e infrapessoal (sistemas de sensibilidade, de afeto, de desejo) (GUATTARI, 1992; GUATTARI; ROLNIK, 2007).

A ordem do visível engendra, por vezes, uma homogeneização, que produz certo tipo de subjetividade, a qual diz respeito a um mercado de valores onde a pessoa tem um preço, é força de trabalho e de consumo. Esta homogeneização produz o achatamento do desejo e da subjetividade, que se efetua segundo mecanismos de segregação, infantilização e culpabilização (GUATTARI; ROLNIK, 2007).

É através dessas máquinas desejantes que compõem a subjetivação que a categoria gênero se apresenta como campo de estudos desta pesquisa, abordando a violência contra a mulher.

Segundo Heleieth Saffioti (2004), o termo gênero aparece pela primeira vez no campo dos estudos da saúde com Robert Jesse Stoller com a publicação do livro, em 1968, "*Sex and Gender*". Ele introduziu a palavra gênero para diferenciar do termo sexo, que era utilizado para as condições biológicas. O termo alcançou grande notoriedade a partir do artigo "O tráfico de mulheres: notas sobre a economia política do sexo" sem tradução para o português, publicado em 1975 pela antropóloga estadunidense Gayle Rubin.

A partir da leitura de Joan Scott (1995), pode-se dizer que o gênero envolve aspecto relacional entre homens e mulheres, homens e homens, mulheres e mulheres. As representações sociais do que se espera do ser mulher e ser homem ultrapassam o essencialismo biológico e a imutabilidade anatômica, como são os casos de transexuais e travestis. Dessa forma, a dimensão normativa que estabelece interpretações dos significados dos símbolos não dá conta daqueles

novos protagonistas sociais. A identidade subjetiva é a tentativa de não ser enquadrada em uma única identidade, ou seja, identidade de homem e identidade de mulher (SCOTT, 1995).

A construção do conceito de gênero de Joan Scott envolve quatro dimensões: o aspecto relacional, as representações sociais do que é ser homem e ser mulher, a dimensão normativa que estabelece interpretações dos significados dos símbolos e, em último lugar, a identidade subjetiva (SCOTT, 1995).

Para Judith Butler (2010), gêneros são construídos culturalmente e socialmente em um contexto histórico específico. A partir do emaranhamento de normas, leis, discursos científicos, médicos, psicológicos e educacionais constituem o caldo das condutas das atitudes, desempenho e comportamento do que é o masculino e o que é o feminino, onde se dão as relações de poder. No entanto, Butler (2010) destaca a ordem da necessidade de subverter a ordem compulsória, desmontando a obrigatoriedade entre sexo, gênero e desejo. Ainda, para a filósofa,

O conceito de gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado. Tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos (BUTLER, 2010, p. 25).

Portanto, o trato com as mulheres e homens é fruto de uma ordem cultural, local e histórica, sendo que cada cultura tem um modo de tratar as mulheres e homens. Dessa forma, os modos de subjetivação são diferentes em cada contexto histórico e local.

As relações de gênero aparecem no contexto das lutas dos movimentos feministas pela busca de igualdade e direitos. Essas lutas têm origem nos países da Europa Ocidental, Estados Unidos e Canadá na primeira metade do século XX e se intensificam na segunda metade. Tardamente chegam ao Brasil nos anos 80 do século XX.

A existência da dominação masculina se tornou uma evidência para as ciências sociais e ciências humanas, assim a contribuição dos estudos feministas enriquece até mesmo os estudos sobre a masculinidade. Ainda hoje percebem-se as permanências em que os homens dominam as mulheres, individualmente e coletivamente, tanto na esfera privada como na pública, atribuem-se aos homens privilégios materiais, culturais e simbólicos. Portanto, gênero é um conceito das ciências sociais que visa analisar e compreender as desigualdades entre o que é

atribuído à mulher e ao homem. A partir da cultura, os papéis de gênero nos são ensinados, o que é ser mulher ou ser homem, assim a condição de masculino e de feminino se efetuam como imagens idealizadas e esperadas. Podemos inferir que as subjetividades são fabricadas como se existisse uma essência em ser homens e mulheres, uma identidade que não é passível de mudanças subjetivas. Nessa perspectiva, o sexo, enquanto genital anatômico, é o determinante da condição de ser homem e ser mulher. Essa construção acaba por ser subjetivada. Podemos dizer que gênero são modos de produção de subjetividades construídas. É uma recusa ao essencialismo biológico. Bourdieu (2012) corrobora este pensamento ao afirmar que a divisão das coisas e atividades na oposição entre masculino e feminino recebe sua necessidade subjetiva e objetiva na inserção de um sistema de oposições homólogas.

As desigualdades de gênero são produzidas e reproduzidas nas inúmeras narrativas em um contexto social. Dessa forma, podemos perceber essas desigualdades nas famílias, na religião, nas escolas, dentre outras. Essas desigualdades sociais existentes no que se refere às expectativas geradas sobre o comportamento de homens e mulheres são as representações sociais. Sendo assim, esperam-se das mulheres delicadeza, sensibilidade, passividade, subordinação e obediência. A representação social da mulher é respaldada por sua condição de engravidar e amamentar, que passa, como uma obrigatoriedade social, ao cuidado com o marido, o lar e os filhos, sendo, inclusive, responsabilizada por qualquer coisa de errado que acontece dentro do espaço do lar. Já para os homens a representação social está relacionada ao espaço público, demarcando papéis como o de provedor e chefe da casa, virilidade, coragem e agressividade.

Essa formação familiar como modelo, forjada nas representações sociais, nos atributos e os papéis sociais de gênero, valoriza o homem em detrimento da mulher, legitimando, por um lado, a dominação do homem, como diz Bourdieu (2012), a dominação masculina, e, por outro, a inferioridade da mulher. Nessa perspectiva, a mulher é destituída de autonomia e do direito de decidir, inclusive sobre o seu próprio corpo.

No contexto dos anos 60 do século XX, com os movimentos sociais e ações coletivas de grupos de mulheres, negros, homossexuais, e a partir de estudos sobre as relações familiares, o papel tradicional da mulher na família e a condição feminina na sociedade, é que a violência doméstica passa a ter visibilidade como um

problema social e de saúde, tornando-se uma categoria política de reivindicação feminista que ultrapassa as fronteiras, não só de gênero, como também de idade, classe social, raça/etnia, religião e grau de escolaridade.

As relações de gênero e a violência contra a mulher tornaram-se práticas instituídas socialmente em um dado momento da história das sociedades modernas, e como toda prática institucionalizada é transmitida às gerações posteriores como imutáveis e naturalizadas.

Podemos pensar que a violência doméstica contra mulher se efetua nas composições singulares e no âmbito privado, assim cada caso se configura de forma única, mas tendo como ponto em comum as práticas culturais onde se produzem corpos dóceis e obedientes, como nas sociedades disciplinares e de controle, sociedades estudadas respectivamente por Foucault (2009) e Deleuze (1992).

É nesse contexto de produção de práticas culturais que a violência contra as mulheres passa a fazer parte das pautas dos grupos feministas que questionam os papéis que a sociedade lhes atribui pela condição de serem mulheres. Para esses grupos, ainda persiste contra as mulheres uma desqualificação sociocultural, discursos e práticas opressivas, levando-as a um quadro social sem *status* que pode levar a um enclausuramento no âmbito doméstico.

Os movimentos de grupos feministas, de cunho político, exigem a igualdade de direitos entre homens e mulheres. Hoje percebe-se uma evolução da visão da sociedade referente a participação da mulher no mercado de trabalho, de modo que a população feminina vem ocupando posições sociais antes exclusivas do homem. Contudo, embora ocupem espaço no mundo do trabalho, existem ainda enormes desigualdades de direitos, como, por exemplo, o caso das mulheres que continuam assumindo as responsabilidades do trabalho doméstico, uma vez que passam a ter dupla jornada de trabalho.

A agenda e pautas dos movimentos feministas visam romper com estas representações sociais de mulheres e homens.

Assim, ao mesmo tempo que se percebe um avanço nas conquistas e direitos das mulheres, os discursos conservadores tentam barrar as conquistas e a própria luta das mulheres, seja no âmbito das forças políticas, seja no campo religioso.

Esses discursos de representantes de partidos políticos buscam coibir ou mesmo retirar direitos sociais que foram conquistados com muita luta pelas mulheres, assim como os discursos de representantes religiosos que buscam

distorcer ou mesmo apresentar as mulheres como responsáveis pelo quadro caótico social.

Essa dualidade de discursos tem repercutido socialmente com alguns retrocessos nos direitos das mulheres; porém, com a inserção das novas tecnologias de informação, novas abordagens de resistência e conhecimento têm sido responsável por mudanças nas lutas delas.

O debate de gênero que antes era marcado por silêncios e desconhecimento tem no momento outros desafios com as novas tecnologias e a inserção das mulheres cada vez mais no mercado de trabalho e nos processos educativos.

Levando em conta que gênero é uma produção de mentalidades ou governamentalidades, Foucault (2009), ao escrever sobre o biopoder, afirma que ele faz parte dos processos de modos de produzir subjetivação tanto de mulheres quanto de homens. Assim, levando ainda em consideração a produção de desejos, dentro da concepção de Deleuze e Guattari e das concepções do feminismo pós-moderno, que transcendem as noções de identidade e de sujeito universal, para reconhecer as diferenças, podemos afirmar que, para esse tipo de pensamento, os modos de produção de subjetivações de mulheres e homens se fazem por movimentos, por fluxos, por contrafluxos, possibilitando transformações de vida. Como afirma Butler (2010, p. 20), “presunção política o fato de haver uma base universal para o feminismo, a ser encontrada numa identidade supostamente existente em diferentes culturas”.

A partir da citação acima, podemos compreender que o feminino e o masculino variam de acordo com o tempo e o contexto. Para Butler (2010), não se trata de buscar um feminino universal, mas reconhecer diversas expressões do feminino. Ele não se desloca de outras questões, como classe ou raça, mas um feminino que compõe rizomas e com estes outros aspectos que produzem a subjetividade em cada mulher. A história tem mostrado que existe uma representação social do feminino, representação que atribui papéis e direciona práticas. Como nos alerta Foucault (2009), o poder é uma relação de forças e uma prática dessas relações.

Dessa forma, podemos pensar que a questão não está na existência do feminino, mas na forma como são processados os modos de subjetivação, dentro de uma relação de poder que o coloca como inferior.

Concordamos com Butler (2010), quando afirma que a cultura se torna o destino, pois acredita que trabalhar com gênero produza uma posição acrítica entre liberdade e corpo, pois, para ela, gênero e corpo não se constroem em uma relação dialética. Abandonando o gênero como categoria teórica para pensar a mulher, Butler (2010) propõe o próprio rompimento com a noção de identidade para mudança na condição feminina, indo contra a proposta de muitos grupos feministas que querem tornar consciente a identidade existente de mulher.

Se as identidades podem ganhar vida e dissolver-se como diz Butler (2010), podemos pensar como Deleuze e Guattari (2010) que o caminho cultural do devir só poderá ser conhecido quando trilhado com as multiplicidades rizomáticas.

Assim, no próximo tópico abordaremos a construção do papel social da masculinidade e a violência.

2.2. Masculinidade e violência

Ao dizermos da masculinidade também nos referimos a um universo de virilidade, forças, violências e identidades que são balizadas por narrativas em todas as sociedades, e essas construções sociais marcaram profundamente os discursos e a história dessas sociedades.

Dizer e analisar as vivências do homem sempre foi objeto de filósofos, poetas, historiadores dentre outros. Assim, a escrita da história sempre enalteceu a desenvoltura masculina como força e razão. Ao contrário, a mulher era vista como fraca e emocional.

Porém, é necessário situarmos que, a partir da Primeira Guerra Mundial, com a destruição e o esfacelamento dos países da Europa Ocidental, o homem viu-se frente a uma imagem que não mais condizia com a antiga, isto é, agora ele passava por sofrimentos psíquicos, dores e, especialmente, o medo constante que o rondava diante de novos conflitos bélicos que assolavam o planeta a partir da Segunda Guerra Mundial e a ameaça de extermínio da humanidade com uso de bombas nucleares durante a Guerra Fria. É nesse período entre guerras que começam os estudos sobre os homens. No entanto, não havia um debate em relação a gênero, ou seja, ser homem e ser mulher. Essa discussão não era parte da pauta destes estudos que estavam mais interessados nos papéis sexuais e na anatomia.

Dessa forma, podemos dizer que o início do debate sobre a masculinidade começou a ter mais intensidade na década de 1980. Esses estudos saíram do enfoque de papéis sexuais para as teorias de gênero. A partir dos movimentos das minorias, dos movimentos estudantis contra a hegemonia nos anos 1960 e dos estudos sobre gênero e sobre a AIDS na década de 1990, consolidou-se a noção de poder e gênero na discussão sobre homens e saúde.

Nesse contexto, podemos pensar na educação e na produção de modos de subjetivação masculina não mais produzida apenas pela identidade sexual anatômica – pênis ou vagina.

Sócrates Nolasco (1995), a partir de sua leitura da obra de Gilles Deleuze, *“Imagem e tempo”*, diz que nossas vivências e experiências cotidianas e as situações-limites não são assimiladas como algo raro e extraordinário. Não nos faltam esquemas sensório-motores para reconhecermos tais situações e suportá-las, pois somos afetados e assimilamos a experiência vivida. Aproximamo-nos quando a experiência é prazerosa e afastamo-nos quando é desagradável. Ele ainda afirma, a esse respeito, que as metáforas são esquivas, sensório-motoras, e que nos lança a algo quando não sabemos o que fazer: a esquemas singulares de natureza afetiva, assim estes esquemas são clichês. Um clichê é a imagem sensório-motora da coisa, isto é, não percebemos as coisas ou a imagem inteira da coisa. Somente percebemos o que nos interessa, em razão dos nossos interesses econômicos, das nossas crenças religiosas, das nossas ideologias e exigências psicológicas. E assim tudo o que é percebido é um clichê.

Nolasco (1995) afirma que o masculino é percebido como um clichê que se sustenta no argumento biológico, pois o essencialismo biológico determinava o destino do homem e sua compreensão sobre si mesmo, dos outros homens e das mulheres.

É a partir desse pensamento que podemos compreender a desconstrução do masculino, pois podemos pensar o masculino como categoria de identificações e comportamentos que configuram, para cada homem, um campo de representações e papéis sociais. Enfim, todas as atividades do fazer, agir, pensar e desempenhar põem os homens diante da questão do uso da legitimidade de suas atitudes. Nolasco (1995) questiona o que significa ser homem.

Para esse autor, o biológico anatômico serviu como matéria-prima para assegurar algumas certezas culturais criadas para definir homens e mulheres.

Dessa forma, a socialização e sociabilidade de crianças têm o início do que é ser menino e ser menina. O sexo anatômico é visto pelo homem como âncora que acolhe representações de homem e mulher.

Foucault, em suas obras *Microfísica do poder* (1979) e *História da sexualidade* (1988), desenvolve a noção de um indivíduo como construção social e o controle dos corpos e dos prazeres como dispositivo para a organização de certo modo de produzir subjetivação em um determinado período histórico. Tem um corpo a ser determinado e nele é inscrito o que é ser homem e ser mulher através de discursos ideológicos.

Dessa forma, o anatômico cai perante a história, e o corpo passa a ser historicizado. Não há mais possibilidades da anatomia se sustentar. No modelo socializador do corpo com critério tecnológico, a força física, como uma das características e a mais importante do desempenho masculino, perde seu valor e até mesmo deixa de ter valor. No cenário do capitalismo da produção de subjetividades, da era tecnológica e dos direitos humanos, a conduta esperada é a da docilidade e cordialidade, que passam a ter mais valor que a força física (NOLASCO, 1995).

A sociabilidade e a socialização masculina do tornar-se um homem são construídas a partir da não associação a um “tornar-se mulher” ou a um “tornar-se homossexual”. Nessa perspectiva, o feminino se torna até o polo de rejeição central, que deve ser combatido para não ser assimilado. Nolasco (1995) afirma que a noção de masculino como definidor de ação e sistema de relações, que é o patriarcado, está diante de uma guerra perdida para uma maquinaria tecnológica, humanista e liberal, como categoria universalizante e totalizadora.

E aqui podemos pensar se existe de fato uma masculinidade hegemônica. O conceito de masculinidade hegemônica pertence a Raewyn Connell (registrada com o nome de Robert William Connell), autora de “*Maculinities*”, publicado no ano de 1995. Para a autora, a masculinidade é uma “configuração de gênero que incorpora a resposta atual aceita para o problema da legitimidade do patriarcado, garantindo a posição dominante dos homens e a subordinação das mulheres” (GARCIA, 1998, p. 46).

Marcos Nascimento (2001) contesta o conceito de masculinidade hegemônica e afirma que o debate sobre homens e gênero possibilita ver os homens em suas multiplicidades locais e históricas, com diversas possibilidades de exercício de sua masculinidade. Segundo ele, deve ser usado o plural, sendo assim “homens e

masculinidades”. Assim, a masculinidade não se resume a um modelo hegemônico que se conecta a uma versão tradicional do patriarcado. Portanto, as masculinidades não são atribuídas, mas produzidas pelo social, ou seja, é uma produção de subjetivação. Esta construção social, cultural e histórica pode ser desconstruída e reconstruída ao longo da vida de um homem, pode ser dessubjetivada, o que é o devir pensado por Deleuze e Guattari em o *Anti-Édipo* (2010) e em *Mil platôs* (1995).

Nesse cenário, temos uma integração planetária do capitalismo através da mundialização dos fluxos (materiais e imateriais) e dos contatos, em boa medida das novas tecnologias de alta velocidade, da virtualidade das comunicações e de viagens no ciberespaço, dos espaços da lógica socioeconômica, dos espaços de conflitos de gênero, de conflitos étnicos, religiosos, ecológicos, geográficos, estéticos e artísticos. Assim, a construção de uma cidadania marcada ou reprimida por esta nova configuração do cotidiano faz o homem empreender um esforço para compreender o que se passa à sua volta e consigo mesmo sem ter a referência do sexo. Por não ter palavras que deem sentido ao que vivem, os homens reagem com violência contra eles mesmos, contra as mulheres e contra outros homens (NOLASCO, 1995).

A violência ultrapassa todas as fronteiras e está constituída no “imaginário” da masculinidade. A violência é da ordem dos excessos, pois o homem, ao não conseguir lidar com sua força física, com aquilo que o afeta, parte para o ato. E o ato é o que rompe com o direito do outro de ser aceito e respeitado.

Segundo Minayo (1994), violência é um complexo fenômeno biopsicossocial, passível de compreensão apenas dentro da especificidade histórica, já que, “na configuração da violência, se cruzam problemas da política, da economia, da moral, do direito, da psicologia, das relações humanas e institucionais, e do plano individual” (MINAYO, 1994, p. 7).

Dessa forma, a violência tem que ser pensada a partir dos fenômenos históricos e que compõem a subjetividade. Por meio desse olhar, torna-se possível a compreensão da complexidade das violências e como as suas diferentes formas são ora toleradas, ora condenadas, de acordo com momentos históricos e diferentes circunstâncias (MINAYO, 2005).

Violência pode ser definida, segundo Marilena Chauí (1985), como relação de força, conversão de uma diferença em relação hierárquica de desigualdade, objetivando a exploração, a dominação, a opressão e a coisificação do ser humano.

A violência é aprendida, ensinada e transmitida dentro da família, da igreja, da escola, nas relações de convivência, na mídia e em outras instâncias. A violência humana é escondida, camuflada, apresentada e replicada nos processos educativos formais, informais e não formais. Homens e mulheres são afetados por forças da natureza, do social e do próprio biológico, que os constituem e os atravessam. Daí o machismo, o autoritarismo, o disciplinamento. Seguindo o pensamento de Foucault (2009), a violência pode ser pensada como uma relação de forças.

Segundo a autora Sônia Felipe:

Violência é uma ação momentânea ou uma série de atos praticados de modo progressivo com o intuito de forçar o outro a abandonar o seu espaço constituído e a preservação da sua identidade como sujeito das relações econômicas, políticas, éticas, religiosas e eróticas. No ato de violência, há um sujeito que atua para abolir, definitivamente, os suportes dessa identidade, para eliminar no outro os movimentos do desejo, da autonomia e da liberdade (FELIPE, 1996, p. 25).

É no cotidiano que muitos aprendem e replicam a violência, como uma relação de forças. De acordo com Bernard Charlot (2002), a violência é uma palavra-valer e deve ser compreendida numa perspectiva ética, a partir de referências culturais e históricas. Ainda segundo o mesmo autor, é preciso compreendê-la dentro de um determinado contexto, em que um grupo, uma sociedade ou uma instituição indica o que suporta e o que não suporta, e vai, assim, denominá-la de violência. Ela pode ocorrer tanto no nível da educação formal, como no nível não formal e informal.

Podemos compreender a violência através de diversas óticas, da antropologia, da filosofia, da psicanálise, da psicologia, da neurociência, do genoma humano. No entanto, só podemos pensar que ela é um fenômeno humano.

De acordo com Emily Rothman e colaboradores (2003), ainda não se pode afirmar quais são as gêneses da violência de homens contra mulheres. Segundo a autora, existem duas teorias que influenciam grande parte das pesquisas etiológicas sobre a temática: a teoria geracional, da ideia da transmissão da violência de uma geração para a outra, e a teoria do poder e dominação masculina sobre as mulheres.

Para contrapor a estas duas teorias do campo social e cultural, temos as pesquisas do campo biológico (neural, hormonal e genético). Essas pesquisas têm feito um esforço para confirmar que a violência dos homens é produto de predisposições genéticas ou da influência da testosterona. Sendo assim, não

descartamos os efeitos do biológico no corpo e na produção de subjetividades e a importância desses esforços. Porém o que nos afeta mais fortemente não é o que se transmite pelo genético, pela mutação genética ou pela descarga de hormônios, mas aquilo que chega por meio dos discursos, dos signos, da linguagem e dos laços amorosos que podemos construir (e destruir) em nossas relações de convivência. É no social que a subjetividade é produzida de forma rizomática, que se compõe também com o biológico. Guattari e Deleuze (2010) dizem que todo o delírio é social, o psicótico delira com seu contexto social. Podemos pensar que toda violência é social, inclusive a violência contra a mulher.

A partir da esquizoanálise, podemos pensar que um dos fatores que determinam a manutenção da violência contra a mulher está baseado na estagnação dos processos de produção do desejo, impossibilitando a construção de novos modos de ser, agir, pensar e existir no mundo. Relembremos que o desejo é percebido como força produtiva e criativa de caráter revolucionário, imanente a outras forças animadoras da sociedade e da história (BAREMBLITT, 2003).

A violência contra a mulher não tem um consenso entre pesquisadores em relação à terminologia utilizada. As designações mais utilizadas são: violência de gênero, violência doméstica, violência intrafamiliar, violência de parceiro íntimo e violência conjugal. Nesta pesquisa, usaremos a terminologia violência contra a mulher, porque nos leva a pensar em toda a dimensão humana da mulher, nos campos doméstico, acadêmico, religioso, do trabalho e em outros espaços. Para este estudo, as outras terminologias têm limitações.

A seguir, relacionamos a produção de subjetividade com o ato de falar francamente e os efeitos que produz em quem fala, isto é, a parrésia conforme Foucault.

2..3. Coragem da verdade de Michel Foucault na produção de subjetividade

A coragem da verdade, livro de Foucault (2011), baseado nas concepções da parrésia, falar francamente, o dizer verdadeiro, foi escolhido porque acreditamos que o falar produz efeitos subjetivos em quem fala. Pensamos o falar como ferramenta pedagógica para estabelecer trocas e relações de existência entre os seres humanos. O falar franco produz subjetividade, ou seja, é através do falar que

também é possível estabelecer ou provocar uma mudança de vida de qualquer indivíduo.

Dessa forma, podemos inferir que é na fala que demarcamos, em primeiro momento, um modo de vida machista para um modo de vida não machista.

Quem fala não fala em monólogo, fala em relação a alguém ou consigo mesmo. O diálogo é estabelecido, produzido e reproduzido constantemente em mediações entre quem fala e quem escuta, portanto toda comunicação está impregnada de diálogo.

Assim, pensamos o diálogo no sentido em que Deleuze e Guattari (2010) pensam o dispositivo, como uma ferramenta que provoca abalos, fissuras, transformações. Dessa forma, pensamos que o diálogo permite a abertura para o acolhimento e atendimento nas relações humanas (como exemplo, podemos citar, o gênero), de convivência e quebra de hierarquias, proporcionando uma produção de subjetividade.

Nós [...] ouvimos 'assujeitamento do sujeito à ordem da lei' onde os antigos ouviam 'constituição do sujeito como fim último para si mesmo, por meio do exercício da verdade'. [...] Quem quisesse fazer a história da subjetividade, ou melhor, a história das relações entre sujeito e verdade, deveria tentar encontrar a [...] lenta transformação de um dispositivo de subjetividade definido pela espiritualidade do saber e a prática da verdade [...] neste outro dispositivo de subjetividade que é o nosso, comandado, creio, pela questão do conhecimento do sujeito por si mesmo e pela questão da obediência do sujeito à lei (FOUCAULT, 2001, p. 304-305).

O dizer verdadeiro demarca uma atitude política que confronta as verdades (como o machismo e o racismo) que foram fixadas e passaram a ser inquestionáveis e dogmáticas, que influenciam as práticas de poder, as relações e as convivências, levando à dominação da governamentalidade. O falar francamente busca outro modo de ser, rompe com as relações abusivas (dominação masculina, dominação branca, dentre outras), para chegar a uma soberania para consigo mesmo, recusa-se a ser governado por outros (FOUCAULT, 2011).

É preciso dizer que aqui não se trata do diálogo no sentido platônico, onde um é o sábio e o outro é o ignorante, pois o sábio é aquele que pergunta e sabe a resposta, aquele que é questionado não sabe responder porque; é um ignorante. O sábio pressupõe que o outro não sabe a sua própria verdade.

Sendo assim, podemos pensar que, durante muito tempo, e ainda hoje, houve uma verdade produzida pelos homens para as mulheres, isto é, uma verdade de homens para outros homens.

Nesse contexto, a parrésia é o falar com franqueza, o diálogo como conversa, é o falar verbalmente com alguém ou com várias pessoas, sem necessariamente haver troca de informações. É o falar francamente. É a parrésia (*parrhesía*, *parrehsia*) dos gregos da antiguidade, do período helenístico, especialmente a *parrhesia* cínica: Foucault (2011) escreve:

A vida como presença imediata, brilhante e selvagem da verdade, é isso que é manifestado no cinismo. [...] A verdadeira vida como vida de verdade. Exercer em sua vida e por sua vida o escândalo da verdade, é isso que foi praticado pelo cinismo (FOUCAULT, 2011, p. 152).

Mediante o contexto que foi investigado, dos modos de produção de subjetividade de homens na violência contra as mulheres, contamos com as reflexões de Foucault (2011) e de Michel de Certeau (2009) nas análises das falas dos homens envolvidos nesta pesquisa. Utilizamos a cartografia para fazer o percurso do dizer verdadeiro com suas conexões em fluxos e o seu contrafluxos, isto é, o que impede alguém de dizer sua verdade ou o que facilita esse dizer verdadeiro.

Segundo Foucault (2011), quem pratica a parrésia faz uma afirmação ousada recoberta de atrevimento oratório, sem medo de dizer a verdade, diz o que passa em sua mente e abre seu coração aos outros, mostrando aquilo que pensa. Ainda, segundo o autor, devemos distinguir dois tipos de parrésia: a trapaça e a que faz coincidir crença e verdade por meio da atividade verbal corajosa que pode colocar em risco aquele que a profere.

O falar franco é uma atitude ética e política, pois aquele que profere a parrésia não é um enamorado de si, ele é, antes de tudo, franco consigo mesmo, é ético, pois, para Foucault (2011), “Nem sempre é a própria vida que corre risco na parrésia, pode perder também a amizade, correr o risco de perder o prestígio”.

A ética no falar verdadeiro causa crises na verdade estabelecida, porque aquele que profere a parrésia é, antes de tudo, um crítico e não um formulador da verdade, colocando-se em posição de inferioridade em relação ao interlocutor, não é o suspiro iluminado falador da verdade. É sempre um homem livre, jamais um

escravo. Consiste na liberdade de falar francamente em lugar de usar a persuasão, por meio da conversação.

Parrésia é a reflexão sobre a natureza da verdade e dos estilos de vida, a verdade e as éticas e estéticas de si. Daí a proposta da reflexão e da conversa nos grupos que foram objetivo deste estudo (FOUCAULT, 2011).

A *parrhesia* é o principal instrumento para a elaboração do *éthos* como um modo de viver, consequência da escolha do próprio sujeito – tratando-se, assim, de uma prática de subjetivação que se coloca como coerente com o estilo de vida que se impõe a si mesmo enquanto é capaz de autogovernar-se; e, muito além da possibilidade de fixar regras de conduta, consiste em modificar o seu próprio modo de ser fazendo da sua vida uma arte de autogoverno. Por essa razão, observamos uma prática que põe em ação, a partir do exercício autocrítico do *éthos parrhesiástico*, um modo de desestabilização do indivíduo, isto é, inquieta-se com si mesmo, para que se torne mais livre e possa exercer o governar a si mesmo e o governo dos outros (SEIXAS, 2014, p. 18).

A parrésia foucaultiana, do falar arriscado, encontra contrapondo na produção de Certeau (1982), que também dialoga com a subjetivação, com o falar e o ouvir, no campo de uma dinâmica contemplativa entre as falas, em que não existe uma hierarquia de saberes – posição de quem fala. Este autor diz da fala de quem fala e de onde fala, ou seja, o lugar institucional de onde se fala, o sujeito tem que se adequar a este lugar para ser aceito por seus pares. Pode-se pensar que, em um grupo, aquele que profere a fala estará autorizado a falar horizontalmente, inclusive com quem coordena grupos de convivência.

Portanto, nesta pesquisa importa compreender quais tipos de relações de diálogo são estabelecidos entre os participantes dos grupos do Dialogar, ou seja, diálogos verticais, horizontais ou transversais, objetivando compreender os modos de produção dessas subjetividades.

A partir desse horizonte da fala e do diálogo, nesta linha de raciocínio, pode-se pensar que o machismo trata a alteridade, o feminino e os homens que não se enquadram na normativa da masculinidade hegemônica, como objeto, sem direito a voz e resposta. Segundo Mikhail Bakhtin (2011), o outro não é “coisa”, ele é dotado de capacidade de responder, de fornecer uma contra palavra. Podemos pensar que, a partir do diálogo, o machismo é um processo que produz subjetividades dentro de uma cultura, das tecnologias, da escolarização, das práticas educativas, da mídia, entre outros dispositivos.

Assim, o impacto do dispositivo do dizer verdadeiro tende a produzir novas subjetividades. Estas são formadas no interior dessas práticas, simultaneamente constituídas e constituintes do cotidiano institucional, podendo ser nos espaços privado e público.

A questão que se apresenta é como se dá a relação da subjetividade com a verdade ou o que dela se pode extrair. Tendemos a observar que talvez os homens participantes dos grupos reflexivos não façam por estarem assujeitados a um modo de subjetivação que não os fazem cogitar estas questões, ou por não conhecerem outras saídas, ou por estarem acomodados à situação.

O pensamento, como capacidade de articular afetos e percepções (DELEUZE, 2006), costuma retificar objetos e subjetividades, que passam a existir enquanto produzem e são produzidos dentro de determinadas práticas institucionais, como sintomas que denunciam os não-ditos: violência, poder, dominação, dinheiro, saber, prestígio, prazer, corporeidade, subjetividade masculina e feminina e o sagrado.

O falar verdadeiro é uma ferramenta que pode ser útil para o enfrentamento da violência contra a mulher.

A seguir vamos abordar os dispositivos como meios/modos de relações entre a produção de subjetividade.

2.4. Os dispositivos de Michel Foucault como redes de subjetivação

Para Foucault (1988), o conceito de dispositivo é polissêmico e se configura no campo da regulamentação – normas. Assim, dispositivo consistiria numa rede que pode ser estabelecida entre diferentes elementos, tais como: o poder em relação a qualquer formação social; a relação entre fenômeno social e o sujeito; e a relação entre discurso e a prática, as ideias e as ações, atitudes e comportamentos. Nesse sentido, Foucault (1979) esclarece o dispositivo como:

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais e filantrópicas. Em suma, dito e não-dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos (FOUCAULT, 1979, p. 244).

Ainda para o autor, os dispositivos estão inseridos em jogos de poder associados aos saberes que nascem ao mesmo tempo em que também se configuram. Portanto têm uma função estratégica e respondem a uma urgência histórica que está ligada diretamente à concepção da formação de Estado = organização – refletindo nas instituições.

Por serem instituições que são mediadas pelo Estado, a Justiça e a Polícia Civil são dispositivos. Dessa forma, torna-se importante compreender como se configuram as relações entre homens e mulheres mediante normas e leis.

Dispositivo, como um tipo de formação que teve em um determinado momento histórico, como função principal responder a uma urgência. Tem uma função estratégica dominante. O dispositivo está sempre inscrito em um jogo de poder, estando sempre, no entanto, ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem, mas que igualmente o condicionam (FOUCAULT, 1979, p. 244).

Como exemplo de dispositivo tem-se a sexualidade, como apontado nos estudos de Foucault (1988) em sua obra “*A história da sexualidade*”. Da mesma maneira, a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, sobre violência contra a mulher, faz parte do Direito Penal brasileiro, é um dispositivo da regulamentação, da norma e das condutas de homens e de mulheres. E essa lei responde a uma urgência do movimento feminista para conter a violência contra a mulher.

A violência pode ser considerada um dispositivo. Para o sociólogo Sérgio Adorno (1988), a violência é pensada como uma relação vertical de hierarquias para dominar, explorar e coisificar um sujeito, impedindo ou reprimindo sua fala.

Esses dispositivos moldam a subjetividade de mulheres e de homens para fabricar sujeitos de conduta de direitos humanos.

Assim, a violência desferida por homens contra mulheres consiste em um dispositivo, porque é composta por diferentes modos de realização: apresenta uma visibilidade, por vezes de modo demonstrativo; vem a ser acompanhada por uma enunciação. Vale dizer, a violência é sempre antecedida, ou justificada, prévia ou posteriormente, caracterizando-se como uma violência psicológica, como foi descrito na Lei nº 11.340, de 2006.

Da mesma maneira, a violência psicológica se torna uma violência simbólica, que se exerce mediante uma subjetivação pelos agentes sociais envolvidos na relação. A violência simbólica impõe uma coerção que se institui por intermédio do reconhecimento extorquido que o dominado não pode deixar de outorgar ao

dominante quando somente dispõe, para pensá-lo e para pensar a si mesmo, de instrumentos de conhecimento que têm em comum com o dominante e que constituem a forma incorporada da relação de dominação (BOURDIEU, 2012).

Segundo Adorno (1988, p. 3), a dominação ocorre quando há “a conversão dos diferentes em desiguais e a desigualdade entre superior e inferior”. Ainda de acordo com o autor, a violência é a coisificação do sujeito dominado nas relações de convivência.

Pode-se pensar que a violência é tanto uma relação da subjetividade como dos dispositivos (normas e regulamentações), ou seja, condutas são produzidas e esperadas pelos conjuntos de leis, normas, regras; como também uma relação entre sujeitos com posições hierárquicas distintas, relações familiares, como marido e esposa, entre outras.

A Lei nº 11.340/2006 é um conjunto de artigos que tratam de crimes contra a mulher e definem o que é violência física, psicológica, sexual, moral e patrimonial. Todo essa composição visa, como dispositivo de mudança, alterar condutas violentas de homens para condutas de direitos humanos; e de mulheres vítimas em mulheres com empoderamento de direitos, para usar um termo importado dos Estados Unidos.

O dispositivo da citada lei, como uma urgência dos movimentos feministas para barrar a violência masculina, funciona como um instrumento de punição e violência, pensado em rede que envolve outros dispositivos, tais como a educação, as relações de gênero, a política, entre outros. Assim, não podemos pensar a violência desvinculada dessa rede de dispositivos.

Com o advento dos movimentos sociais nos anos de 1960, o dispositivo da sexualidade e das relações entre homens e mulheres mudou. O que era uma relação monogâmica, pai, mãe e filho, hoje – ainda que haja esta composição –, temos outras composições familiares que se conjugam com outras sexualidades. Poderíamos pensar o dispositivo como rizoma.

Nas novas formações familiares, a violência e a educação são atravessadas por novos dispositivos de controles, tais como GPS (é a sigla para *Global Positioning System*, que em português significa “Sistema de Posicionamento Global”), educação a distância, monitoramento de presos a distância com tornozeleira. Assim, observamos que os dispositivos elaborados por Foucault demarcam os espaços de convivência entre homens e mulheres.

No próximo capítulo, vamos debater movimentos sociais, espaços educativos, educação, violência e grupos.

3. CORPO FEMININO NAS DIMENSÕES DOS ESPAÇOS DO PROJETO DIALOGAR

Este capítulo analisa as dimensões da violência na sociedade de controle, em que ele próprio denomina e articula um aparato de coerção como modelo organizacional e funcional, marcando as fronteiras sociais e os indivíduos nos seus cotidianos. Nesse aparato das relações sociais, o papel da mulher ainda traduz um sintoma na sociedade em que seus direitos são amplamente relegados ou mesmo negados em relação ao papel social do homem. Dessa forma, também pretendemos analisar o corpo feminino atravessado por uma violência exacerbada, o surgimento dos grupos de enfrentamento a essa violência, os espaços de reflexão, diálogos e acolhimento dessas mulheres – espaços educativos –, como também o projeto social do Dialogar que atua como um desses grupos de acolhimento e enfrentamento a violência na cidade de Belo Horizonte em Minas Gerais.

3.1. As dimensões da violência e o corpo feminino

Ao refletirmos sobre as dimensões da violência, percebemos que ela se apresenta enraizada de inúmeras formas e condutas na sociedade brasileira, sendo que o Estado pode ser considerado como agente violador dos direitos sociais, isto é, através de uma violência simbólica e concreta em suas ações.

Essa violência, amparada em narrativas de bem-estar social e organização dos espaços públicos, tem alimentado constantemente um estado de força, coerção e violência, como também em inúmeros casos de violação de direitos sociais – moradia, saúde, educação, dentre outros.

Assim, essa dimensão da violência pensada aqui se apresenta de variadas formas na sociedade, desde um ato de agressão física até a violência simbólica, psicológica, sexual, moral, patrimonial e a do próprio Estado, já que ele é o detentor do monopólio da violência.

[...] a noção de agressão é, de algum modo, consubstancial ao universo das interações interpessoais, mas o termo “violência” deve se inscrever para além da perspectiva do dano causado, intencionalmente ou não, reativamente ou não. O termo violência exige a referência a uma *norma*, pois ela remete a um excesso, um abuso (GREGGIO; ARAÚJO, 2011, p. 134).

Pensamos a violência somente em seu estado bruto, ou seja, um ato de contato físico em que há um agravamento dos contatos do corpo com o outro. Essa violência pensada como agressão física aparece como marcas brutais no corpo, porém temos que ter em mente que a violência vai além dessas agressões físicas, pois um termo, um olhar, um gesto ou um ato despercebido pode ser considerado um ato violento.

Assim, pensar a violência é pensar que ela está em todos os espaços, em toda parte, como nos apresenta Jean-Claude Chesnais (1981, p. 28), “não há aspecto algum da vida social em que a violência não esteja infiltrada; a linguagem, a arte, o cinema, a música, a dança, o esporte; enfim, onde quer que nos encontramos a violência aí está”. Essa afirmação pode ser estendida aos aspectos culturais, políticos, econômicos, sociais e na complexidade entre os indivíduos e suas relações com seus pares e consigo mesmo.

Dessa forma, as relações de poder e os espaços institucionais levam-nos também a pensar nos discursos e nas práticas da violência construídos historicamente entre homens e mulheres nas mais diversas situações e espaços sociais. Esses discursos e práticas estão ainda presentes e geram a manutenção de uma ordem de violência impetrada pelos homens, o que tem apontado grande número óbitos de mulheres nos últimos anos.

Sendo assim, para compreendermos um dos aspectos dessa violência devemos historicizar essa categoria “violência”, pois foi através de uma retórica patriarcal que o poder se manteve hegemônico ao longo da história ocidental sobre qualquer indivíduo da organização social. Dessa forma, a estrutura desse poder poderia ser observada através de inúmeros arcabouços que balizaram todos os laços organizativos que constituíam essa estrutura de comando, sobre a mulher, filhos, súditos, escravos, o povo, cabendo-lhe o poder de decisões cruciais de forma inquestionável no seio da sociedade. Assim, na vigência do patriarcalismo, as relações humanas são estabelecidas em patamares desiguais e hierarquizados. O patriarca representa a autoridade maior determinando as condições que justificam

seu *status* de superioridade e o *status* de inferioridade dos outros indivíduos (SAFFIOTI, 2004).

Essa estrutura organizacional de comando e de poder tem suas permanências, rupturas e continuidades através dos tempos, embora possamos observar algumas mudanças no campo das relações afetivas, especialmente no papel social da mulher, após a Primeira Guerra Mundial. Nas cidades europeias, antes da eclosão da Primeira Guerra Mundial, a vida seguia seu curso normal em uma configuração patriarcal, onde os homens trabalhavam em diferentes funções, não havendo muito espaço para o trabalho feminino no espaço público, às mulheres estava reservado o trabalho privado, isto é, o serviço doméstico.

Durante a Primeira Guerra Mundial, as mulheres que viviam nos países envolvidos no conflito sofreram as consequências da guerra. Enquanto os homens se deslocavam em grande quantidade para os campos de batalha, as mulheres de classe média e alta passaram a trabalhar fora de casa. É importante lembrar que, com advento da revolução industrial, a mão de obra industrial era composta pela família proletária, ou seja, homens, mulheres, jovens e crianças.

Quando a guerra teve início, todos os homens que estavam em boas condições físicas foram convocados para participar dela, não se esquecendo de que houve países que alistaram até os mais jovens. Sendo assim, as cidades não poderiam parar de funcionar, de produzir. Assim, foi possível às mulheres ocupar o lugar dos homens nos diferentes tipos de trabalho. Contudo, para o período era uma novidade, uma mudança que transformaria as relações sociais, os costumes e o papel que as mulheres passariam a desempenhar a partir daquele momento. Mas a violência dentro de casa ainda era, e é, uma realidade de muitas mulheres. Segundo Diniz e Pondaag (2006):

A violência é um fenômeno complexo que precisa ser contextualizado para ser entendido. A partir da década de 1980, ganha visibilidade, no cenário social, a questão da violência doméstica, também chamada de violência intrafamiliar, violência de gênero e violência contra a mulher. Esses termos frequentemente usados como sinônimos, na verdade, apontam para especificidades na forma de compreender e caracterizar o fenômeno (DINIZ; PONDAAG, 2006, p. 235).

As mudanças político-sociais que aconteceram na virada do século XIX para o XX impactaram profundamente as relações afetivas, pois, com os avanços

tecnológicos, as mulheres começam a romper alguns laços que foram construídos por narrativas culturais e religiosas que não permitiam a elas alguns direitos sociais.

Com o impacto e as consequências da Primeira e Segunda Guerras Mundiais, as mulheres começam a avançar em postos que não eram antes previstos para elas. Assim, nesse momento, muitas mulheres começam a trabalhar em fábricas por falta de mão de obra masculina. Esse ato de sair para ajudar a produzir em um momento de confronto bélico dá às mulheres um alcance de luta e apropriação de seus direitos, e elas começam a romper com estigmas e ideologias de sua criação e educação.

Historicamente, a construção de uma “feminilidade plena” deu-se em sincronia com o ideal de “boa esposa e boa mãe”, que tomou forma no Ocidente nas últimas décadas do século XVIII, quando a Igreja procurou regulamentar a vida conjugal. Segundo as prescrições eclesiásticas, a mulher devia ao marido amor, obediência, fidelidade, paciência e assistência, cabendo a ela ajudá-lo em todos os trabalhos e no tratamento de enfermidades. Como obrigação do marido, o sustento, que seria a contrapartida da obediência. Também eram prescritas formas distintas de amor conjugal: a respeitosa, da mulher em relação ao homem; e a respeitosa e terna, do homem em relação à mulher, resultante da fragilidade do sexo feminino. Ainda que atribuições diferentes fossem dadas a cada um dos cônjuges, ambos deveriam honrar o casamento e manter a fidelidade como um dever conjugal. Entretanto, só ao homem caberia punir ou corrigir a mulher, fosse por meio de correção física ou não (TRINDADE; NASCIMENTO; NASCIMENTO, 2006, p.188).

Porém, devemos frisar que as conquistas das mulheres são barradas em vários momentos, pois, com a volta dos homens no final das guerras, a ideia seria que elas voltassem para o lar. Também observamos que houve outras formas de coibir o papel social da mulher dentro do jogo político ou mesmo no campo profissional.

O diagnóstico das revoluções femininas até o século XX é, por assim dizer, ambíguo. Ele aponta conquistas, mas também para armadilhas. No campo das aparências, sexualidade, do trabalho e da família, houve conquistas, mas também frustrações. A tirania da perfeição física empurrou a mulher não para a busca de uma identidade, mas de uma identificação. [...] a revolução sexual [...], se trouxe independência, a profissionalização trouxe também o estresse, fadiga e exaustão (PRIORE, 2013, p.176).

Ao debatermos fatores e causas da violência contra as mulheres, temos que, em primeiro momento, construir uma trajetória dos aspectos políticos e sociais dessa violência, analisando mudanças, rupturas e continuidades desses atos de violência que são balizados, muitas vezes, por discursos de várias ordens, como os relacionados à religião, às tradições, às concepções de gênero, dentre outros.

No século XX, com o advento dos direitos humanos, a partir da Carta de Declaração Universal dos Direitos Humanos, feita pela Organização das Nações Unidas (ONU), que considera violência qualquer ato ou omissão contra os direitos fundamentais (ONU, 1948). Durante muito tempo, fazia parte da relação matrimonial o uso da força pelo homem. Hoje esse ato é considerado violência e crime. Não se aceita mais que o homem trate a mulher de forma violenta, embora ainda há as permanências sociais e culturais que determinam também a violência (PASSETTI, 2003).

As relações de violência entre mulheres e homens têm conteúdos de gênero, social, cultural, religioso e financeiro. O machismo, que é a outra face do patriarcalismo, subjuga a mulher, designando-a de sexo frágil, e nas relações sociais, tais como trabalho e profissão, elas não são valorizadas pela maioria dos homens e inclusive das mulheres (RAMOS; CARRARA, 2006).

A violência, campo de inúmeras reivindicações da militância feminista na atualidade, aparece nesse contexto como um dos principais fatores para a estruturação desses movimentos sociais e consequentes formulações de políticas públicas. Assim afirmam Sílvia Ramos e Sérgio Carrara:

De fato, o tema da violência foi estruturante para a constituição de outras matrizes de identidades coletivas no Brasil, como ocorreu com o movimento de mulheres no final dos anos 1970, que elegeu “*quem ama não mata*” como uma de suas bandeiras e definiu a criação das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher como uma de suas primeiras demandas. Processo semelhante ocorreu com o movimento negro, que estabeleceu o racismo e sua criminalização como a principal trincheira de luta nos anos 1980 e 90. Nos três casos, as “violências específicas” – violência de gênero, racismo e homofobia – aparecem como âncoras a partir das quais outras reivindicações se estruturam e, sobretudo, se legitimam (RAMOS; CARRARA, 2006, p.186).

Em consonância com as orientações da ONU (2006), muitos países vêm promovendo diversos cursos no intuito de enfrentar a violência contra a mulher.

[...] na década de 1980, os movimentos feministas no país tornavam-se uma força política e social consolidada, em que as relações de gênero assumiram o primeiro plano. Campanhas contra os abusos com relação às mulheres no que tange a temas até então ignorados como a violência física e simbólica, assim como a questão do aborto, merecem espaço cada vez mais amplo nos meios de comunicação, como resultado da mobilização das feministas e da própria modernização da sociedade brasileira. Assim, a partir desse momento, questões antes colocadas em segundo plano, vistas como próprias à esfera privada – tais como as relativas ao corpo, ao desejo, à sexualidade, à violência – , foram legitimadas à esfera pública, com o reconhecimento de sua dimensão política. Parte-se para a afirmação do universo cultural feminino e temas tabus são trazidos à tona, forçando o alargamento e a democratização daquele espaço (SOIHET, 2007, p. 423-424).

Esses movimentos, que se tornaram fortes no Brasil na década de 1980, têm fundamentos a partir do assassinato de mulheres, como o caso de Ângela Diniz em 1976. Esse crime teve imensa repercussão na sociedade, e o tema da violência contra as mulheres começou a ser debatido na sociedade e na grande imprensa.

A violência contra a mulher é definida pela Organização dos Estados Americanos (OEA) na Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará) como: “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada” (OEA, 1994).

Segundo Heleieth Saffioti (2004), a violência doméstica, em sua maioria, é cíclica, porque repete dentro de uma família, em uma relação de parentesco; é cultural, porque faz parte de um sistema de organização de uma sociedade; é histórica e geográfica, porque está localizada em um tempo, em uma determinada sociedade ou família. Ainda conforme autora, a violência doméstica é baseada nas relações de dominação da mulher pelo homem, por isso pode ser definida como violência de gênero.

Assim, a violência sexual é um crime que, geralmente, no âmbito intrafamiliar gera silêncios, revoltas, medos e submissão das mulheres. Esse tipo de violência resulta de um fenômeno complexo envolvendo o contexto histórico, econômico, cultural e político e atinge muitas famílias da sociedade brasileira, fazendo vítimas de todas as idades e provocando consequências drásticas na vida dessas vítimas. Ela afeta o desenvolvimento da mulher (criança ou jovem), gerando consequências emocionais, relacionais, psicológicas, psiquiátricas, e até mesmo prejuízos físicos.

Essas marcas, muitas vezes, podem ser irreversíveis, uma vez que se encontram em pleno processo de sofrimento.

Exatamente as relações que proporcionam uma complexidade e uma dinâmica diferenciada para as situações de violência sexual intrafamiliar eram ignoradas pelo sistema jurídico brasileiro, que ainda se baseava em modelos normativos de sexualidade e relacionamentos, que claramente não condiziam com a realidade vivida pelos sujeitos. Os aspectos singulares presentes nos conflitos familiares, a produção *a priori* de lugares de vítima e autor de agressão e as relações caracteristicamente complexas encontradas no seio das famílias (ampliadas) brasileiras são todos pontos de entrecruzamento nos quais a sexualidade, as pulsões e a lei se encontram (LODELLI; TONELI, 2011, p. 240).

O medo e o silêncio que a mulher sente são aspectos formadores de um ambiente que o opressor masculino usa para dominar e violentar a mulher nesse espaço, demarcando as fronteiras entre a vítima e sua discricção em dizer do ato abusivo. No contexto histórico, nas diferentes culturas, religiões ou situação socioeconômica, a prática da violência sexual doméstica sempre esteve presente, porém muitas vezes foi camuflada para não manchar a honra dos envolvidos nas diferentes situações daqueles que a praticam. Tornou-se crime o que já era uma violência. A Lei nº 11.340/2006 descreve a violência sexual contra a mulher diante das evidências gritantes. No nível nacional, estadual e local, vêm sendo desenvolvidas ações, campanhas e movimentos na tentativa de combater esse tipo de violência, ou, pelo menos, conscientizar e encorajar as vítimas para que efetivem a denúncia na tentativa de garantir a proteção e os direitos daquelas que são vitimadas.

O silêncio ocupa um lugar fundamental na perspectiva de enfrentamento da violência das mulheres [...] cabe ressaltar que as mulheres aprendem a silenciar muito cedo. [...] a recorrência ao silêncio e ao segredo é marcante em situações de abuso sexual. Isso ocorre principalmente quando tal abuso acontece na infância e na adolescência, ou seja, alguém com quem a vítima tem um vínculo afetivo forte (DINIZ; PONDAAG, 2006, p. 245-246).

Romper esse silêncio e buscar espaços de atuação e acolhimento dessas demandas das mulheres é que fez com que os movimentos feministas trouxessem à tona o debate da violência contra a mulher.

Para sua solução, não se busca, a princípio, o sucesso do acordo entre mulheres e homens para pacificação da violência, mas uma mudança subjetiva capaz de mudar as posições atuais dos envolvidos, provocar novas posições diferenciadas e positivas em suas relações, abrindo também um canal à possibilidade de reformulação e mudança ética, estética e cultural, onde as partes possam entender o significado de suas posições e de seus atos, conscientes e inconscientes (SAFFIOTI, 2004).

Saffioti (2004) ainda defende a necessidade de desconstruir modelos baseados na sociabilidade autoritária e sexista, alterando padrões de conduta nas relações entre mulheres e homens, não mais restrito à mulher, mas com oportunidades equivalentes de escuta, acolhimento e atendimento às duas partes.

Portanto, atrato com as mulheres e homens é fruto de uma ordem cultural, social, local e histórica. Cada cultura tem um modo de tratar as mulheres e homens. Dessa forma, os modos de subjetivação são diferentes. No caso, a violência de gênero contra a mulher é qualquer conduta baseada no gênero, que cause a morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico, tanto no âmbito público como no privado (CLADEN, 2000).

As violências baseadas no gênero são agudizadas pelas desigualdades sociais, ou seja, há uma sobreposição entre sistemas de dominação/exploração de classe, gênero e etnia (CLADEN, 2000).

No contexto nacional, sobre a violência contra a mulher, de acordo com o *Dicionário de Direitos Humanos*, são considerados grupos vulneráveis aqueles que, devido a:

[...] questões ligadas ao gênero, idade, condição social, deficiência e orientação sexual, se tornam mais suscetíveis à violação de seus direitos” e “[...] o conjunto de pessoas pertencentes a uma minoria que, por motivação diversa, tem acesso, participação e/ou oportunidade igualitária dificultadas ou vedada, a bens e serviços universais disponíveis para a população (BASTOS, 2002, p. 65).

Dessa forma, apropriamos das contribuições de Pierre Bourdieu (1999) no campo da violência, principalmente em relação ao que ele nomeou de violência simbólica, que nos permite dizer que há um apagamento da violência simbólica em relação à violência física, o que significa minimizar seus efeitos, ou não considerá-la com causadora de sofrimento. A violência simbólica institui-se por intermédio da adesão que:

[...] o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação), quando ele dispõe, para pensá-la e para se pensar, ou melhor, para pensar sua relação com ele, mais que instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem esta relação parecer natural; ou, em outros termos, quando os esquemas que ele põe em ação para se ver e se avaliar, ou para ver e avaliar os dominantes (elevado/baixo, masculino/feminino, branco/negro), ressaltam da incorporação e classificação, assim, naturalizadas, de que seu ser social é produto (BOURDIEU, 1999, p. 41).

Ainda para Bourdieu (1999), a dominação masculina é um modo bem específico e refinado da violência simbólica, como também as formas de dominação de classe, raça, etnia, entre outras. Essa dominação pode ser observada na escrita da história em que os feitos sociais das mulheres pouco aparecem, percebendo-se uma hegemonia masculina nesses relatos.

O mais assombroso, contudo, é comprovar que sempre houve mulheres capazes de sobrepor-se às mais penosas circunstâncias; mulheres criadoras, guerreiras, aventureiras, políticas, cientistas, que tiveram a habilidade e a coragem de escapar, quem sabe como, a destinos tão estreitos quanto um túmulo, sempre foram poucas, é claro, em comparação a grande massa de mulheres anônimas e submetidas aos limites que o mundo lhes impôs; mas em número, sem sombra de dúvida, foi muitíssimo superior ao daquelas que hoje conhecemos e recordamos. Porque, como diz a escritora italiana Dacia Maraini, as mulheres, quando morrem, morrem para sempre, submetidas ao fim da carne e do esquecimento (MONTERO, 2008, p. 17).

Incorporar as mulheres dentro do contexto político-social do mundo moderno tornou-se uma necessidade no século XX, especialmente com as mudanças sociais, tecnológicas e comportamentais.

No final da Segunda Grande Guerra Mundial, com a formulação e institucionalização da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e a aprovação, no Brasil, da Constituição Federal de 1988, foram desenvolvidos diversos aparatos legais destinados à proteção e à defesa da mulher, como a Lei nº 8.069/1990 e a Lei nº 11.340/2006, entre outros. Todo esse contexto vislumbra, de maneira mais concreta, a abertura política e a maior representatividade da mulher na busca pela garantia de seus direitos.

A violência, campo de inúmeras reivindicações da militância feminista na atualidade, aparece nesse contexto como um dos principais fatores para a

estruturação desses movimentos sociais e, conseqüentemente, de formulações de políticas públicas.

De fato, o tema da violência foi estruturante para a constituição de outras matrizes de identidades coletivas no Brasil, como ocorreu com o movimento de mulheres no final dos anos 1970, que elegeu “quem ama não mata” como uma de suas bandeiras e definiu a criação das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher como uma de suas primeiras demandas.

Processo semelhante ocorreu com o movimento negro, que estabeleceu o racismo e sua criminalização como a principal trincheira de luta nos anos 1980 e 1990. Os movimentos LGTBs em sua busca pelo fim do preconceito e aceitação social. Nos três casos, as “violências específicas” – violência de gênero, racismo e homofobia – aparecem como âncoras a partir das quais outras reivindicações se estruturam e, sobretudo, se legitimam (RAMOS; CARRARA, 2006, p.186).

É preciso fazer uma distinção entre violência, crime e a noção de vítima e vitimização. Crime é definido por códigos, leis, normas. O ato criminoso caracteriza-se como violação da lei. No entanto, a definição de crime tem que ser historicizada.

Para Passetti (2003), crime é a manifestação de repulsa a certos hábitos em defesa da sociedade, em um determinado momento da história de uma sociedade. O que era uma atitude habitual consentida pela sociedade em um período passa a ser crime e vice-versa. Como exemplo, o uso da força pela professora como parte da instrução escolar com disciplina, da mesma maneira que castigos morais, hoje considerados humilhantes, podiam ser aplicados como especiais técnicas pedagógicas para educar crianças. O uso da violência não é mais que uma prática de uma época. Outro exemplo, no Brasil, quando uma mulher casada cometia ato de adultério e pega em flagrante, o marido que matava a esposa lei, quando alegava ter matado a mulher para limpar a honra dele o tribunal do júri através do instituto da Legítima Defesa da Honra era absolvido, de fato, não havia uma lei que garantisse tal ato, bastava alegar que o homicídio foi em razão de adultério. Hoje, por lei, tal ato é definido como feminicídio com agravante de ser crime hediondo:

Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos (BRASIL, 2015).

Neste estudo, adotamos o conceito de vítima, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), através de Declaração sobre os Princípios Fundamentais de Justiça para as Vítimas de Delito e de Abuso de Poder:

Entende-se por vítimas as pessoas que, individualmente ou coletivamente, tenham sofrido um prejuízo, nomeadamente um atentado à sua integridade física e um sofrimento de ordem moral, uma perda material, ou um grave atentado aos seus direitos fundamentais, como consequência dos atos ou omissões violadores das leis em vigor num Estado membro, incluindo as que proíbem abuso de poder. Uma pessoa pode ser considerada como vítima, quer o autor seja identificado ou não, preso, processado ou declarado ou não deste com vítima (ONU, 1985).

Segundo Passetti (2003), a vitimização é o ato ou efeito de se transformar em vítima, isto é, o processo acontece quando uma pessoa emocionalmente afetada pelas condições de violência passa a se tornar cada vez mais vítima, ou por ela mesma, ou pelas instituições que a tutelam com o objetivo de empoderamento. Outro sentimento é a compaixão que provoca tristeza, dor, luto, lástima, piedade, devoção, comiseração e pena, sendo que esse último sentimento pode ser pensado como compaixão e punição. Assim a compaixão pelas vítimas é um sentimento advindo da doença social da alma, que se realiza no âmbito privado, pela punição ao infrator, e, no público, pela filantropia, a caridade aos necessitados, vítimas das condições gerais de enfermidade sociais.

A opção pela expressão “mulher em situação de violência doméstica” (arts. 4º, 9º, 28 e *passim*), sem embargo das boas intenções sistemáticas que a inspiraram, tem o inconveniente de recordar o “menor em situação irregular” do regime jurídico revogado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. A expressão comum “vítima de violência” (melhor que “objeto de violência” [...]), antecipável por simples referência à iminência da vitimização, removeria o inconveniente de emparelhar a mulher agredida a um sujeito deficitário em sua capacidade jurídica. A partir do conceito kantiano de “menoridade racional”, Marilena Chauí adverte para os riscos do que chama de “solidariedade vitimista”, quando “os movimentos de emancipação feminina [...] fazem, sem o saber, o jogo da ideologia liberal conservadora, pois assumem para as mulheres a figura da menoridade” [...]. Uma possível vitimização da mulher pelo homem, companheiro, pelo sistema punitivo e até mesmo pela rede de assistência e apoio à mulher possam produzir uma subjetividade assujeitada, tutelada e vitimizada (BATISTA, 2008, p. 11).

Dessa forma, ao pensarmos a categoria gênero e relacioná-la com a área do conhecimento da criminologia crítica e suas pontuações sobre gênero, violência e direito penal e punição, podemos dizer, citando Nilo Batista (2008), que,

Sem sombra de dúvida, a promulgação da lei provocou um debate a respeito da questão da violência doméstica. Esta importante sensibilização social não é, por certo, uma sorte de contribuição que se espera das leis, e se o debate não se sustentar nas instâncias políticas e culturais às quais corresponde mantê-lo e aprofundá-lo, nem periódicas reformas publicitárias na lei –, o populismo penal seria perfeitamente capaz disso – poderiam sustentá-lo. O efeito positivo de estimular o debate sobre as opressões privadas às quais são submetidas as mulheres fica, no entanto, um pouco neutralizado pela ênfase que se conferiu à intervenção punitiva. Toda a riqueza e complexidade daquelas opressões – cujas raízes estão num poder punitivo que até certo momento foi transparentemente privado, senhorial, e depois desse momento fingiu-se de público, sob a máscara weberiana do monopólio da violência, para continuar atendendo às mesmas oligarquias senhoriais, agrárias, industriais ou financeiras – toda essa riqueza e complexidade desaparece perante o conveniente simplismo de sua tradução legal: trata-se apenas de caracterizar legalmente a violência doméstica e mandar para a cadeia o agressor, ou submetê-lo a restrições de direito que, caso descumpridas, [...]. Prender, prender, para que tudo continue igual (BATISTA, 2008, p. 15).

Essa área de conhecimento foi relevante para esse estudo, pois a criminologia crítica com alguns de seus autores, como Vera Regina Andrade (2003), Nilo Batista (2008) e Marília Montenegro Pessoa de Mello (2015) entre outros, fazem uma crítica aos três conceitos que estão relacionados intrinsecamente entre si, sendo eles: violência contra a mulher, gênero e direito penal.

Conforme Andrade (2003), a importância da criminologia crítica está no fato dessas três categorias fazerem parte da pauta de grupos feministas e que, muitas vezes, judicializam as relações entre homens e mulheres, transformando-os em agressores e vítimas. Ainda conforme a autora, a Lei nº 11.340/2006, foi criada para tratar diferentemente a mulher que se encontra em situação de violência doméstica, familiar e de gênero, sendo essa uma demanda dos grupos feministas ao Estado.

A violência doméstica contra a mulher constitui-se de um conflito de gênero, portanto, não se pode deixar de analisar esse conflito como uma relação de poder, entre o gênero masculino, representado socialmente como forte, e o gênero feminino representado socialmente como o mais fraco. Essa relação de poder foi construída ao longo do próprio Direito (MONTENEGRO, 2015, p. 115).

Essa lei utiliza a relação de gênero para trabalhar com a divisão de papéis construídos socialmente, pois, segundo Montenegro (2015), em todo o texto da lei, a mulher é sempre tratada como ofendida, e o homem sempre tratado como agressor. Para essa autora, esta lei reforça a bipolarização entre ofendida e agressor, além de estigmatizar e estereotipar os papéis de agressores e vítimas, enfatizando papéis

representados na sociedade, o masculino no polo ativo e o feminino no polo passivo (MONTENEGRO, 2015).

Portanto, a Lei nº 11.340/2006, quando faz uso das expressões ofendida e agressor, está utilizando prioritariamente o Direito Penal e sua linguagem nas situações de violência doméstica, por consequência, afasta qualquer possibilidade de participação da mulher na resolução do seu conflito (MONTENEGRO, 2015).

A estratégia neocriminalizadora reproduz o alcance imperialista do sistema penal que, ao maximizar a conversão dos problemas sociais em problemas penais, estendeu seu império sobre a sociedade como um polvo estende seus tentáculos sobre a areia. E, ao tentar abarcar, ao mais fino grão, o cotidiano da vida social, assumiu uma tarefa enormemente superior à sua intrínseca capacidade (ANDRADE, 2003, p. 106).

Pode-se pensar que o Direito Penal intervém nos conflitos domésticos, familiares, de gênero e afetivos criminalizando-os, mas, segundo a pesquisa da tese de doutorado de Marília Montenegro Pessoa de Mello (MELLO, 2008), realizada no Juizado da Mulher da Comarca de Recife, a maioria das mulheres que chegam diante da Justiça querem uma alternativa não penalizadora para o homem que lhe perpetrou uma violência. Ainda, segundo a mesma autora, as causas dos conflitos não são trabalhadas na Justiça, sendo assim, com a interferência do Direito Penal, não se resolvem os conflitos que permanecem latentes, pois o Direito Penal reforça e macula a identidade de homem agressor e mulher vítima.

Assim, nos tribunais, não se permite às mulheres dar solução para seu conflito, afinal, ela é mera vítima, ofendida, em outras palavras, mantém-se na condição de desempoderada. Ela será tutelada pela rede de proteção do Estado, como uma criança ou qualquer outro indivíduo visto como incapaz perante a Justiça. Já em relação aos homens que são os agressores, o sistema punitivo espera uma confissão e talvez sua prisão (MONTENEGRO, 2015).

Cabe aqui retomar a reflexão sobre o papel de grupos feministas que demandam do Estado uma atitude de sanção cada vez maior para os homens e de proteção para as mulheres, anulando, de certa maneira, a possibilidade desta mulher tomar a sua decisão ou mudá-la. Muitos grupos de defesa dos direitos das mulheres acreditam que é preciso o empoderamento das mulheres, porque estão dominadas por homens. No entanto, no processo de vitimização, a mulher passa a ser tutelada por grupos de defesa, sendo que, posteriormente, delega-se ao Estado

o poder sobre a vida da mulher, supostamente livre, mas que acaba por ser tutelada pelo Estado, ou seja, alguém decidindo por ela.

Esses aspectos supracitados permitem melhor compreender o fenômeno social da violência contra a mulher e nos ajudam a pensar como os homens participantes do Dialogar se moveram, produzindo suas subjetividades através de dispositivos, tais como: a denúncia ao sistema punitivo, o afastamento daqueles que cometem atos de violência contra a mulher e sua prisão, do que é posto pelas demandas feministas, das relações de gênero, da Lei nº 11.340/2006 e da contenção/prevenção da violência.

Nesse cenário de imensa violência contra a mulher, esse tipo de violência encontra respaldo nos grupos de enfrentamento à violência. Alguns desses grupos estão ligados ao Estado, a instituições religiosas, ONGs etc.

No tópico a seguir, vamos analisar a formação desses grupos de enfrentamento à violência contra a mulher e suas ações.

3.2. Grupos de enfrentamento à violência

Entendemos como grupo de enfrentamento à violência qualquer grupo que pretenda compreender e enfrentar a violência na sua radicalidade, como também seus efeitos na vida das pessoas envolvidas. Esses grupos atuam na violência contra a criança e o adolescente, o idoso, a mulher, GBTs, negros, dentre outros.

O ser humano é um ser social e gregário, e somente através das mediações sociais e do contato com o outro é possível se humanizar, isto é, em função de seus inter-relacionamentos grupais forja outros espaços e laços de sociabilidades. Assim, desde o nascimento, ele participa de diferentes grupos, numa constante dialética entre a busca de sua identidade individual e a necessidade de uma identidade grupal e social, assim aos modos de Deleuze e Guattari (2010), a subjetividade é produzida pelo social.

Um conjunto de pessoas constitui um grupo, um conjunto de grupos e sua relação com os respectivos subgrupos constitui uma comunidade, um conjunto interativo das comunidades configura uma sociedade (ZIMERMAN, 2000, p. 82).

Essa produção de subjetividade é construída na interação com outros seres humanos e de suas relações com o social. Com isso, essa subjetividade carrega o cerne de uma subjetividade do grupo ao qual pertence.

David Zimerman (2000) apresenta uma definição de grupo:

É muito vaga e imprecisa a definição de “grupo”, pois é designar conceituações muito dispersas num amplo leque de acepções. Assim, grupo tanto define, concretamente, um conjunto de três pessoas (para muitos autores, uma relação bipessoal já configura um grupo), como também uma família, uma turminha ou gangue de formação espontânea, uma composição artificial de grupos como, por exemplo, de uma classe de escola, ou um grupo terapêutico; uma fila de ônibus, um auditório. Uma torcida num estádio. Uma multidão reunida num comício, etc. Da mesma forma, a conceituação de grupo pode se estender até o nível de uma abstração, como, por exemplo, o conjunto de pessoas que, compondo uma audiência, está sintonizada num mesmo programa de televisão, ou pode abranger uma nação unificada no simbolismo de um hino nacional (ZIMERMAN, 2000, p. 82).

A concepção de pertencimento valida o indivíduo em suas relações com os outros através de signos e significantes que norteiam esses laços que são pertencentes a um grupo social.

Dessa forma, a importância do conhecimento e a utilização da teoria grupal que explique os fenômenos grupais, tais como vínculo grupal, transferência, contratransferência, decorrem justamente do fato de que todo indivíduo passa a maior parte do tempo de sua vida convivendo e interagindo com distintos grupos, porém não percebe que tais fenômenos ocorrem.

Desde o nascimento, o ser humano faz parte de uma cultura, de uma sociedade, assim os laços de convivência com os pares deste conjunto vão socializando a criança, seja através das regras familiares, das brincadeiras, das normas sociais e da constante escolarização. É com o crescimento e o amadurecimento do ser humano que uma intrincada rede de relações irá se constituindo, como a própria escolarização, e novas redes irão se formando, como trabalho, casamento, novos amigos. De maneira rizomática, o ser humano cria laços em fluxos constantes e em contrafluxos (DELEUZE; GUATTARI, 2010).

Para Zimerman (2000), existem vários tipos de grupos dentro e no contorno de uma sociedade. Um primeiro tipo de divisão e subdivisão são os grupos que pertencem a área da macrosociologia, que estuda os grandes grupos, como torcida de futebol, grupos de refugiados; e a dos pequenos grupos, da micropsicologia, que estuda os grupos de autoajuda, como exemplos, podemos citar os Alcoólicos

Anônimos, os de comunidades de bairros etc. Em relação a este último, também se impõe a distinção entre grupo propriamente dito e agrupamento, pois nem todos os moradores têm vínculos afetivos, objetivos para o cuidado com a localidade onde vivem; assim são considerados apenas agrupamentos, ou melhor, conjunto de pessoas. Conforme Norbert Elias (1994):

Se os seres humanos não fossem, por natureza, tão mais maleáveis e móveis do que os animais em seu controle comportamental, não comporiam juntos um *continuum* histórico autônomo (uma sociedade), nem possuiriam individualidade própria (ELIAS, 1994, p. 56).

É deste *continuum* histórico, citado por Elias (1994), que se formam as sociedades e as relações sociais, que são mediadas pelo conjunto de signos e sentidos, estruturados por indivíduos, que, juntos, formam agrupamentos.

O agrupamento não é um grupo propriamente, por não ter uma convivência compartilhada, um vínculo afetivo, um objetivo a ser alcançado, como, por exemplo, moradores de uma rua. Apesar de estarem em uma mesma localidade, poderão vir a ser um grupo quando algo comum passar compartilhado. O algo comum vivenciado por todos (inter-relacionamento) é a essência do grupo.

Um claro exemplo disso é o agrupamento que Sartre, em 1973, classificou como coletivo, o qual se configura por uma serialidade de pessoas, como, por exemplo, as que constituem uma fila à espera de um ônibus. Essas pessoas compartilham um mesmo interesse, apesar de não estar havendo o menor vínculo emocional entre elas (ZIMERMAN, 2000, p. 83).

O que transforma um agrupamento em um grupo? No sentido em que Deleuze e Guattari (2010) nomeiam acontecimentos, que é algo transformador do virtual em atual. Como exemplo, podemos citar os passageiros/viajantes de um avião que em pleno voo é sequestrado, assim os passageiros se tornam reféns, isto é, um grupo de reféns. O virtual já estava lá só foi atualizado pelo acontecimento, o que pode modificar toda a configuração do agrupamento em um grupo.

Outro exemplo seria a situação de um casal que não tem um conflito ou uma situação de violência, porém, por uma relação de ciúmes, o esposo é violento com a esposa. A partir desse acontecimento, ele passa a ser um homem que cometeu um ato de violência contra a mulher. Ele, por força da lei, é encaminhado para reuniões com outros homens. No momento desse encontro, todos os homens ali presentes não passam de um agrupamento. O acontecimento da violência que era virtual se

atualiza no discurso e neste instante o grupo é formado. Tem-se aqui um objetivo que é ultrapassar a violência, há o vínculo grupal que se estabelece com a situação comum, seja ela a questão da masculinidade, a violência contra a mulher e a Lei nº 11.340/2006.

Para Zimerman (2000), um grupo se caracteriza por algo comum, um objetivo, um vínculo afetivo, aprender o novo e a novidade, resolver algo que não consegue lidar. Como exemplos temos, entre outros, grupos educativos ou terapêuticos. O grupo tem que preencher algumas condições básicas, como as seguintes;

Um grupo não é um mero somatório de indivíduos; pelo contrário, se constitui como uma nova entidade, com leis e mecanismos próprios e específicos. Podemos dizer que assim como todo indivíduo se comporta como um grupo (de personagens internos), da mesma forma todo grupo se comporta como se fosse uma individualidade.

Segundo, todos os integrantes de um grupo estão reunidos em torno de uma tarefa e de um objetivo comum.

Terceiro, o tamanho do grupo não pode exceder o limite que ponha em risco a indispensável preservação da comunicação, tanto a visual como a auditiva, a verbal e a conceitual.

Quarto deve haver a instituição de um enquadre (*setting*) e o cumprimento das combinações nele feitas. Assim, além de ter os objetivos claramente definidos, o grupo deve levar em conta uma estabilidade de espaço (local das reuniões), de tempo (horários), algumas regras e outras variáveis equivalentes que delimitam a atividade grupal proposta.

Quinto, o grupo é uma unidade que se manifesta como uma totalidade, de modo que, tão importante como o fato de se organizar a serviço de seus membros, é também recíproca disso.

Sexto, apesar de um grupo se configurar como uma nova entidade, como uma identidade grupal genuína, é também indispensável que fiquem claramente preservadas as identidades específicas de cada um dos indivíduos componentes.

Sétimo, em todo grupo coexistem duas forças contraditórias permanentemente em jogo: uma tende a sua coesão, e a outra a sua desintegração. A coesão do grupo está na proporção direta, em cada um é na totalidade dos sentimentos de pertinência, que se refere ao espírito do grupo, e a pertencência, que se refere ao indivíduo se reconhecer como sendo do grupo e reconhecer no outro como sendo do seu grupo. Por outro lado, a coesão depende também da capacidade do grupo perder indivíduos e de absorver outros tantos, assim como de sua continuidade (ZIMERMAN, 2000, p. 83).

Para Zimerman (2000), em um grupo, há o funcionamento de todo um fenômeno que ocorre, como, por exemplo, em um processo de psicanálise, como fantasias, ansiedades, identificações, papéis, que compõem o campo grupal.

Ainda conforme Zimerman (2000):

[...] campo grupal é composto de múltiplos fenômenos e elementos do psiquismo e, como se trata de uma estrutura, resulta que todos estes elementos, tanto os intra como os intersubjetivos, estão articulados

entre si, de modo que a alteração de cada um vai repercutir sobre os demais, em uma constante interação entre todos (ZIMERMAN, 2000, p. 84).

Para o psicanalista Bion (2004), o campo grupal é fonte enorme de potencial energético psíquico, tudo dependendo do vetor resultante do embate entre as forças que atuam dentro desse campo, ou seja, as forças do social e as forças intensivas dos indivíduos, respectivamente nomeadas por Bion como coesivas e disruptivas.

Zimerman (2000) faz uma leitura do campo grupal a partir da psicanálise, pois, para ele, qualquer grupo se processa em dois planos: um, é o da intencionalidade consciente; e o outro, é o da interferência de fatores inconscientes.

Lembremos que, para Deleuze e Guattari (2010), o inconsciente é uma usina de produção de desejos, e não o local da repressão e do recalque, isto é, os dois trabalham com o campo dos afectos e perceptos, das intensidades e extensividades, que é diferente do plano da intencionalidade consciente e da interferência de fatores inconscientes.

Para Bion (2004) define o plano da intencionalidade como grupo de trabalho, porque é a tarefa que todos os participantes do grupo devem fazer com sucesso. Assim, ele chama o segundo plano de supostos básicos de fatores inconscientes, porque, como reservatório do reprimido, é caracterizado por desejos reprimidos, ansiedades e defesas, prevalência de sentimentos de dependência, de luta e de fuga contra os medos emergentes, como de uma expectativa messiânica. Para Bion (2004), estes dois planos se configuram mutuamente ou não.

Há grupos de todos os tipos e finalidades, tais como grupo analítico, de autoajuda, de jovens, de alcoolistas, de casais, de psicodrama, de saúde mental, de treinamento, de reflexão etc.

Para esta pesquisa, interessa-nos particularmente o grupo de reflexão, também chamado de grupo reflexivo. O que é um grupo de reflexão ou reflexivo?

Zimerman (2000) chama a atenção para o termo reflexão. Segundo ele, muitas outras denominações são utilizadas para se propor reflexões em grupos, apesar de não serem grupos reflexivos, ou seja, nesses casos, é somente uma ferramenta, e não é sinônimo de grupo de reflexão.

É preciso esclarecer que muitas outras denominações costumam ser utilizadas para este mesmo fim de atividade grupal. Desta forma, é de uso corrente o emprego de “grupo F” (letra inicial das palavras inglesas *free* e *formation*, as

quais, por si sós, caracterizam a ideologia desses grupos), assim como o de grupo de discussão ou grupo de integração, etc. (ZIMERMAN, 2000, p. 92).

O psicanalista argentino Alejo Dellarossa (1979) cunhou o termo grupo de reflexão, pelas seguintes razões: a primeira, devido à etimologia da palavra, isto é, composta a partir de re-flexão sobre o ato de assumir a própria responsabilidade; a segunda, por ser a imagem do outro, espelhar-se no outro, como modelo, como razão para pensar em si mesmo, tendo como suporte o outro, mas não é qualquer outro, é um que passe pelos mesmos motivos, dificuldades, incômodos e forma de lidar com a própria vida. Para ele, razão é o fato de que a palavra “reflexão” indica a propriedade de espelho, ou seja, o fato de que também este tipo de grupo se comporta como uma galeria de espelhos onde cada um pode refletir-se de forma especular nos demais e vice-versa (DELLAROSSA, 1979).

Lembremos que o que seguem agora são as conceituações no campo da psicanálise aplicadas a grupos, pois esta pesquisa trabalha dentro das concepções de Deleuze e Guattari, que fazem um contraponto ao que propõe Dellarossa.

Dellarossa (1979) constrói sua proposta de grupo reflexivo acrescentando mais dois elementos retirados de outros grupos.

O primeiro refere-se ao ato de ocupar o lugar que pertence ao outro, alguém ocupa o lugar de outra pessoa, que pertence à categoria mais ampla de grupos. São os grupos operativos, nomeados pelo psicanalista Pichon Rivière (1977), que construiu toda base teórica do seu esquema conceitual referencial operativo. Dessa forma, o grupo de reflexão é uma modalidade de grupo operativo e segue as regras básicas deste. Já o segundo elemento que caracteriza o grupo de reflexão é o fato de que este tem a finalidade precípua de servir como um instrumento de primeira grandeza para a área do ensino-aprendizagem, isto é, da educação (RIVIÈRE, 1977).

Dessa forma, o grupo reflexivo tem um aspecto educativo na medida em que ele proporciona uma reflexão que visa, fundamentalmente, aliar ao propósito da informação o da formação, do conhecimento, produzindo, assim, saberes sobre si mesmo, especialmente no que se refere à aquisição de atitudes e produção de subjetividade. Nesse contexto, cabe indagar:

profundidade, ou melhor, uma mudança subjetiva, por sua vez, implica um processamento psicoterápico? Muitos teóricos grupálicos afirmam que, ainda que o grupo de reflexão não seja uma forma de

psicoterapia analítica, e não siga as regras desta, e nem sequer seja esta finalidade, é inegável que, por seus mecanismos específicos, ele exerce uma definida ação terapêutica, que se traduz em modificações na atitude e na conduta (ZIMERMAN, 2000, p. 92).

Ainda persistindo com as reflexões, indagamos: dentro de um modelo de grupo reflexivo, de viés psicanalítico, como é possível, através do mecanismo da fala dentro dos grupos de reflexão, determinar as mudanças de subjetividades?

É importante levar em consideração que a psicanálise trabalha com mecanismos repressivos, tais como o recalque, a contratransferência. Para responder a essa situação embaraçosa, em linhas gerais, pode-se dizer que a atitude fundamental a ser desenvolvida é a de que os indivíduos aprendam a aprender (BION, 1970). Segundo este autor, isto implica trabalhar com quatro categorias do sujeito: a percepção, o pensamento, o conhecimento e a comunicação.

A percepção refere-se a como um indivíduo é afetado pelas intensidades do mundo, das pessoas e até do grupo. Essas forças, ou intensidades, dependem de como o indivíduo está no mundo, ou seja, se está ansioso, com medo, depressivo, com sentimentos de autoextermínio. Dessa forma, o modo como sente e percebe é predominante em seu modo de viver. Um indivíduo que se sente perseguido de forma paranoica, como descreve a nosografia, por exemplo, perceberá de uma forma distorcida tudo que seus órgãos dos sentidos captam. Assim, segundo Bion (2004), o mundo deste indivíduo será o resultado de que, contrariamente à realidade objetiva, ele verá perseguidores a aprová-lo ou a reprová-lo; ou ouvirá frases agressivas que visam a atingi-lo. Outras seriam as distorções se as ansiedades prevalentes fossem de natureza depressiva, confusional, e assim por diante.

Conforme ainda esse autor, o pensamento é a coluna mestra da subjetividade voltada para o aprendizado, ou seja, o pensamento é a produção forjada dos grupos de reflexão, sem ele não se poderia falar em uma mudança de pensamento. Ao grupo de reflexão cabe estimular o uso do pensamento da forma mais adequada. Uma das finalidades mais importantes de um grupo de reflexão é a de possibilitar aos indivíduos uma forma mais adequada de utilização do pensamento.

Para Bion, os participantes de um grupo dessa natureza têm oportunidade de flagrar o quanto podem pensar que estão pensando criativamente e criticamente, o quanto na verdade estão gastando o melhor de suas energias mentais voltados contra o pensamento de um outro; ou submetidos ao pensamento de alguém de fora ou dentro

dele; ou narcisisticamente voltados a impor a sua verdade absoluta; ou, ainda, fazendo um emprego maciço de racionalizações para atingir o surgimento de qualquer fato novo que venha a por em risco a sua segurança (ZIMERMAN, 2000, p. 93).

Ainda de acordo com Bion (1967), este último aspecto remete à função do conhecimento, pois, através dos processos cognitivos da criança, existe um natural impulso de curiosidade destinado a querer conhecer as verdades das coisas e dos fatos que lhe cercam. No entanto, ainda segundo esse autor, também existe em todo ser humano uma tendência ao desconhecimento das verdades penosas, tanto as externas como as internas. Cada indivíduo possui uma variada tensão de receber os recursos do conhecimento, ou assimilando-os, ou negando-os, inconscientemente. O grupo pode facilitar a capacidade de refletir sobre o novo, sobre a novidade que o conhecimento produz em cada um, produzindo suas verdades ou negando-as. Com o passar do tempo, com o vínculo grupal, ou união grupal, cresce a importância do desenvolvimento, em cada um e em todos do grupo, da capacidade de fazer indagações de ordem dialética (BION, 1967).

Por fim, é no fator comunicação que um grupo de reflexão encontra a sua utilização mais relevante para fazer com que o grupo se mobilize. A linguagem comum, de fácil acesso, é empregada para que as pessoas possam compreender as mensagens transmitidas ou recebidas. Isso depende fundamentalmente do sentido que fazem na vida do indivíduo, tanto como emissor quanto como. Tudo isso está intimamente ligado a padrões socioculturais vigentes numa determinada época e em um determinado espaço geográfico. A comunicação que flui tem que funcionar para que possa haver reflexões. A habilidade de se comunicar é uma capacidade que se adquire e pode e deve ser desenvolvida em um grupo de reflexão (BION, 1967).

Ainda relatando o histórico sobre a constituição de grupos reflexivos, Bion (1967) trata um importante fenômeno que acontece nos grupos de reflexão são os papéis que cada participante incorpora ou quando assume uma imagem projetada por outros participantes. Tornam-se identidades grupais, isto é, são os papéis que os integrantes do grupo incorporam (BION, 1967). Como exemplo, em um grupo reflexivo de homens, há participantes que são a projeção de todas as neuroses, fraquezas dos outros participantes, é o sacrifício vitimizador⁴ que polariza em uma única vítima. É a violência que envolve todas as rivalidades conflitantes que

⁴ Expressão de Bion (1967)

ameaçam o grupo. Ela será sacrificada em nome do grupo, isto é, a vítima torna-se o bode expiatório do grupo. Da mesma forma, há a figura do vigilante dentro do grupo que censura os demais, e ainda existe o indivíduo que não respeita as regras do grupo.

Bion (1970) afirma que toda autêntica mudança de atitude e de conduta não ocorre sem dor, isto é, implica um sofrimento e incremento de ansiedade. Para o autor, é função do coordenador de um grupo de reflexão ter o dever de estar preparado para todas as situações que surjam durante e no final da sessão. Assim, o coordenador tem que está preparado para se adequar a qualquer tarefa grupal. É parte desse trabalho de grupo o talento, a aptidão, para fazer movimentar o processo grupal e para que não haja contrafluxo, ou seja, a produção tem que transcorrer em um clima de liberdade, fator fundamental no processo de ensino-aprendizagem, ou seja, da educação.

Dessa forma, inferimos que essa liberdade seja vista como prática reflexiva para contestar, criar e amar, assim como também para errar e experimentar sua agressão. Só se consegue isso a partir de uma liberdade produzida.

Em outras palavras, o grupo de reflexão não tem uma finalidade explícita de obtenção de resultado psicoterapêutico, mas implicitamente atinge esse objetivo, especialmente ao possibilitar que os indivíduos saiam da condição de assujeitados, ou de sujeitos, e se tornem sujeitos livres para pensar, agir, sentir e criar (ZIMERMAN, 2000, p. 84).

Essa prática reflexiva, como mencionado acima, somente é possível através de uma liberdade produzida entre os atores sociais, isto é, os indivíduos têm que ter plena liberdade para dizer e participar dos possíveis debates.

Levar os indivíduos à reflexão libertária de seu papel social, como sujeitos livres para pensar, agir, sentir, criar e recriar alternativas de atitudes e pensamentos é papel fundamental dos grupos de enfrentamento da violência contra as mulheres.

Dessa forma, a escolha conceitual de grupo que elencamos nesta pesquisa é a de Deleuze e Guattari (1995-2010). Sobre a contribuição de Deleuze e de Guattari, Domênico Hur escreve:

Consideramos que a principal contribuição na obra de Deleuze e Guattari para o trabalho com os grupos é a teorização acerca do dispositivo, em que se compreende que o dispositivo agencia processos de saber, poder e subjetivação e possui uma tetravalência. No eixo horizontal, de um lado, o agenciamento de corpos e afetos, e do outro, os agenciamentos coletivos de enunciação, discursivos. Já

no eixo vertical, os lados territoriais, que provêm de enquadramento, continência e base ao processo e os picos de desterritorialização, que se referem aos processos de produção de linhas de fuga, da diferença e de transformação, fomentando assim manifestações do inconsciente. Entendemos que conhecer o funcionamento da tetravalência de cada dispositivo de intervenção nos possibilita uma maior compreensão e manejo de seus efeitos, seja o sofá-divã, o grupo operativo, dispositivos dramáticos, ou mesmo o dispositivo de uma aula expositiva (HUR, 2016, p. 24).

Segundo Deleuze (1989), o dispositivo é um agenciamento, que age em uma máquina, que faz junções, conexões com o objetivo de efetuar, agenciar, articular, dispor processos de diversas procedências e de diferentes naturezas, os quais podem ser elementos de séries tanto homogêneas, como heterogêneas. Deleuze afirma que o dispositivo agencia três tipos de linhas: de saber, poder e de subjetivação. O dispositivo é a própria autoprodução, produção, reprodução e consumo, ligado a relações de saber, de poder e de processos de subjetivação (Deleuze, 1979), ou seja, é uma máquina de produção de subjetivação, atravessada por linhas de saber e poder. O dispositivo pode ser entendido como uma máquina de produção de discursos e de ações-relações, em que se faz “falar” e se faz “ver”, produzindo enunciações, visibilidades distintas, acontecimentos e modos de ser.

Compreendemos, a partir de Deleuze (1979), que a utilização do dispositivo de grupo não tem a finalidade de trazer ou fazer processos de adaptação e normalização, senão o contrário, incitar novos processos de desterritorialização, isto é, novas subjetividades, além de atingir o cognitivo, o afetivo, o social e o político. Nesta perspectiva, as práticas grupais são tomadas como potencializadoras dos fluxos desejanter, isto é, como produção de realidade, e não apenas de mera adaptação.

Baremblytt (1984) e Barros (1994, 2007) ressaltam a função do dispositivo de grupo de fomentar processos de desterritorialização e a produção de linhas de fugas. Compreendem o grupo como uma máquina concreta que está articulada a outras máquinas sociais, nunca estando isolada. Tal máquina deve ser compreendida como um agenciamento de regimes e linhas de forças, que provoca distintos efeitos. Consideramos que o debate sobre as práticas grupais não deve se encerrar sobre o dispositivo grupal em si, mas sim compreender que efeitos são agenciados, mobilizados e intensificados (HUR, 2016, p. 115).

Hur (2016) propõe utilizar nos grupos que pretendem uma produção subjetiva um estrato, no qual o foco, para o pesquisador ou para o grupo atendido, é mapear, compreender e analisar os processos experimentados e o regime de forças que

estão atuando para produzir uma criação que vai além da reflexão. Para Deleuze e Guattari (1992), a função do pensamento é a criação, e não a reflexão. Por isso, podemos pensar que os grupos que representam mais que reflexões ultrapassam as discussões e as autoanálises no espaço grupal, fazem produções de pensamento. Por isso, ao invés de denominar, pelos termos correntes, grupos de reflexão ou grupos de discussão, Hur (2016) opta por chamar essa modalidade de dispositivo de cartografia grupal. Sobre o termo cartografia, diz Deleuze (1997, p. 76): “A análise não deve mais escavar a tumba do faraó, utilizando os tradicionais métodos históricos, mas sim traçar linhas na superfície, mapear a deriva dos continentes”.

A seguir daremos destaque a utilização dos chamados grupos reflexivos de gênero que trabalham com a questão da violência. Ainda que existam grupos reflexivos de mulheres que cometem atos de violência contra outra mulher, o foco desta pesquisa são os grupos de gênero masculino.

Podemos apontar que os debates acadêmicos sobre e com os grupos reflexivos de homens autores de violência contra a mulher têm sua origem nos Estados Unidos da América, nos anos de 1970, passando pelo Canadá e Europa Ocidental, e somente muito depois é que esse debate começou em outros países, como no Brasil, em que o debate surgiu mais fortemente quando a Lei nº 11.340/2006 passou a vigorar, obrigando homens que cometeram atos de violência contra a mulher a frequentar grupos educativos e de reabilitação (termos usados pela lei).

Tais grupos abordam conteúdos técnicos, jurídicos e teóricos da ação do combate à violência de gênero, doméstica e familiar. Seus formatos apresentam-se na modalidade de educação presencial. Alguns destes com conteúdo específico, direcionados à preparação dos homens para conviverem com as mulheres, no formato cognitivo-comportamental. Outros grupos possuem características de psicoterapias, existindo, ainda, outros grupos de autoajuda (PRATES, 2013).

No contexto internacional, as primeiras experiências com homens autores de violência contra a mulher surgiram, nos anos 1970, nos Estados Unidos da América, depois no Canadá; nos anos 1990, na América Latina; e nos anos 2000, chegam à Europa, segundo o relatório de 2016 da Organização não Governamental de Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação – CEPIA. Os programas internacionais têm diversas formas, tanto metodológicas, como técnicas de atendimento. Muitos desses programas têm uma proposta pró-mulher, na

abordagem cognitivo-comportamental e são mantidos por organizações não governamentais (CEPIA, 2016).

Segundo Prates (2013), as experiências brasileiras seguem uma tendência internacional, ou seja, há uma variedade de grupos e cada um com sua forma de trabalhar, por falta de clareza na Lei Maria da Penha e por diretrizes que norteiam os grupos de enfrentamento à violência contra a mulher.

De acordo com a mesma autora, a única diretriz governamental é o documento elaborado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (BRASIL/SPM, 2011), apesar de constar dele a recomendação de que o serviço esteja inserido na rede de serviços de atenção à violência, que tem um caráter pedagógico e compulsório, vinculado diretamente à Justiça, esse documento não faz alusão a outras questões (PRATES, 2013).

A questão do atendimento aos homens em situação de violência contra a mulher é motivo de divisão dentro dos movimentos feministas. Como já citado, a própria Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, é favorável ao atendimento aos homens, por compreender que os grupos são processos educativos que visam à desconstrução de uma aprendizagem machista, autoritária e violenta e que leva à desvalorização do feminino. Segundo Saffioti (2004):

As pessoas envolvidas na relação violenta devem ter o desejo de mudar. É por esta razão que não se acredita numa mudança radical de uma relação violenta, quando se trabalha exclusivamente com a vítima, sofrendo estas algumas mudanças, enquanto a outra parte permanece sempre o que foi. Mantendo seu *habitus*, a relação pode, inclusive, tornar-se ainda mais violenta. Todos percebem que a vítima precisa de ajuda, mas poucos vêem esta necessidade no agressor. As duas partes precisam de auxílio para promover uma verdadeira transformação da relação violenta (SAFFIOTI, 2004, p. 68).

Segundo a pesquisa de Prates (2013), ainda que haja muitas reflexões contrárias de coletivos feministas, a formação dos grupos para os homens em situação de violência contra a mulher vem crescendo no território nacional. Tornam-se relevantes quando se questiona não somente a mobilização dos homens, mas também as condições e influências formadoras apresentadas pela instituição e pelo ambiente dos grupos, seja a existência de políticas públicas que favoreçam e incentivem a formação de mais grupos em solo brasileiro, seja a formação de profissionais.

Em Minas Gerais, localizamos algumas instituições que fazem parcerias com o Tribunal de Justiça de Minas Gerais no tocante ao enfrentamento da violência contra as mulheres.

Entidade	Parceria Justiça	Cidade
Programa de Educação e Responsabilização para Homens Autores de Violência Doméstica Contra a Mulher - TJMG	SIM	Pouso Alegre - MG
Dialogar – Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher- DEAM – PCMG	SIM	Belo Horizonte - MG
ONG ABAN – Associação dos Amigos projeto Laços	SIM	Juiz de Fora - MG
ONG – Instituto ALBAM Programa ANDROS	SIM	Belo Horizonte - MG

No Brasil, situamos os grupos de enfrentamento à violência contra as mulheres no ano de 2014 a 2016. Pela dimensão do país e o número de casos de violência contra as mulheres, encontramos poucas instituições, governamentais ou não, de acolhimento e de combate dos inúmeros casos de violência.

Quanto ao número de grupos de enfrentamento à violência contra as mulheres em que homens participam, também percebemos que existem ainda poucos no país.

Em Minas Gerais, existem instituições que integram a Rede Estadual de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. No caso da cidade de Belo Horizonte, existem dois programas que trabalham com grupos reflexivos de gênero, a organização não governamental, que recebe dinheiro público do TJMG, o Instituto ALBAM, Programa ANDROS; e o Dialogar, da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher da Polícia Civil de Minas Gerais, que, por ser um órgão público, não recebe verba do TJMG.

3.3. Espaços educativos e o grupo Dialogar

Segundo Stela Meneghel (2004), com o surgimento dos Grupos de Enfrentamento da Violência contra as mulheres nos anos de 1960 nos países de capitalismo avançado, Estados Unidos, França, Inglaterra, Alemanha e Itália, foram surgindo espaços de debates e acolhimentos as essas mulheres. Nas décadas seguintes os grupos se expandiram para outros países, inclusive o Brasil. Esses espaços têm como atributo o acolhimento e atendimentos psicológico, jurídico, econômico e social a essas mulheres, sendo também espaço de conhecimento e aprendizado pelas vivências e experiências do cotidiano de cada uma delas.

Nesses espaços, procura-se ouvir mulheres e homens no que tange ao cotidiano de suas vidas, as possíveis dimensões da violência que os afeta, as relações familiares e sentimentais. É possível inferir que esses espaços podem ser considerados como espaços educativos?

Essa questão nos remete a pensar na produção e na construção de conhecimentos. Assim, todo indivíduo em um determinado tempo e espaço produz conhecimento. Em suas mediações com outros indivíduos, ele articula, interage, constrói, desenvolve, troca e dissemina informações que podem ser utilizadas em seu cotidiano.

A utilização dessas informações transita em suas vivências e experiências, sendo de utilizadas em diversas ocasiões. Podemos, assim, entender que a participação desses indivíduos com suas vivências e experiências nos grupos de enfrentamento à violência possibilita uma outra pedagogia dentro desses espaços.

Conforme Peter Burke (2016), o conhecimento é produzido em todo e qualquer lugar.

Até mesmo dentro de uma determinada cultura existem diferentes tipos de conhecimento: puro e aplicado, abstrato e concreto, explícito e implícito, adquirido e popular, masculino e feminino, local e universal, saber como fazer algo e saber o que algo se aplica (BURKE, 2016, p. 20).

Tendo em vista a amplitude do conhecimento descrita acima, entendemos que os grupos de enfrentamento à violência, isto é, os grupos reflexivos (RIVIÈRE,

1977), têm um papel educativo, pois podem transformar informações em produção de conhecimento.

Outro ponto relevante está no campo de uma análise crítica dos processos educativos que possibilitam nortear novos campos de atuação frente a novos parâmetros sociais que emergem na sociedade. Dessa forma, pensar as dimensões da violência e as formas de enfrentamento é papel social de todos, como também deve estar inserida no contexto educativo. Não podemos esquecer o papel pedagógico da inserção do menino/homem dentro do contexto social e sua relação com o feminino/mulher. Isto nos direciona para a construção de valores que fundamentam também a violência através dos aparatos simbólicos norteadores da educação.

Assim, o entendimento do papel social de cada indivíduo é demarcado na sociedade e constituído nas relações sociais, tendo os processos educativos o atributo de ampliar os direitos e deveres de cada indivíduo, pois, conforme Ana Lúcia Galinkin e Luci Mara Bertoni, “a noção de pessoa, assim como tudo o que se refere à realidade social de um determinado grupo humano, é constituída nas relações sociais. É uma construção simbólica por meio da qual o homem atribui sentido a si mesmo” (GALINKIN; BERTONI, 2006, p. 55).

Observamos que os indivíduos dentro desses grupos de enfrentamento à violência se apropriam, através de um ato pedagógico, de suas experiências e vivências, que são partes singulares desse contexto social. Acreditamos, por isso, na construção de conhecimentos singulares em torno da visão de sociedade e do posicionamento como ator social (ARROYO, 2003; GOHN, 2009).

Esses conhecimentos singulares podem ser entendidos dentro desses grupos como trocas simbólicas de vivências e experiências, isto é, a produção de saberes leva a uma reflexão (BION, 1970) e a um constante aprender.

Aprender é fazer [...] uma atividade de que natureza? É sempre o mesmo tipo de atividade? O que é um saber, a propósito de qualquer atividade de aprendizagem? Pode-se considerar – e esta é minha posição – que só há saber em uma certa relação com o saber, só há aprender em uma certa relação com o aprender. Isso significa que não se pode definir o saber, o aprender, sem definir, ao mesmo tempo, uma certa relação com o saber, com o aprender (e também com um tipo de saber ou, de aprender). Significa ainda que não se pode ter acesso a um saber, ou, mais genericamente, aprender, se, ao mesmo tempo, não entrar nas relações que supõem (e desenvolvem) este saber, este aprender (CHARLOT, 2001, p. 17).

Esse aprender está na ordem de um saber de vivências e experiências que envolve mudanças no pensamento, isto é, podemos denominar como formação humana que, conforme Arroyo (2003), “é inseparável da produção mais básica da existência, do trabalho, das lutas por condições materiais de moradia, terra, transporte [...] de alimentação, de segurança”.

Dessa forma, esse aprender pode ser tanto no campo de uma educação formal, quanto de uma não-formal ou informal. Porém podemos inferir que, nos grupos de enfrentamento à violência contra as mulheres, esses processos educativos se dão pela não formalidade, em que a apropriação de conhecimentos e saberes é produzida de forma organizada e sistemática, mas não adentra ao sistema formal de educação.

A participação de todos dentro de um grupo, indiferentemente da situação de cada indivíduo e de sua trajetória pessoal, é uma forma de educação, pois busca o acolhimento do indivíduo para sua demanda, isto é, a resolução de questões que fazem parte de suas experiências e vivências.

Para Gohn (2010), “o aprendizado gerado e compartilhado na educação não formal não é espontâneo, porque os processos que o produzem têm intencionalidades e proposta”. Nesse aspecto, podemos perceber que a produção de conhecimentos dentro das unidades dos grupos de enfrentamento à violência contra as mulheres buscam inserir no debate mulheres e homens com a intenção de proporcionar, por meio das narrativas, experiências e vivências, um outro olhar – saberes – sobre as relações afetivas e os direitos sociais de cada participante do grupo.

As tessituras que são articuladas e propiciadas a cada um dos indivíduos são debatidas com todos dentro do grupo. Dessa forma, o Dialogar busca através de sua estrutura organizacional acolher cada indivíduo

O Dialogar é um grupo de enfrentamento à violência contra a mulher que oferece vários serviços de acolhimento e atendimento à mulher.

Esse projeto teve início em outubro de 2010, na Divisão Especializada de Atendimento à Mulher, Idoso e Deficiente (DEAMID) para o enfrentamento da violência contra mulher.

Iniciou suas atividades na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Belo Horizonte (DEAM), e, em 2014, passou a pertencer à Coordenação de

Direitos Humanos da Polícia Civil, e novamente retornou à DEAM, em 2018. Até a realização deste estudo mantinha-se com a mesma estrutura.

No início das atividades do Dialogar, a delegada titular havia se associado com outra profissional policial que iniciara, no passado, esse tipo de serviço em uma delegacia no interior do Estado de Minas Gerais. Não houve sucesso nessa empreitada, tendo em vista que os homens participantes assinavam um termo de responsabilidade de conduta, em que se comprometiam a não terem mais comportamentos violentos contra a mulher, no entanto, acabavam desobedecendo a esse termo.

A proposta da delegada de pensar em um grupo foi uma ideia de trabalhar com mais efetividade e ter o envolvimento dos homens que cometiam atos de violência contra a mulher.

Dessa maneira, esse projeto nasceu da compreensão das possíveis limitações na perspectiva da repressão no tratamento da problemática do enfrentamento da violência doméstica contra as mulheres, isto é, ele foi proposto tendo em vista a necessidade de um trabalho que abordasse a responsabilização dos homens no rompimento do ciclo da violência contra as mulheres.

Os profissionais envolvidos realizaram um levantamento dos registros de ocorrências na delegacia, verificando um elevado número de reincidências. Algumas mulheres registraram mais de trinta vezes a ocorrência de violência praticada pelo mesmo companheiro.

A partir desse momento, a equipe de profissionais elaborou o projeto com público formado por mulheres e homens que figuravam em tais registros reincidentes.

Consta na resolução da Polícia Civil que criou o Dialogar (anexo nº18) que seu objetivo é acolher, atender e orientar mulheres e homens envolvidos em situação de conflito e na violência descrita na Lei nº 11.340/2006.

Esse serviço recebe demandas espontâneas e encaminhadas da rede parceira, tais como da Justiça, do Ministério Público, da área da saúde pública e da rede estadual de Educação, de terceiros (cidadãos, parentes de vítimas) e de mulheres e de homens que buscam os serviços da DEAM para resolução de um crime de violência contra a mulher.

Outro serviço do Dialogar é o atendimento compulsório de homens e mulheres encaminhados pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, parceria firmada com a

Polícia Civil de Minas Gerais, no ano de 2013. São pessoas que foram afastadas de seus familiares e que têm que frequentar grupos de convivência por terem cometido atos de violência contra a mulher, isto é, violência física, moral, sexual, patrimonial etc. Conforme a lei citada, essa é uma medida de urgência, pois existe uma necessidade de resolução do iminente conflito.

O fluxo de atendimento de homens ao projeto se estabelece a partir dos encaminhamentos feitos pela Vara Criminal do Judiciário. Assim que os homens chegam, a equipe do projeto realiza um acolhimento de escuta individual no qual eles preenchem um formulário-padrão de atendimento. Nesse momento, os homens assinam um termo de compromisso, seguindo os moldes da Lei nº 11.340/2006, para entenderem o embasamento legal de sua participação. Nesse acolhimento, são apresentadas as regras de funcionamento do grupo e explicados os casos de descumprimento e faltas. Eles também têm acesso à orientação jurídica sobre outros assuntos, tais como pensão alimentícia e visitas aos filhos.

A metodologia de intervenção desse projeto previa um formato grupal fechado e dez encontros semanais, de duas horas de duração em cada.

O espaço da realização do grupo, no ano de 2013, comportava dez homens participantes, além de seis pessoas da equipe técnica, tendo em vista que o espaço da instituição não comportava número maior de participantes.

A facilitação dos grupos acontecia com a participação de dois psicólogos, sendo uma do gênero feminino e outro do masculino, uma assistente social e três estagiários acadêmicos das áreas de psicologia, serviço social e direito.

Entre os diversos temas trabalhados, em destaque estavam os relacionados a direitos humanos, principalmente os das mulheres, abordados de forma estratégica para inserir o debate sobre a Lei nº 11.340/2006.

Artigos dessa lei tratam de crimes contra a mulher:

Art. 45. O art. 152 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), passa a vigorar com a seguinte redação:

[...]

Art. 152.

[...]

Parágrafo único. Nos casos de violência doméstica contra a mulher, o juiz poderá determinar o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação. (NR) (BRASIL, 2006).

A frequência dos participantes no projeto era obrigatória por ser um mandado judicial. Assim, a falta poderia implicar crime de desobediência. Uma das formas de

debater esta questão da obrigatoriedade de estarem no grupo era feita por meio de oficinas temáticas e guiadas também pelas demandas do grupo de mulheres e de homens.

Após o término das oficinas, eram marcadas novas entrevistas, porém agora essas eram individuais, com cada um dos membros dos grupos, tanto os das mulheres quanto os dos homens. O objetivo era escutá-los e saber como lidavam com a nova forma de ver e perceber a mulher, isto é, como refletiam e lidavam com possíveis situações de violência de forma geral.

O Dialogar fazia o acompanhamento durante seis meses a um ano, aproximadamente, mantendo contato telefônico para agendar entrevistas de retorno, de acordo com a possibilidade de cada um e do Núcleo Dialogar. (anexo nº18)

Geralmente, as pessoas que eram encaminhadas para participarem dos grupos eram de classe baixa, moradores da periferia (bairros pobres), sendo a maioria de pele parda, poucos brancos e pretos, e no quesito escolaridade, raramente ultrapassava o ensino médio.

Como nos informa Batista (2008), o Direito Penal é seletivo, não é qualquer um que será punido, os mais instruídos e com melhores condições socioeconômicas terão condições de ter uma defesa particular que encontra uma brecha na lei ou na Constituição Federal, aos pobres cabem a defesa pública (Defensoria Pública), ou um advogado que não conta com uma equipe de advogados para o defendê-los:

Como o sistema penal opera seletivamente, guiando-se as agências policiais pelos preconceitos que produzem e regem o uso do estereótipo criminal, é previsível que agressores negros e pobres tenham muito mais possibilidades de serem efetivamente presos do que agressores brancos de classe média. Dessa forma, a nova lei contribuiria para o processo estrutural de criminalização da pobreza ao qual o empreendimento neoliberal conduz, para o controle das massas humanas por ele economicamente marginalizadas, sob os olhos e sob a indiferença de grande parte dos operadores que nele intervêm (BATISTA, 2008, p. 18).

O espaço físico do Dialogar ficava nas dependências da DEAM. A delegacia funciona 24 horas em todos os dias da semana. Os servidores da delegacia são todos concursados e na sua maioria policiais civis, os outros servidores exerciam funções administrativas. (anexo nº18)

Essa delegacia tinha, em 2013, apenas uma entrada de acesso às suas dependências.

Assim, o Dialogar, nesse período, ocupava duas salas, uma para atendimento individual, outra para a realização dos grupos, sendo que nesta sala também eram realizados atendimentos individuais quando não havia encontros grupais.

A sala dos grupos funcionava, também, para serviço administrativo. O mobiliário era constituído de 16 cadeiras, uma estação de trabalho com computador e impressora.

Com relação aos atendimentos, inicialmente aconteciam desde um convite feito pela equipe aos homens e às mulheres para um acolhimento e triagem individual, cuja participação voluntária nos grupos era oferecida. As mulheres tinham maior adesão do que os homens, sendo que eles aderiram pouco a proposta voluntária. A partir desta constatação, a gestão do projeto articulou com o Judiciário o encaminhamento dos homens, e, uma vez que a participação se tornou obrigatória, o número de participantes nos grupos aumentou.

O projeto, como já mencionado, era composto por servidores públicos concursados da Polícia Civil de Minas Gerais e que não recebiam outros recursos além da alocação destes para atuarem exclusivamente no projeto. Com dedicação exclusiva em suas funções, considerada positiva, e as possíveis limitações institucionais da Polícia Civil em termos de servidores com graduação em psicologia, serviço social, direito e pedagogia, podemos inferir que os resultados obtidos naquele período eram insatisfatórios conforme as demandas.

O objetivo do serviço foi criado como filosofia a prevenção à violência contra as mulheres e a redução desses crimes. Esse objetivo institucional se referia aos trabalhos inseridos na DEAM e, portanto, vinculado à pasta de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais.

Em nossas reflexões, esse objetivo vai além do aspecto legal, voltando-se também à produção de subjetividades, com olhares diferenciados para as mulheres e para os próprios homens, deslocados do machismo e do sexismo. Dessa forma, esse objetivo perpassa a desconstrução da ordem social desigual entre homens e mulheres.

O Dialogar trabalha dentro da temática das relações entre o masculino e o feminino, abordando a violência contra a mulher como principal norteador de todas as temáticas relacionadas na tabela abaixo:

Temas dos 10 (dez) dias de encontros das oficinas do Dialogar:

- 1) Encontro de acolhimento: apresentação do serviço oferecido pelo Dialogar; compromisso de convivência.
- 2) Relações de poder e produção de subjetividade: gênero, sexismo, machismo, misoginia, patriarcalismo, feminilidade e masculinidade; a diferença entre violência, crime, agressão, poder e potência; a violência nos diversos contextos; a história da mulher chamada Maria da Penha. O ciclo da violência.
- 3) Comunicação e dialogicidade.
- 4) Convivencialidade, cotidianidade e micropolítica: práticas de si, as relações consigo mesmo; com familiares; com o social; com o meio ambiente; a política do cotidiano em oposição a ideologia da violência.
- 5) Oficina de música, leitura, literatura e de narrativas de vida.
- 6) Corpo e afeto: a experimentação de si diante do uso de bebidas alcoólicas e uso de drogas.
- 7) Judicialização das práticas de si e do outro: o tribunal em nós, as práticas do tribunal/judicial na vida.
- 8) Relações de poder: religiosidade; escultura de si e a espiritualidade.
- 9) Tema sugerido pelo grupo. Caso não haja sugestões o tema será: Relações de poder e a medicalização da vida; transtornos mentais e outros.
- 10) Encontro de encerramento: cadeira vazia, cadeira cheia e cadeira quente: O que estamos fazendo de nós mesmos?

Essa metodologia de trabalho utilizada nos encontros semanais baseou-se nos processos reflexivos sobre a vida dos participantes, caminhando passo a passo até chegar à temática das relações de poder. No trabalho transdisciplinar oferecido pela equipe, os participantes podiam receber uma atenção individualizada às suas vulnerabilidades sociais e psicológicas, através de diversas intervenções.

Com relação ao trabalho em rede, a delegacia como um todo integrava a Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica contra a Mulher, e, portanto, participava de ações e projetos coordenados, o que inclui debates e encaminhamentos de casos, reuniões mensais, seminários anuais, entre outras ações. Havia também a parceria com o plantão da Defensoria Pública do Estado nos casos em que existiam possibilidades de atendimento, que, com frequência, eram questões da área de família.

O projeto também mantinha estreitamento com a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC), que encaminham estagiários, mantendo na delegacia um campo de extensão. A Faculdade de Educação da UFMG também mantinha parceria com o Dialogar promovendo a participação de uma profissional da área da pedagogia. Finalmente, devido ao fato de realizarem atendimentos individuais visando ao acompanhamento dos homens, quando necessário, a equipe realizava encaminhamentos para centros clínicos para terapias.

Além dos dois grupos de homens atendidos pelo projeto, existiam outros atendimentos.

Também foram desenvolvidos dois grupos que eram formados por mulheres, sendo um deles formado por voluntárias e o outro obrigatório, no qual havia uma medida judicial. Esse último grupo de mulheres também eram enquadradas na Lei nº 11.340/2006, sendo geralmente encaminhadas por cometerem violência contra suas mães, irmãs e companheiras.

Já o grupo composto por voluntárias (mulheres que participavam do projeto) eventualmente recebiam e participavam dos debates com as mulheres agredidas que mantiveram relacionamento com os homens que, paralelamente, estavam cumprindo a medida judicial.

A equipe técnica realizava convites a essas mulheres, não havendo, portanto, qualquer obrigatoriedade da parte delas na participação.

Conforme dissemos, o serviço realizava atendimentos individualizados com os homens que, durante os atendimentos grupais, demandavam atenção individual, observando-se cada caso. Assim, após a análise dos casos pela equipe técnica, diante ou não da apresentação da demanda pelos homens, eram oferecidos estes serviços, os quais tinham o caráter de acompanhamento. Esses encontros individualizados aconteciam durante os dez encontros em que os homens cumpriam a medida judicial.

Se fosse identificada uma demanda com caráter terapêutico, a equipe do serviço encaminhava para a rede especializada, o que incluíam as faculdades de Psicologia, por exemplo, que faziam atendimentos gratuitos.

Havia ainda outro grupo que prestava atendimento às mulheres vítimas de violência sexual. Este grupo era formado por mulheres cuja agressão, geralmente cometida na rua, foi perpetrada por homens desconhecidos, com quais não se estabeleceu relação contínua e de afeto.

Havia um sistema de avaliação do projeto que era feito com a participação dos homens atendidos, pois, ao final de cada ciclo dos dez encontros previstos com cada grupo fechado, era solicitado aos integrantes responderem a uma questão que exigia uma postura reflexiva: "*O que nós estamos fazendo de nós mesmos nesse exato momento?*".

Posteriormente, havia a sistematização dos dados coletados e os resultados eram repassados para análise da supervisão do trabalho e também para a avaliação do Poder Judiciário. Com o conhecimento desses dados, os profissionais analisavam se eram necessárias novas abordagens sobre o tema proposto aos homens.

A abordagem teórico-metodológica do Dialogar revelou articulações com as elaborações do gênero, que perpassam a socialização masculina, principalmente na convivência familiar, em que a violência contra a mulher e as crenças sexistas estiveram presentes, ressaltando-se as normativas sociais da masculinidade que tornam a violência contra as mulheres uma prática de tolerância e aceitação. A ênfase no aspecto educacional e psicossociológico da violência nos permite compreendê-la como um extremo de condutas que se consideram normais e que respondem, em última instância, a modelos apropriados para cada sexo (OSBORNE, 2009).

Assim, o Dialogar trabalhava também na perspectiva, tanto da mulher quanto do homem, de romperem com o ciclo da violência. O conceito do "ciclo da violência" foi formulado com base no estudo de Lenore Walker (1979) acerca de mulheres violentadas e que tinham dificuldade de romper a relação violenta e proceder à denúncia do homem que as agredia (SOARES, 2005; OSBORNE, 2009).

A partir da afirmação da Criminologia Crítica e do Abolicionismo Penal de que o Direito Penal é seletivo, podemos pensar que, apesar da violência contra a mulher ocorrer em todas as classes sociais, independentemente de grau de escolarização,

não existe um perfil de homem autor de violência contra a mulher, mas existe o tipo suspeito de sempre que é enquadrado na lei penal (BATISTA, 2008).

Existe um fato discutido e difundido pelos estudos sobre violência contra as mulheres, obtendo grande repercussão nas políticas públicas de enfrentamento, o fato da dificuldade que a mulher vítima de violência tem para romper com o ciclo da violência. Ele é concebido a partir da ideia de que não existe um perfil de autores de violência, e, por meio de um consenso, de que existe uma pauta de conduta que se reproduz quase cronicamente entre a vítima e autor da violência.

Na realidade, trata-se de um processo de destruição que causa dependência da vítima que padece. A violência acontece em fases que, paralelamente, vão rebaixando a autoestima da vítima, em que a tendência do agressor é afastá-la das relações de proximidade, buscando manter ou criar total controle.

Esse ciclo tende a seguir três fases: acumulação da tensão; explosão violenta/agressão; e reconciliação, em que a mulher agredida tende a acreditar que o homem agressor está arrependido e não vai violentá-la novamente. A relação não é retomada de acordo com as suas expectativas, pois na realidade trata-se de um ciclo vicioso que recomeça com relações ainda mais deterioradas e com as mulheres geralmente mais fragilizadas (OSBORNE, 2009).

O rompimento do ciclo da violência causada pelos homens está entre as metas e objetivos do trabalho da intervenção do Dialogar. Outra meta é conhecer e avaliar os resultados do trabalho que podem impactar os objetivos do Dialogar.

O próximo capítulo traz a análise das entrevistas que realizamos com os homens que participaram do Dialogar como consta nos procedimentos metodológicos, que abordam as dimensões da violência nas relações afetivas, respaldadas em tessituras das experiências e vivências de cada um desses homens em seus cotidianos de vida.

4. AS EXPERIÊNCIAS E VIVÊNCIAS NAS NARRATIVAS DE VIDA

Esta pesquisa teve como objeto de estudo os homens autores de violência doméstica contra a mulher e que frequentaram o grupo reflexivo do Dialogar da Polícia Civil de Minas Gerais no ano de 2013.

Este capítulo responde aos três objetivos específicos: primeiro identificar os perfis dos participantes atendidos no Dialogar; avaliar o impacto do Dialogar na percepção dos homens em suas relações com as mulheres; e analisar junto aos homens o potencial de ação educativa do Dialogar em suas experiências e vivências.

Essas análises são relatos das entrevistas com os quatro homens participantes, autores de violência doméstica contra a mulher e que frequentaram o grupo reflexivo do Dialogar da Polícia Civil de Minas Gerais no ano de 2013. Para dar conta de analisar os modos de processar suas subjetividades, a partir de suas vivências após a passagem desses participantes pelo grupo reflexivo, optamos por uma estratégia metodológica em que utilizamos a coleta de dados nos arquivos do Dialogar, aplicação de questionários e entrevistas.

Em um universo de 20 (vinte) indivíduos que participaram das oficinas do Dialogar no ano de 2013, 4 (quatro) que concordaram em participar da pesquisa.

Assim, para melhor entendimento e racionalização na busca de resultados ao questionamento do problema e dos objetivos citados acima, optamos por categorias analíticas que abarcassem uma possibilidade de entendimento desse indivíduo em todo o seu contexto social, que foram pensadas e problematizadas na elaboração das questões que nortearam as entrevistas e que nos apontassem a construção de subjetividades desses entrevistados.

Como mencionado na metodologia, foram realizadas entrevistas com os 4 (quatro) homens que participaram e, além de analisada a documentação coletada no Dialogar referente a todos os 20 (vinte) participantes do projeto.

Com toda a documentação que produzimos no processo desta pesquisa, através da transcrição das entrevistas e da leitura dos documentos, buscamos sintetizar todo o contexto das trajetórias dos participantes desta pesquisa em

categorias que nos possibilitasse a reflexão de suas experiências e vivências através de suas memórias.

Nesse compasso de reflexão das categorias, optamos por dialogar com Bernard Lahire (2004).

Dessa forma, as categorias sociais elaboradas por Lahire (2004) foram essenciais para a análise nas falas dos homens.

Passamos a dispor de uma série de informações que podiam ser comparadas sobre os mesmos indivíduos. Só um dispositivo metodológico desse tipo permitiria julgar em que medida algumas disposições sociais são ou não transferíveis de uma situação para outra e avaliar o grau de heterogeneidade ou homogeneidade do patrimônio de disposições incorporadas pelos atores durante suas socializações anteriores (LAHIRE, 2004, p. 32).

Das categorias apontadas por Lahire (2004) em sua obra *Retratos Sociológicos*, como a família, escola, trabalho, sociabilidade, lazer-cultura e corpo, no presente estudo utilizamos algumas dessas categorias, porém outras foram sendo construídas na interação com os entrevistados. São aquelas que não se apresentam na realidade do autor, mas se faz presente em nossa pesquisa. Na construção de uma cartografia de pensar as narrativas dos homens que participaram do Dialogar, entendemos que surgiu uma série de outras informações. Dessa forma, ao pensarmos a elaboração de um direcionamento para as entrevistas, refletimos sobre alguns aspectos que deveriam tecer as memórias, as experiências e vivências desses homens em relação a suas histórias e as dimensões da violência no contexto de suas vidas. Assim, a categoria violência, violência contra a mulher, religião, processos educativos e suas relações afetivas foram parâmetros das análises.

Partindo dessas categorias, este capítulo será dividido nos seguintes tópicos: as experiências e as vivências no Dialogar, em que analisaremos a chegada dos indivíduos no projeto e as possíveis reflexões que eles elaboraram desde sua convocação a participar das oficinas; a seguir, adentraremos nas dimensões da violência dos indivíduos através das narrativas de suas vivências; e, por fim, abordaremos se o Dialogar foi para esses homens somente uma extensão da lei.

Deleuze e Guattari (1992, 1995, 2010) são igualmente aportes de análise dessas categorias para adentrar no quesito subjetividade dos indivíduos, uma vez que, para esses autores, a subjetividade pode ser entendida como modos de viver.

Segundo Coimbra (2011), uma das coisas mais importantes no sentido de dominar o outro (povos, populações), mais importante do que fazer uma guerra, é produzir subjetividades, produzir modos de viver e existir. Para dominar o outro, é preciso controlá-lo.

Para Deleuze (1992), passamos da sociedade disciplinar para a sociedade do controle. Já para Guattari (2007), na sociedade contemporânea, talvez um dos dispositivos mais importantes de produzir modos de viver, isto é, subjetividades, sejam os meios de comunicação de massa, pois eles produzem modos de viver, de estar, de sentir e modos de existir no mundo. Para Coimbra (2011), os meios de comunicação de massa emergem no capitalismo como um braço defensor das subjetividades capitalistas. *Obviamente, não há nada de democrático nisso.*

Conforme esses autores citados, os modos de viver são processos contínuos de fabricar modos de sentir, pensar, existir no mundo, isto é, modos de viver a experiência da vida, ou seja, a subjetividade é uma contínua produção de processos que acontecem com os seres humanos o tempo todo a partir das forças do social, do mundo e do biológico. Laplanche (1998), lendo Freud, nomeia essas forças como séries complementares, isto é, são forças que atuam no sujeito e se complementam, forças da natureza, do biológico (herdado ou adquirido) e do social.

Assim, os sujeitos que participaram desta pesquisa vivem o modo de serem homens fabricados por uma sociedade localizada em um momento histórico e afetados por todas as forças que os compõem e os atravessam. Conforme Deleuze e Guattari (2010), os meios de comunicação também compõem subjetividades de homens e mulheres.

Sendo assim, é a partir desse sentimento de estar no mundo, no cotidiano das relações, na produção de memórias e nas experiências e vivências desses sujeitos, que fizemos as análises de suas narrativas.

Começamos o capítulo, analisando as experiências e vivências através das narrativas dos homens que participaram dos grupos reflexivos do Dialogar. Para além do aporte teórico, também utilizaremos a cartografia de Deleuze e Guattari na condução dessas análises.

4.1. As experiências e as vivências no Dialogar

Em um universo de 20 (vinte) indivíduos que participaram, no ano de 2013, das oficinas no Dialogar, 4 (quatro)⁵ foram selecionados para participarem da pesquisa. Esses indivíduos são homens que estão na faixa etária entre 30 a 65 anos, tiveram conflitos com a Lei nº 11.340/2006 por crime contra a mulher, residem na cidade de Belo Horizonte. As informações abaixo foram retiradas dos questionários aplicados. Os homens são os seguintes:

Mário: 62 anos, ensino fundamental, pedreiro, mora em um bairro da região norte de Belo Horizonte. É casado e pai de três filhos do primeiro casamento. Autodeclara negro de cor preta. Nasceu em Belo Horizonte/MG. Passou a infância e a juventude com os pais. Foi denunciado na Lei 11.340/06 por lesão corporal a ex-esposa.

Diogo: 48 anos, ensino fundamental incompleto, metalúrgico, divorciado, tem quatro filhos. Auto declara branco. Ele está desempregado e não tem renda, depende economicamente da família, de sua mãe e seu pai. Reside em um bairro de classe média da região leste de Belo Horizonte. Ele mora com a família de origem. Foi denunciado na Lei 11.340/06 por lesão corporal a filha.

Flávio: 45 anos, viúvo há sete anos e se considera o melhor pai do mundo. Ensino Médio. Tem uma filha. Profissional do Marketing. Auto declara branco. Foi denunciado na Lei 11.340/06 por difamação a ex-namorada.

Hélio: 39 anos, nasceu em 5 de agosto de 1978, tem quatro irmãos. Auto declara branco. Solteiro e namora, não tem filhos. Foi denunciado na Lei 11.340/06 por lesão corporal a ex-namorada.

Com o intuito de buscar cartografar a produção de subjetividades destes homens, também fizemos entrevista com a psicóloga Eduarda que atende desde 2013 os homens que são encaminhados compulsoriamente pelos juízes das Vara de Violência Doméstica contra a Mulher, com base na Lei nº 11.340/2006, a participarem das oficinas no Dialogar.

⁵ Os nomes dos homens participantes da pesquisa e da psicóloga são fictícios.

Pensamos a psicóloga como intercessora, que acompanha o percurso da vida de cada homem, como um desvio de um rio que caminha em linha reta até desaguar no mar. Para Deleuze (1992), a criação é vista como um intercessor, para a criação do novo. Os intercessores podem ser qualquer coisa, uma planta, uma pessoa, algo fictício. Assim, a psicóloga, com suas intervenções dentro dos grupos, pode ter feito um outro caminho, um outro percurso, na vida dos homens que cometeram atos de violência. Também pensamos a psicóloga como um dispositivo que produz afetos que agem na para produção de subjetividades.

Dessa forma, a psicóloga apresentou sua percepção de produções de subjetividades dos entrevistados, como também alicerçou aspectos do setor administrativo e funcional do Dialogar.

Meu nome é Eduarda, sou psicóloga, me formei na Fafich, em 2002, mesmo ano em que eu ingressei na Polícia Civil, no cargo de investigadora de polícia. Desde que entrei na Polícia Civil, eu sempre busquei trabalhar dentro de políticas públicas, focando mais a abordagem de justiça restaurativa de práticas preventivas que fugiam um pouco do sistema de justiça criminal que nós temos e que é extremamente punitivo.

Nesse repertório de narrativas dos indivíduos e da psicóloga, junto às observações e percepções do próprio pesquisador, que é ex-funcionário do Dialogar e não teve, posteriormente, contato com os pesquisados, exceto na realização das entrevistas. Desse modo, tudo isso se rizomatiza, isto é, se entrecruza com suas experiências e vivências nas dependências do Dialogar e depois nos espaços onde foram articuladas as entrevistas.

O rizoma é pensado como uma rede que se conecta sem início nem fim, está no meio. Pensamos que as conexões estabelecidas durante os encontros grupais possam ter produzido uma variedade de sentidos em cada um que ali estava, tanto na equipe técnica do Dialogar como nos homens que participaram dos encontros. Essa produção aconteceu no espaço comum e expandiu-se para outros espaços, tais como a casa, o local de trabalho e as relações sociais de cada indivíduo participante do Dialogar.

As observações atenta de detalhes de comportamento, vestimentas e silêncios entre as narrativas foram consideradas também como suporte para adentrarmos no cotidiano de cada um deles.

Experiências e vivências são sentidos e práticas de vida, conforme explica Jorge Larrosa (2015). A experiência é o que nos passa, o que nos acontece e o que nos toca. As vivências seriam entendidas como um repertório de experiências que marca o indivíduo de forma duradoura.

Ao cartografarmos as experiências e vivências desses indivíduos, por meio das narrativas e da documentação produzida no Dialogar, elaboramos categorias que possibilitaram uma medição entre essas experiências e vivências e as categorias elaboradas que possibilitaram uma mediação entre as produções de subjetividades dos indivíduos e o espaço físico e estrutural do Dialogar, como também suas relações familiares/afetivas produzidas em seu cotidiano.

São esses sentidos que possibilitaram compreender como se dá a produção de subjetividade masculina nos aparatos da violência e de seus relacionamentos com as mulheres.

As categorias escolhidas para a elaboração dos questionários de abordagem das narrativas dos indivíduos que participaram do Dialogar foram analisadas levando em consideração os conceitos de cartografia de Deleuze e Guattari (2010), uma vez que, para eles, a subjetividade está para além do sujeito, isto é, ela é incorporada nos elementos que compõem e constroem esse indivíduo em relação aos outros e dentro de espaços de atuação.

Ao analisarmos essas narrativas produzidas pelos homens pesquisados, observamos que eles são cautelosos quando falam de suas relações com as mulheres que os denunciaram por violência. Eles fazem observações gerais sobre a Lei nº 11.340/2006, isto é, geralmente, interpretam essa lei somente em um viés condenatório. Também fazem considerações a respeito da família, religião, educação no sentido da instrução e também das possibilidades que surgem nesses encontros. Para eles, essa experiência é uma aprendizagem, mas também uma obrigação.

Assim as categorias aqui trabalhadas foram extraídas das entrevistas, como também das observações do pesquisador *in locus* e da documentação produzida no Dialogar. Tais categorias referem-se às forças de produção de sentidos do social, cultural, biológico, da natureza e de tudo que possa afetar o indivíduo e daquilo que o cerca. Assim, na produção de sentido de cada indivíduo que participou com suas narrativas de experiências e vivências, elencamos as seguintes categorias

representativas: a família, o emprego/desemprego, a infância/adolescência, a religiosidade, o amor, as relações amorosas.

Neste estudo, entende-se que as categorias não apresentam hierarquias nem se sobrepõem umas sobre as outras, elas são aportes que contribuíram para a compreensão do indivíduo em seus vários espaços de atuação em seu cotidiano.

Uma das categorias pensadas foi a religiosidade, que aborda e apresenta um significado simbólico na vida desses indivíduos. Esse campo se configura como espaço do sagrado e da fé.

Na categoria trabalho, optamos por pensar o indivíduo respaldado por um emprego ou não, salientando que fazeres e ofícios são aspectos relevantes no seu cotidiano. Outros aspectos como lazer e entretenimento, moradia e comunidade, também são contemplados como fundamentais no cotidiano desses indivíduos.

Outra categoria elaborada foi educação, pensada através de produção e assimilação de conhecimento e saberes, tanto no campo formal, quanto não formal ou informal. A educação formal é estabelecida pelo Estado por meio de leis, com locais próprios, com escolas. Já a educação informal é aprendida nas igrejas, sindicatos, grupos anônimos, ONGs, grupos de enfrentamento à violência.

Como anunciado anteriormente, categoria violência foi pensada em relação ao indivíduo por meio de suas memórias, vivências, experiências e também em conjunto com suas relações familiares, seja com suas companheiras, irmãs ou mães. Essa violência poderia ser respaldada por fatores que estão ligados a outros aspectos sociais, como ciúmes, desemprego, medos, como uso de álcool e drogas etc. Também observamos que essa categoria baliza todo o processo das oficinas de grupo organizadas com esses indivíduos.

Entendemos, conforme Helerina Aparecida Novo (2006, p. 51), “que o fantasma da violência ocupa os espaços de insatisfação com a vida, passando a explicar a própria impotência que as pessoas sentem e sua dificuldade em agir de forma que restaure a paz interior”. Assim essa categoria “violência” adentra os vários espaços e espectros de suas relações sociais.

A violência contra a mulher pode ser entendida como um ato que possibilita a desagregação de qualquer possibilidade de restauração das relações amorosas.

A impotência é uma das características das mulheres que sofrem violência, pois não conseguem agir para romper com aquele que lhe causa violência. A violência atravessa e constitui as subjetividades da mulher e do homem. Ela se dá

em um emaranhado de fatores, sejam eles de ordem social, como o machismo e a sociabilidade autoritária, sejam os de ordem biológica, como os que acreditam e defendem como origem da violência os níveis de testosterona.

Esses aspectos de ordem social, como o machismo e a sociabilidade autoritária, foram pensados a partir da visão de Deleuze e Guattari, com o intuito de compreender a violência.

A partir da obra de Deleuze e Guattari, *O Anti-Édipo* (2010), podemos pensar a violência como um agenciamento, ou seja, ela é feita por junções, encaixes e desencaixes. O agenciamento comporta elementos distintos, tanto da ordem biológica, quanto social (Guattari, 2007). Pensando a violência como algo que em determinada época foi aceita como um comportamento adequado, por exemplo, os castigos corporais inflingidos às crianças para alcançar a obediência, e hoje existe a Lei da Palmada (Lei nº 13.010/2014). É a junção aqui entre a obediência e a punição, tanto antes da lei como depois dela. A obediência, atravessada pela violência, era agenciada pela escola, pela família. Assim, pensamos a violência contra a mulher que é agenciada também pela família, escola, religião, por meio de discursos e práticas na produção de corpos dóceis e obedientes.

Considerando essa produção de violência é que fizemos a mediação entre a documentação produzida no cotidiano do Dialogar (registros documentais em que são anotados seus dados) e as narrativas dos entrevistados para a compreensão da produção de subjetividade dos indivíduos participantes.

Nossa intenção foi buscar complementar o máximo e cruzar dados, ou, nos termos da cartografia de Deleuze e Guattari (1995), produzir rizomas, cartografar a produção de subjetividades desses indivíduos no Dialogar.

Quando situamos o papel desses homens e suas configurações familiares, descrita por eles, percebemos que eles enaltecem a constituição familiar como suporte de apoio e de sentimentos de reciprocidade de afetos. No entanto, os homens pesquisados não têm a conjugalidade da família monogâmica, todos eles possuem novas configurações de arranjos familiares. Um deles, após o término do casamento, voltou para a família de origem, onde é sustentado pela mãe. Outro quer permanecer solteiro e com relações amorosas “sem compromisso”, apesar de viúvo. Outro já está no segundo casamento, e outro vive sozinho.

Nas narrativas desses homens, as relações com os pais, filhos, irmãos e outros parentes constituem formas de lidar com os inúmeros problemas que os

afetam no cotidiano das relações sociais, isto é, nas possíveis questões financeiras, de trabalho ou mesmo amorosas.

Nas apresentações dos indivíduos, observamos que eles, ao falarem de si, já indicavam a família como suporte e esteio de suas vidas. Dessa forma, apropriamos da visão de Sônia Couto (2005), que nos diz que a família é a responsável pela transmissão dos processos de socialização da criança, conduzindo valores, normas e condutas. Pensamos que a família possa ser também produtora de máquinas desejanças, que tanto produzem como reproduzem a realidade, realidades familiares,

O sentido e as composições familiares na visão de Deleuze e Guattari (2010) diferem das percepções da psicanálise freudiana que entende a família como uma composição monogâmica que se fundamenta através do Complexo de Édipo. Para a psicanálise, o desejo sexual pela mãe e o desejo de morte do pai supostamente inserem a criança no Complexo de Édipo. O atravessamento deste complexo torna a criança parte do social e seu desejo volta-se para a procura constante da satisfação com a mãe, uma falta contínua na busca de tamponar o vazio, tornando-se o indivíduo neurótico, empobrecido, afastado da sua capacidade a experiência de uma vida intensa. Para a esquizoanálise, o social já está dentro da família, e não fora como teoriza a psicanálise.

Para Deleuze e Guattari (2010), a família está em um jogo de movimentos que se compõem e se decompõem não só com o Complexo de Édipo, mas também com muitos outros elementos. Para eles, não importam as figuras teatrais da cena familiar, e sim como eles se movimentam na cena social, isto é, como cada um constrói seu desejo e se conecta com o desejo do outro, compondo, assim, realidades interligadas. Assim, o desejo é uma produção trans-social, trans-histórico, trans-cultural, trans-político etc., ele está conectado ao mundo. O campo social é percorrido de ponta a ponta pelo desejo. O desejo é produção de realidade. E a família faz parte desse rizoma.

Dessa forma, podemos pensar que, para os homens que cometem atos de violência contra a mulher, a violência não é algo que ocorre de forma pessoal, há todo um campo social que está posto na família, seja qual for sua configuração, a máquina desejança que se produz e se reproduz ali se cristaliza em atitudes, condutas, afetos, convivências, tornando-se cada vez mais difícil experimentar outros modos de viver.

A sua realidade, isto é, os modos de viver, sentir, pensar e estar no mundo, suas práticas de convivência se modificam quando as máquinas desejantes forem desorganizadas, já que foram organizadas pelo social. A intenção desta tarefa, no caso da violência contra a mulher, é criar dispositivos que afastem homens apegados a uma identidade machista e autoritária, que é produzida pelo social. Assim, aqui o desejo não consegue criar, apenas reproduzir, segue modelos de masculinidades, de como ser homem. O desejo não é psíquico, ele é social, como apontam Deleuze e Guattari (2010, p. 27): “Não se trata de reservar ao desejo uma forma de existência particular, uma realidade mental ou psíquica que se opusesse à realidade material da procuração social”.

Quando falamos da família e da violência, implica dizer até que ponto se quer ou se pode encarnar esses desejos não familiares e esses desejos não violentos, ou seja, até que ponto pode se liberar de subjetivação:

[...] nunca os interesses passarão para o lado da revolução se as linhas de desejo não atingirem o ponto em que desejo e máquina se transformem numa mesma e única coisa, desejo e artifício, a ponto de se voltarem contra os chamados dados naturais da sociedade capitalista (DELEUZE, 1992, p. 31).

Podemos assim inferir que a família aparece na fala dos homens como elemento suporte para eles, porém observamos que essa formatação familiar pode mudar conforme a vivência de cada um desses homens, como é o caso de Mário em que o desejo vai construindo outras realidades conjugais.

Mário: [...] já fui casado, já tive filhos, depois de casado, tive uma separação, voltei a casar de novo, no qual o segundo casamento, sou muito feliz, e vivo só eu e minha esposa.

Aqui ele apresenta a nova constituição familiar, tecendo elogios para esse segundo relacionamento. Pouco diz do primeiro, diz apenas que o casamento não deu certo. Já o entrevistado Diogo apresenta sucintamente sua família, porém em momento algum diz da figura do pai, salientando em vários momentos o papel de sua mãe como guardiã de uma memória familiar e de esteio para todos na família. Fala das irmãs sem nomear cada uma delas, sem adentrar em suas vidas: “Diogo: [...] tenho família, tenho mãe, tenho irmãs, tem algumas pessoas que fazem parte do meu elo familiar”.

Assim notamos que a ampliação desse significado família toma outra direção na perspectiva de Flávio, pois os elos de amizade são agenciamentos fundamentais para ele. Abrindo um outro leque que eleva o que é família. Flávio enaltece os vários colegas que têm amizades e diz que o divertimento é fundamental em suas relações sociais.

Flávio: [...] sou um cara família, gosto muito da companhia da minha filha, gosto de estar muito na companhia dos meus familiares [...]. Os meus amigos, as minhas amigas sempre dizem que é muito bom estar comigo, porque a gente se diverte muito. Eu gosto muito de estar entre pessoas, para a gente se divertir, brincar, dialogar, que é até o nome do projeto, eu gosto disso. Para mim, a coisa mais gostosa da vida é chegar ao final do dia sentar com os amigos.

Já Hélio nos apresenta a família e diz um pouco mais da relação afetiva que no momento está vivendo. Diz da nova companheira e do filho dela. Fala rapidamente dos irmãos e diz que tem uma ótima relação com os pais.

Hélio: [...] tenho quatro irmãos. Meus pais se chamam [...]; eu já tenho um outro relacionamento com a mulher que é evangélica e tudo, tem um filho, que é o meu enteado, o A. tem nove anos.

Entendemos que a família para esses homens envolvidos no Dialogar tem papel fundamental em suas vidas. Cada um vai tecendo seus caminhos e suas trajetórias, construindo e reconstruindo suas relações afetivas e familiares, mesmo enfrentado, conforme narrativas deles, algumas dificuldades no campo financeiro.

A produção de subjetividade agenciada pela família também se amplia quando direcionamos nosso “olhar” para onde moram, a linguagem do meio social e a convivência com os outros, isto é, os agenciamentos coletivos de enunciação que são vividos por esses indivíduos são afetados pelos bairros onde residem. Mário reside em uma favela da região norte, sua casa está diante de um córrego canalizado, a residência é pequena. Já Diogo mora em um bairro de classe média, a casa é grande, enquanto Hélio mora em uma favela na região noroeste, a casa é pequena, e Flávio mora em um bairro de classe média na região noroeste, a casa é grande.

É preciso lembrar que Belo Horizonte foi planejada pelos auspícios da República e que a normalização das ações e atitudes eram controladas. A cidade foi planejada dentro da avenida do Contorno e além dos seus limites sem planejamento.

Conforme Dirce Koga (2011):

A compreensão das tramas que se tecem no cotidiano pode revelar um mundo desconhecido pelos diagnósticos normais de apreensão da realidade; nuances que os dados objetivos não costumam prever em seus questionários. A trama da exclusão/inclusão social também passa por este caminho, onde a organização interna do “pedaço” tem seu significado para as populações que ali residem, que por ali transitam (KOGA, 2011, p. 57).

Essas tramas que se tecem como produção de subjetivação podem ser observadas através da fala de Hélio onde o urbano é um agenciamento coletivo de enunciação.

Hélio: [...] Nasci e fui criado no bairro S.A., estudei perto da minha casa, numa periferia que todo mundo já deve ter falado, na PPL, fui nascido e criado aqui, mas eu nunca me envolvi com o tráfico de drogas, perdi muitos amigos, alguns estão vivos, estudei dentro da favela, mas, eu nunca me envolvi, sempre fui trabalhador, minha família sempre pobre, não teve condições.

Nas narrativas, observamos que o papel feminino é basilar para esses homens na sua constituição, pois o modo como enxergam a companheira, a esposa ou a mãe sobressai em seus discursos. A mulher representada na figura da mãe é, para eles, fundamental na construção da família, pois todos eles enfatizaram o papel da mãe nesta constituição familiar; já a figura da pai foi apresentada somente por dois participantes.

A família tem uma importância fundamental para a socialização de homens e mulheres porque é ela que começará a processar a produção de subjetividade nas crianças. É a partir do ato de lembrar, rememorar um evento ou um fato qualquer, em um determinado tempo do passado e no presente, que entendemos a definição de memória. Essa memória é construída e produzida conforme o indivíduo, ou seja, todo repertório dessa produção é subjetiva. Assim, podemos pensar que esses homens foram marcados por inúmeros eventos sociais, como, por exemplo, podemos pensar que alguns sofreram ou perceberam, quando crianças, as primeiras vivências e experiências com uma relação afetiva familiar violenta ou não.

A memória, para Deleuze (1997), é uma concepção cartográfica, a memória não aparece como restituição de algo, mas sim como um movimento em construção. Para ele, não se trata de buscar uma origem, mas sim de avaliar os deslocamentos

de um mapa a outro, isto é, de uma lembrança do presente a uma lembrança do passado.

Vejamos a fala de Flávio que observa sempre o passado e o questiona:

Flávio: Eu não tenho muitas lembranças dos meus tempos de criança, hoje quando fico pensando como eu poderia ser um homem diferente com minha maturidade, se eu pudesse mudar minha adolescência, com certeza eu tentaria fazer diferente. Mas a gente não escolhe o que vive, somente ficamos lembrando e lembrando o que poderia ser diferente.

Para Flávio, o passado tem um enorme peso em sua vida, mesmo evitando falar dos eventos, ele sempre lembra que, se soubesse o que com a maturidade começou a compreender, talvez sua vida seguiria outros caminhos.

Deleuze (1997) não tem uma concepção retilínea do tempo, não por sua linearidade, e sim por saltos, acelerações, rupturas e diminuições de velocidade, e, ao invés de uma linha de tempo, tem-se um emaranhado de tempos, em vez de fluxo. Aqui a memória se constrói entre idas e vindas.

Nas narrativas dos homens, a memória rompe a suposta linearidade do tempo, transitando entre diferentes planos temporais, em movimentos descontínuos, em que a sucessão do tempo cronológico perde a determinância e aborda atos do presente para enunciar aspectos do passado, ou vice-versa. Uma lembrança de ter sofrido castigos corporais se mistura em movimento difuso, antilinear, rizomático, dá-se devido à existência de outra modalidade de temporalidade, isto é, o tempo das vivências, das experiências, das intensidades, dos devires, este é o tempo que não está sob a égide cronológica, e sim da duração. Assim, podemos perceber como a memória se presentifica intensamente na fala de Diogo, em que presencia a violência que sua mãe sofreu do pai em várias situações:

Diogo: Até hoje eu vejo como meu pai batia na minha mãe. Eu chorava, tinha medo dele. Eu sinto até hoje como minha mãe sofria. Parece que sempre vem, como se fosse hoje, agora.

Entendemos que, para Diogo, essas passagens ainda são válidas e demonstram, em suas palavras, que a força da violência que observou e que teve contato desde novo o persegue e também o incomoda. Para ele, reviver essas lembranças é de alguma forma pensar no que poderia mudar em tudo o que já passou com seus pais.

Na modalidade de tempo/memória, Deleuze (1997) abre espaço para pensar a memória como um dispositivo que opera nestes fluxos temporais dissimétricos e coexistentes, isto é, as experiências do passado são lembradas com as intensidades do agora, do presente, indo e voltando, e dando uma nova configuração. Portanto, a memória não se restringe a uma versão única e linear sobre os fatos, e sim possui um caráter múltiplo, difuso, caótico, em que se ramifica e se desdobra de uma maneira magmática, a partir de uma interconexão de múltiplos planos temporais, que, inclusive, podem contradizer-se um com o outro.

Observando essa modalidade tempo/memória nas narrativas dos homens que participaram desta pesquisa, notamos que eles mediatizam o passado e o presente em suas vidas.

Mário: Meu pai sempre foi um homem muito severo. Não tolerava desobediências. Eu e meus irmãos éramos muito castigados. Hoje sou um homem honesto graças às surras do meu pai. Eu não criei meus filhos da maneira do meu pai. Às vezes me dá vontade de chorar pelo que passei, mas sou homem.

Constatando a violência na família como algo quase que naturalizado pelas inúmeras ocorrências dela, esses homens percebem-na no corpo e na produção de sentidos.

A violência se inicia como uma constatação da presença da violência na própria vida. A memória das dores traz a dificuldade de chorar, um corpo endurecido, delinea linhas de territorialização capazes de submeter, silenciar, calar, reproduzir atitudes paternas, fazendo com que os homens produzam uma identidade serializada, homogênea, isto é, que não consegue sair do modelo fabricado de masculinidade.

Outro aspecto que observamos nas narrativas dos homens foi o papel da religiosidade. Devemos distinguir religião de religiosidade. A primeira diz da organização de uma instituição em um espaço físico chamado igreja, como, por exemplo, a igreja Católica e a Igreja Mundial. A segunda diz do sentimento em relação ao sagrado, do sentimento de crença.

De acordo com Giselle Patrícia Guerrero (2011), a religiosidade é um fenômeno existencial. Uma experiência de vida, de cunho religioso, de um povo crente e oprimido, cheia de valores, normas e regras. É uma experiência absoluta

como muitas na vida. É ela parte dos processos de subjetivação, ou seja, ela expressa um modo de pensar, sentir, agir, estar no mundo.

Os cultos religiosos são apresentados através das narrativas como espaços simbólicos de pertencimento, respeito e constante esperar no cotidiano. Dessa forma, podemos observar a religiosidade como modo de agir e ser nas falas de Mário e Hélio:

Mário: [...] E na área espiritual, eu sou evangélico, gosto muito da minha religião, gosto muito dos ensinamentos da minha religião, sobre a profissão, eu sou pedreiro, gosto de trabalhar na profissão, trabalho como autônomo, e na minha vida particular, secular é muito tranquila, graças a Deus, no meu casamento sou muito feliz e procuro viver bem harmonizado com os meus filhos, mesmo sendo casado com outra pessoa, tenho alguma convivência, e eles comigo. O que eu posso falar da minha vida é isso. Gosto de coisas boas, gosto de ser alegre.

Hélio: [...] graças a Deus foi muito bom para mim, muito produtivo. Graças a Deus, hoje eu penso muito antes de fazer alguma coisa.

O papel espiritual para esses homens possibilitou retorno, conforme sua fé. Assim, cada um apresenta sua visão de mundo ligado ao sagrado. Porém, para Diogo e Flávio, o assunto sobre religião foi pouco explorado em suas narrativas.

Diogo: Não tenho religião. Este é um assunto complicado e não gosto de falar sobre isso.

Flávio: Não tenho religião, mas sou cristão. Acredito em uma força que conduz toda nossa vida.

Ao contrário do que foi anunciado pela modernidade, a religião não perdeu a força, a fé cristã não foi banida. A experiência religiosa negou a ideia de que religião é expressão somente da alienação. A ideia de que a modernidade implantar-se-ia à medida que a religião se retirasse de cena não vingou. A modernidade avançou, mas a religião também.

Na narrativa de Mário notamos que a religião avança em toda sua vida, produzindo uma subjetividade religiosa que vai sendo rizomatizada em cada

encontro que ele tem com o social, toda sua cartografia de vida é agenciada também pela fé em Deus.

Hoje mesmo com todo o processo de modernização nas sociedades, no sentido de circulação de ideias modernas, levando todas as associações da religião a diferentes departamentos e áreas da vida humana, tais como neurose, alienação social, interesse político, repressão sexual – todos, com certeza, portadores de legitimidade –, ainda assim, a religião não foi expurgada da cultura, das comunidades humanas, da experiência individual. As muitas associações feitas à experiência religiosa indicam e exemplificam as multiplicidades do alcance da religião.

No Brasil, no último Censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) – de 2010, o número de cristãos evangélicos no país cresceu 61% em 10 anos. Havia, em 2010, 42.310.000 evangélicos no Brasil, 22,2% da população. Até 2020, não haverá um novo censo oficial, embora existam estudos periódicos que servem para mostrar tendências estatísticas. Com base em um desses estudos, José Eustáquio Diniz Alves, demógrafo da Escola Nacional de Ciências Estatísticas do IBGE, afirma que essa tendência é mantida e que "é possível que em 10 ou 15 anos o Brasil não tenha mais a maioria da população católica".

A religião continua abrangente hoje no cotidiano das pessoas, incorporando valores do modo de produção capitalista e se integrando a ele. Os valores, doutrina e ritos são passados para os fiéis, o papel da família é reforçado como valor sagrado, como esteio para a perpetuação dos preceitos religiosos. A religião como uma experiência de vida, um modo de compor a subjetividade.

Novamente através da narrativa de Mário, observamos o papel pedagógico que a leitura da Bíblia proporciona a ele:

Mário: [...] a gente que estuda muito a bíblia tem muita consciência disso. Tem coisas na vida da gente, que a gente pensa que é maldição, mas Deus a transforma em bênçãos. Porque a gente sempre aprende alguma coisa. Eu aprendi.
[longo silêncio]
[...] Deus sabe o que faz [...]. Deus é de justiça.

A citação acima nos remete como Mário reflete diante da religião, como ele é agenciado pela religião. “[...] um agenciamento é precisamente este crescimento das dimensões numa multiplicidade que muda necessariamente de natureza à medida que ela aumenta suas conexões” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 17).

Podemos inferir que esse agenciamento sobre o aparato religioso para os homens está ligado diretamente com suas visões de mundo, assim outro aspecto relevante nesse agenciamento é o mundo do trabalho.

A categoria trabalho pode ser pensada como uma atividade remunerada ou não, um ofício ou uma profissão.

O trabalho pode instituir “modos de ser”, de pensar e agir que têm nele uma referência importante. Esse fato somente afirma a importância de considerá-lo na análise do sujeito, e, da mesma forma, enquanto delimitando, as formas de expressão da subjetividade (TITTONI, 1994, p. 169).

O trabalho é apresentado por esses homens, em suas narrativas, como fundamental em seus cotidianos e em suas experiências de vida, como uma dimensão subjetiva, não apenas como uma vivência, mas como forma de significar a própria experiência de ser homem, assim demonstrado por eles;

Mário: [...] sobre a profissão, eu sou pedreiro, gosto de trabalhar na profissão, trabalho como autônomo.

Diogo: [...] trabalho com estrutura metálica, mas, atualmente, estou desempregado.

Flávio: [...] Eu gosto muito do meu trabalho, eu trabalho com *marketing* há um tempo; trabalhava com eventos até quando estava no projeto, mas, hoje eu estou trabalhando só com *marketing* também, e é um trabalho que me dá muito prazer. Eu gosto de me relacionar com pessoas. Não esse convívio necessário, obrigatório, mas essa coisa de encontrar com o amigo, com o colega de trabalho, isso me faz muito bem.

Hélio; [...] sempre fui trabalhador, minha família sempre foi pobre, não teve condições, eu estudei só até a quarta série primária, comecei a trabalhar de *office-boy*, de garçom e hoje em dia eu mexo com polimento de carro.

Analisando as narrativas desses indivíduos quanto ao universo do mundo do trabalho e suas perspectivas, percebemos que eles pensam sobre sua relação com o trabalho, interpretam as situações e suas condições, reagem e organizam-se mental, afetiva e fisicamente em todos os momentos de suas vidas balizados por um trabalho. Ao inventarem novas formas de estar no mundo, no espaço do trabalho, agem sobre ele transformando-o. Essa é a maneira pela qual constroem sentido em

relação às condutas e vivências corporais e psíquicas realizadas neste espaço. O processo de subjetivação se faz e se desfaz continuamente no trabalho. Em suas apresentações quanto ao mundo do trabalho, há subempregado, desempregado e dois autônomos. No momento em que foi feito o questionamento nas entrevistas, os três homens que trabalham demonstraram satisfações, através de gestos e expressões faciais. O que estava desempregado apresentou desapontamento e tristeza.

A partir de Márcia Couto (2006), podemos aferir que o trabalho é a maneira de ser do homem como condição que lhe confere não apenas sustento, mas respeito diante da companheira, família e de outros homens. Ainda conforme a autora, a renda familiar vinda do trabalho do homem lhe dá a manutenção do casamento. Quando existe ou surge a falta desde, há uma forte carga negativa para ele, como insegurança e baixa estima. No entanto, a partir de Deleuze (1998), podemos pensar que hoje, no momento atual em que vivemos, o sentido do trabalho para o homem pode não ser o da referida autora acima. Para um mesmo homem em sua historicidade, o sentido do trabalho pode ir variando. “O sentido não é nunca princípio ou origem, ele é produzido. Ele não é algo a ser descoberto, restaurado, re-empregado, mas go a produzir por meio de maquinações” (DELEUZE, 1998, p. 74).

Ligados ao mundo do trabalho, os processos educativos são relevantes para esses homens, pois o conhecimento formal e informal são de acordo com suas narrativas, ponto de crescimento humano.

A categoria da educação dos homens pesquisados assim como as formas de lazer e entretenimento são demarcadas por eles como espaços de criatividade e sociabilidade com outros, isto é, com seus entes familiares e amigos em geral.

Apropriamos da ótica de Guattari (1985) quanto ao entendimento do que seja empreendimento educacional:

Como evitar que as crianças se prendam às semióticas dominantes a ponto de perder muito cedo toda e qualquer verdadeira liberdade de expressão? Sua modelagem pelo mundo adulto parece efetuar-se, de fato, em fases cada vez mais precoces de seu desenvolvimento, especialmente por meio de televisão e dos jogos educativos. Uma das contradições internas dos empreendimentos “escola nova” reside no fato de que elas limitam muito frequentemente suas intervenções a nível das técnicas da aquisição da linguagem, da escrita, do desenho, etc., sem intervir no motor dessa modelagem cujas técnicas não são senão um dos agentes. Um empreendimento educacional não poderia circunscrever de modo válido seu campo a questões de técnica, de aprendizagem ou de socialização. Ele

coloca de imediato toda uma série de problemas micropolíticos (GUATTARI, 1985, p. 50).

Guattari (1985) aponta-nos que a educação, portanto, não pode se limitar a reproduzir crenças e sujeitar o espírito a condições formais previamente estabelecidas, ou seja, produzir conformismos e reprodutores de opinião, fazer das concessões espúrias e cotidianas regras do agir, produzir e incutir o ressentimento e a má consciência.

Assim, observamos que para Diogo a família e os amigos são o esteio de convívio e boa vida, ele aponta que é uma pessoa tranquila e suscetível às relações sociais. Não diz em momento algum sobre sua formação educacional, porém nos aponta que a leitura é a base estrutural em sua vida, para ele a Bíblia é uma referência de vida, de atitudes e fé.

Quanto à busca de conhecimento e saberes, os homens apontam que leituras gerais são importantes. Para alguns, os ensinamentos religiosos são parâmetros e os aprendizados são necessários como forma de socialização e vivências no cotidiano. Assim, Mário diz:

[...] gosto muito dos ensinamentos da minha religião, sobre a profissão. A gente que estuda muito a Bíblia tem muita consciência disso. A leitura da Bíblia é importante em nossas vidas, cada página tem um significado de valores, esperanças e fé. Esse para mim é o livro mais importante e todo o tempo que tenho eu sempre estou com ela em mãos.

No contexto social descrito por Mário, por ser um homem religioso, a educação tem como base os ensinamentos da Bíblia.

Já no caso de Diogo o devir agenciado de conhecimento e saberes é um agenciamento coletivo de enunciação em que ele procura uma sociabilidade que mude seu cotidiano, apesar da sua carência financeira.

Diogo: [...] Eu achei interessante, porque eu sou uma pessoa, que eu não sou muito de filosofia, não. Mas eu gosto muito de conversar com gente inteligente. Eu gosto muito de aprender. Eu gosto muito de falar com pessoas inteligentes e eu observo muito a pessoa falar, porque se aprende ouvindo, né? E de escrever, também [...], que só ficar pensando na questão monetária. Apesar de que o dinheiro traz conforto, mas, muitas das vezes, não traz felicidade, entende?

Mesmo dizendo não saber distinguir a educação, a instrução e a convivência, e até mesmo as confundindo, Flávio percebe que há uma conexão entre as três que são atravessadas pelos modos como os pais lidam com as crianças. Ele pensa a educação formal como se fosse uma educação informal, e esta como educação formal.

Flávio: [...] É a base de tudo na vida de qualquer ser humano. Eu acho que hoje em dia é uma palavra que está muito deturpada também. Por quê? Porque alguns pais mandam os seus filhos para escola e acham que os seus filhos têm obrigação de aprender na escola. Eles têm que ser educados na escola. Está errado. A escola é para instruir. Educação quem dá é em casa e são os pais. [...] Escola instrui, quem educa são os pais.

Nesse sentido dito por Flávio, percebemos como a subjetividade se processa. Aqui ela é rizoma como um tecido de multiplicidade de encontros, criando novos caminhos de saberes e conhecimentos para ele. Vejamos como esses encontros o afetam:

Flávio: [...] Eu converso muito com pessoas diferentes, como eu disse há pouco, quando eu saio para os meus passeios, às vezes, eu saio sozinho, e nem marco com amigos, não. E é porque eu gosto de conhecer novas pessoas, e conhecer novas culturas, novos trabalhos, às vezes eu conheço um cara, que é operador de retroescavadeira. Eu não sei como funciona. Eu vou conversar com ele e vou ter um pouquinho de noção daquilo ali. Aí amanhã, eu vou conversar com um vereador e ele vai me falar um pouquinho de como funciona a Câmara. Internet! A base do nosso aprendizado, hoje é a internet. Mas eu converso um pouquinho com pessoas de cada setor para aprender um pouquinho também.

Lacônico nas respostas quanto a esse aspecto sobre a educação, Hélio, por vários momentos, diz que sentia muita tristeza em não ter continuado a estudar, pois, para ele, os estudos poderiam possibilitar novas oportunidades na vida.

Hélio: [...] eu estudei só até a quarta série primária e que estudar cada dia faz mais falta. Eu queria voltar a estudar [...].

Hélio, ao dizer isso, lamenta-se pelo momento em que vive e por não ter um grau de escolaridade maior. Lembra do tempo em que frequentava o Dialogar. Era

compositor e cantor de *funk* e suas letras falavam da fragilidade e da resistência, situando onde nasceu e vive até hoje. Para ele, essa experiência o levou a perceber o seu mundo e assim tentava reconstruí-lo com uma nova linguagem através do *funk*.

Observamos que o debate sobre os processos educativos tem relevância nas narrativas desses homens. Eles defendem que é necessária a educação dos filhos e que a escola é fundamental nessa construção de conhecimento e saberes.

Salientando o papel fundamental hoje da educação, esses homens acreditam que a educação possibilita novas oportunidades de emprego, conhecimento e especialmente o entendimento das leis.

Para eles, a educação deve ser primordial, assim acreditam que seus filhos devem dedicar-se aos estudos mesmo que não tenham conseguido dar continuidade.

4.2. Dimensões da violência dos indivíduos através de suas narrativas

Como abordado anteriormente, a chegada desses homens ao Dialogar e as primeiras “dinâmicas” nas tentativas de integrá-los a uma jornada que seria de 10 sessões, torna-se um processo pedagógico, em que os atores – tanto os homens participantes quanto os profissionais envolvidos (psicóloga e outros) nessa dinâmica – estão à procura de um constante debate dialógico, isto é, não se trata de palestra, mas de dinâmica grupal baseada no diálogo entre equipe técnica e os homens participantes. Esses encontros grupais buscam propiciar e estreitar um canal de conversação, respeito mútuo e socialização entre todos os envolvidos.

Nesses encontros, o tema violência é demarcado e apresentado para todos, pois todos já têm noção clara do que será debatido, mas entendemos que as dimensões do tema violência muitas vezes precisam ser contextualizadas e debatidas com todos.

A violência é poder e destruição. O sentido comum a estigmatiza como força bruta, como desencadeamento de uma energia devastadora, que nenhum freio interior segura e cujo furor põe cegamente por terra as barreiras que lhe são opostas. A violência apresenta-se como um estado de agitação descontrolada naquele ou naqueles que a exercem, voluntariamente ou não, e provoca perturbação traumática, às vezes fatal, quando não pode ser evitada (BARUS-MICHEL, 2011, p. 19-34).

Nesse pensar a violência e os participantes, nos encontros que eles são “obrigados” a participarem, apresentamos, para eles, os passos de atuação, observação e colaboração em todos os momentos das sessões. Assim, é fundamental o livre exercício da palavra do participante, como também sua trajetória de vida, respaldada na premissa que sua participação pode ser vista como um encontro de homens que passaram por situações de violência e que necessitam debater as causas, efeitos e possíveis mudanças.

Dessa forma, suas narrativas compõem um caleidoscópio de possibilidades em que a verbalização e as possíveis análises dessas possam colaborar para uma reflexão e conscientização de seu papel enquanto indivíduo que se relaciona com o outro, nesse caso, uma companheira mulher.

A violência contra a mulher nas narrativas desses homens é apresentada de formas distintas, e, em alguns momentos, parece que alguns desses eventos se entrecruzam apresentando aspectos relevantes de análise. Como apontam Ferreira e Barbosa (2001), a violência é também produzida por agenciamentos:

Agenciamentos mudam a cada instante e podem ser intencionalmente montados formando rizomas, ou seja, novas conexões, que são simultaneamente desmontagens de agenciamentos violentadores. Milhares de pessoas por todo o mundo vêm tentando estabelecer novas conexões, com outros tantos, todos à procura de um mundo novo: novas éticas, novas estéticas, novas ecologias, novas geografias (FERREIRA; BARBOSA, 2001, p. 11).

Pensamos que os grupos de enfrentamento à violência contra a mulher, ou seja, os grupos reflexivos, são espaços que põem a subjetividade em ação, que põem tanto homens como mulheres a romperem com a violência. O grupo como dispositivo da educação que produz o novo:

Grupo-dispositivo, grupo-máquina: entrada que nos faz entender as armadilhas de um modo serializado de produção do indivíduo e do grupo. Dispositivo-instrumento que nos auxilia a pôr em questão a problemática da economia do desejo sob nova ótica, escapando à ideia de falta jamais preenchida, dado que o que se quer é expansão. Máquinas: técnicas, ecológicas, sociais, semióticas (BARROS, 2009, p. 325).

Nas narrativas abaixo, observamos uma indignação dos homens em relação à violência pela qual foram denunciados no sistema punitivo. Para eles, os fatos que levaram à denúncia não significam violência. Há uma tentativa de desqualificar a violência com um conflito/discussão causado pela mulher. Todos os quatro relatam e

descrevem o seu constrangimento por estarem em uma Delegacia de Mulheres falando sobre violência contra a mulher.

Para eles, de forma não muito clara, o que se observa na Lei nº 11.340/2006 é uma proteção imediata à vítima e uma condenação sumária dos homens, a partir das medidas protetivas de urgência. A ampla defesa de um acusado não prevalece. A partir disso, esta lei causa um efeito de indignação nos homens por não poderem apresentar sua defesa.

Dizer do fato é uma questão que impõe uma vergonha diante dos outros, mesmo dividindo o mesmo espaço, as mesmas condições das acusações, cada um tem uma resposta e um olhar sobre sua questão. Assim Mário e Diogo dizem com mais franqueza das suas atitudes e constrangimentos frente ao fato.

Mário: [...] É constrangedor a gente falar, e a pessoa não estar ali para se defender. Tanto que, em uma briga, cada um olha o seu lado, e, às vezes, a gente errar e falar – a gente que estuda muito a bíblia tem muita consciência disso – que, para abrir a boca, a gente tem que saber o que falar. Porque, muitas vezes para se defender, a gente vai falar algo que vai agredir a pessoa, a pessoa não está se defendendo, tem que ter um certo cuidado.

Diogo: [...] Isso é uma questão *meia* complicada, porque cada um tem um tipo de opinião, e eu tenho a minha formada. Entende? E estar em uma delegacia e discutir esse tipo de coisa, um problema entre um homem e uma mulher, perante uma autoridade investida de poder, sempre dá a sensação que o homem, se ele estiver em seu juízo perfeito, a sensação dele é recusar, porque a mulher é bem mais frágil que o homem. Entende?

Nesse momento, Diogo levanta uma questão para dar prosseguimento, porém, de forma lacônica e direta, diz: “[...] Eu acho que esse tipo de fragilidade é em força, em estado sentimental, emocional [...]”.

Observando sua pessoa e o silêncio que foi produzido depois da continuidade de sua narrativa, ele questiona a si mesmo direcionando à minha pessoa: “[...] Você acha que os homens são mais fortes?”.

Com o silêncio imposto por sua pergunta, começo a refletir a questão, e ele volta a responder: “[...] Eu acredito [...]. Acredito e afirmo, o homem é o mais forte.”

Afirmando com naturalidade que o homem é mais forte que a mulher, ele começa a rir de si mesmo e do questionamento que fez.

Já os participantes Flávio e Hélio demonstraram uma certa incredulidade nessas ações perpetradas pela Justiça. Para eles, existe hoje um salvaguarda com relação ao comportamento de algumas mulheres, existe uma violência que passa pelas relações entre os casais, algumas vezes existe também uma violência feminina que nunca é debatida. O fator força é para eles um erro da parte dos homens que muitas vezes buscam lançar mãos dela para resolver situações de conflitos simples que poderiam ser resolvidos com uma simples conversa ou mesmo uma indiferença.

Flávio: [...] Terrível. Terrível. Eu conversava um pouco em *off* agora com você, mas eu vou repetir, porque agora está sendo gravado, eu acho que a Justiça deveria, eu não estou falando a Delegacia de Polícia Civil, não. Eu estou falando da Justiça. Eles deveriam avaliar melhor, saber o que está acontecendo em cada caso, porque eles perdem tempo com um caso mais bobo e deixam de atender um caso mais sério. Mais grave, por estar em uma delegacia. No meu caso, especificamente, estar em uma delegacia por uma coisa tão boba me deixou em um desconforto muito grande.

Hélio: [...] É complicado, viu? Eu fiquei meio deslocado, era a palavra dela contra a minha. Não houve uma ocorrência nada. O cara chegou e falou, eu argumentei, mas tive que assinar o papel mesmo assim. O que ela falou lá eu tive que assinar um papel. É constrangedor, avó evangélica, família, minha duas avós evangélicas, fui nascido dentro da igreja, depois de velho fui parar dentro da delegacia [...]. É meio constrangedor, eu me senti meio acuado, mas fazer o quê? Eu tive que pagar as consequências.

Recorrendo à narrativa da psicóloga para melhor abordagem sobre a aplicação da lei nesses casos e às narrativas dos homens:

Eduarda: [...] Surreal. Algo que foge ao entendimento de quase toda a população, porque, dentro de uma delegacia, a mesma pergunta diz isso. É impossível fazer isso. Só que a gente tentou fazer o impossível dentro do Dialogar. É algo incrível. É algo que ninguém imaginou que nós fizessemos. E que teve o reconhecimento na esfera judicial. A própria justiça reconheceu o Dialogar como uma medida efetiva e até uma medida protetiva. Então, eu entendo o Dialogar como uma medida que protege de fato as mulheres e os homens de sua própria violência. Então, a delegacia não é um lugar em que se tem costumeiramente uma escuta ativa. Se tem empatia, se tem ampliação de representação do mundo das pessoas, e o Dialogar por estar em uma delegacia ele se torna ainda mais autêntico, mais incrível. Então, qualquer prática que tente restaurar relações, não no sentido de restaurar casais, mas restaurar relações de cidadania, em que haja respeito, preservação do outro, onde nós diminuimos a violência da relação. O Dialogar em momento algum ele desqualifica a dor da mulher. Em momento algum ele tenta fazer com que a mulher se enquadre àquela violência e isso é de um cuidado tremendo. Porque a gente sabia que a realidade não era

essa. A realidade do atendimento à mulher é de desqualificar a dor dela. E isso, o Dialogar não fez. Não faz.

Aqui percebemos que a intervenção da psicóloga não tenta minimizar os efeitos da violência na mulher, ela não se posiciona a favor dos homens contra a mulher. Há na sua narrativa uma causa ética e estética no devir (mudar, transformação, tornar-se diferente de si mesmo), enquanto este possibilita um modo de pensar em um espaço sensível, por mudança. Ela deixa claro que é um ambiente relacional da equipe do Dialogar e dos participantes grupais a partir de uma realidade co-construída nas práticas restaurativas de cidadania, tanto de homens quanto de mulheres. Isso também indicou um viés congruente com crítica à hierarquia de saberes, uma vez que o espaço do Dialogar é dentro de uma delegacia de polícia, um espaço de hierarquia.

Na visão da psicóloga, o Dialogar é um espaço de escuta, e não de castigo. No entanto, na esperança do castigo como prática de contenção social para ordem pública, ele tem sua gênese na fé em sua utilidade social, psicológica e pedagógica. Conforme Friedrich Nietzsche (2004), o valor do castigo está em despertar no culpado o “sentimento de culpa”, “a má consciência”, “o remorso”, e, obviamente, “o arrependimento”. Ainda hoje, o infrator das leis, continua a ser visto, desde o início do século XIX, como causador de danos físicos e morais, isto é, um devedor público, pois da violação de uma lei de sociabilidade alcançamos a infração das leis soberanas estabelecidas, portanto, estatais. E, se o criminoso está em dívida com o Estado, deveria pagar, e, na pior das hipóteses, pagaria sua dívida “pública” com o enclausuramento de seu corpo. Hoje a Lei nº 11340/2006, além da prisão, possibilita o encaminhamento do infrator para grupos educativos e de reabilitação.

Para corroborar esse aspecto analisado acima, observamos que após a denúncia de crime de violência contra as mulheres que refere a Lei 11.840/06, esses homens não se veem como homens que cometeram tais crimes, ou seja, como agressores, todos eles se sentiram indignados por estarem sendo processados pela justiça, cada um dizendo que seu caso é apenas um conflito, um mal entendido que não precisaria ser levado para o sistema punitivo.

Embora essa Lei tenha como princípio norteador a punição, coibir e prevenir crimes contra as mulheres, também têm uma função educativa ao permitir que os homens possam dizer de seus sentimentos e assim ir produzindo uma outra

subjetividade, ou seja, a atitude parresiasta que possibilita uma reflexão consigo mesmo e com seus pares. Outro dado apontado em suas narrativas é quando esses homens disseram que estão todos na mesma situação e que ali todos tinham problemas com as mulheres.

A criminologia crítica nos alerta sobre os efeitos punitivos e seletivos em uma parcela da população brasileira sempre retratada pelo direito penal como suspeito de sempre. Mesmo a Lei 11.340/06 com suas medidas de urgência de caráter do direito civil, ainda é uma lei punitiva.

Dessa forma, buscamos entender a ótica da violência no universo dos indivíduos entrevistados, pois eles afirmaram que a violência está em todos os lugares e que pode ser pensada sob várias formas e perspectivas.

A cartografia descreve intensidades, gestos, sentimentos. Observamos um sentimento de revolta, indignação e questionamentos em relação à violência de forma geral e contra a mulher na narrativa de Mário:

Mário: [...] Oh, rapaz [...]. A violência é o seguinte: nós aqui, em casa, eu e minha esposa, tem gente que não gosta não. Mas eu e a minha esposa, mas eu gosto de assistir porque a gente que sabe [...]. Esses programas de violência aí [...]. Tem cada coisa, que a gente pensa até besteira: *por que não mata todo mundo* [...]. Que a gente não deve pensar nisso. A gente deve [...]. Deus sabe o que faz [...]. Deus é de justiça, a gente não deve fazer isso com as próprias mãos, não deve pensar essas besteiras. E é só covardia. Violência, contra criança, roubo, matando em roubo aí, assassinato. Então, quer dizer: a violência, se você for analisar, bem [...] Tem problemas psíquico, tem. Tem problema de ignorância, tem. Mas tem gente que é mesmo é covarde. Tem pessoas que são covardes. Tem violência de todo o jeito, mas como eu falo com você. Mas, no meu caso, por exemplo, eu cheguei à gota d'água e a colocar o joelho no chão e orar a Deus. Deus me segura, eu não posso fazer isso, não. A humilhação foi demais para mim. Demais. Mas demais. Depois, *meu Deus, o que eu iria fazer? Eu nunca pensei em derramar sangue e quase que eu faço uma besteira* [...]. Olha pesquisador, uma vez eu vi um [incompreendido] dizendo uma coisa: "assassino qualquer um pode ser". Agora, ladrão, bandido, ele está indo porque ele quer ir por esse caminho. Assassino vai do momento da pessoa. Porque a gente é ser humano, a gente não conhece a nossa mentalidade, a gente não conhece a gente mesmo. Pesquisador, conforme a situação que você passar na sua vida, a situação que você passar de momento, a gota d'água é terrível e eu nunca pensei em passar a mão numa faca para fazer uma besteira. Pela criação com a minha mãe, minha mãe criou onze, e nenhum se perdeu, o que acontece [...]. Meu Deus, ainda mais a gente que conhece ao Senhor, mas a coisa foi tão terrível que se eu contar, se nós estivéssemos fora da entrevista, realmente, será que eu aguentava isso [...]. Mas, para mim, a violência é algo terrível. O homem que pensar bem, você não pode fazer com outros o que você não quer que faça contigo. Mas o que eu acho da violência é isso. Para finalizar. O momento é perigoso. A cabeça do ser humano revela. No dia em que a cabeça [incompreendido]. Não adianta. Porque fazer uma besteira, a besteira faz.

Para Diogo, a violência tem sua origem no psíquico, nas atitudes. Ele mesmo se coloca neste lugar de quem “perde a cabeça”. Ele não se vê capturado pelo social, não percebe que, quando perde a cabeça, seu desejo está sendo agenciado por forças sociais, além do seu próprio psicológico.

Diogo: [...] Violência para mim é tudo aquilo que fere o sentimento das pessoas. [...] Tanto interno, como por ofensa, em questão de alguma coisa corporal, violência até por palavras. Você sabe aquele *bullying*. Eu acho muito legal. Sabe qual? Das pessoas criticarem umas as outras e, de repente, a pessoa se sentir oprimida, recuada, e não ter, naquele momento, um jeito de se defender. Você sabe como?

Como Diogo sempre questiona o que o pesquisador apresenta, pergunto-lhe: “E quais são os tipos de violência *na sua opinião*? Você já falou comigo, uma que é o *bullying*. Você consegue nomear outro tipo de violência?”

Ele demonstra uma enorme preocupação com a violência sexual, pois, sendo pai de uma adolescente e de uma criança, condena veemente esse tipo de ato.

Diogo: Eu consigo. A violência sexual, por exemplo. Eu não consigo aceitar isso, sacou? Eu tenho uma filha de 13 anos, eu tenho uma filha de 2 anos e tenho vários amigos que têm filhos também, se alguma coisa dessas acontecesse com eles, eu não aceitaria nunca na minha vida. Eu nem consigo falar deste tipo de coisas. Porque eu não aceito.

Ele aponta, em sua dimensão de indivíduo, outra perspectiva sobre a violência, como a violência da obrigação, a qual ele explica:

Diogo: O homem acha que só porque trabalhou o dia inteiro ele tem que chegar em casa e encontrar a casa super limpa, a janta pronta, a toalha dele, a roupa dele, então, eu acho que é um jeito de ferir a mulher que já [...].

Demonstrando certa impaciência em finalizar a sua resposta, resolvi novamente interceder e o questionei o que seria a violência doméstica para ele. Rispidamente ele respondeu: “É o que eu acabei de responder”.

Já Flávio percebe que a violência pode ser apresentada de várias formas, como:

[...] A violência pode ser física, verbal, sexual. Às vezes até sentimental, por que brincar com os sentimentos dos outros, é uma violência muito grande com a pessoa.

Apresentando seu olhar sobre a violência, Flávio explica o quanto os preâmbulos da violência estão demarcados nas pessoas, diz claramente que um trauma amoroso que passou foi um ato violento por parte da outra pessoa.

Flávio: [...] Já. E tem muito tempo até. E eu falo até da minha primeira esposa, porque eu me senti violentado pela morte dela, porque ela se matou na minha frente e isso me deu um trauma muito grande também. Sabe [...]. Eu ver aquilo ali, e não poder fazer nada e me sentir tão... Tão... [...]. É. O que eu poderia fazer naquela hora ali. Eu me senti impotente. Eu acho que aquele ato foi de violência contra mim, mesmo sendo um ato de desespero talvez.

Perguntado se a violência mexia com ele, aponta que sim, mas que, pessoalmente, isso parece não o afetar demais: “Flávio: [...] Mexe. Mexe. Hoje, nem tanto pessoalmente. Mas, mexe. Me incomoda.”

Para ele, os tipos de violência são : “[...] Física, verbal, sexual, sentimental – emocional paterna [...]”.

Para Flávio, a violência doméstica está incorporada aos elementos simbólicos dentro do lar e suas relações com os filhos e a esposa.

Flávio: [...] É o caso em que eu citei agora. No caso, de um casal, falando especificamente de um casal, é o cara chegar bêbado em casa e destratar a esposa, os filhos, forçar um ato sexual com a esposa. Humilhá-la ou ofendê-la porque a janta atrasou, ou porque a roupa não está onde deveria estar então [...].

Para Hélio, seus atos não são atos de violência. Em suas palavras, violência é quando o ato é extremo, ligados a um objeto para machucar, ou mesmo o óbito. No caso dele, somente houve um mal-entendido e um “descontrole” emocional da parte dele.

Hélio: [...] Violência é esses casos que passa aí que o homem cortou a cabeça da mulher, agrediu ela. Tem um que passou na televisão que matou o filho de dois anos, porque a mulher largou. Esse caso que passou do cara que matou a mulher dentro de um salão de beleza em Venda Nova, isso para mim é violência. Eu não estou falando que o meu caso não foi. Porque eu chutei ela, eu dei um chute e avancei nela, tipo assim, eu não cheguei a roxear. Mas eu chutei ela, peguei pelos cabelos e dei um chute nela. Isso não deixa de ser uma violência. Eu nunca [...]. Eu sempre disse: homem não deve bater em mulher. Houve um descontrole. Eu acho que essa história de violência não dá certo e acaba [...] cada um indo para o canto mesmo. Deixa para lá. A vida segue.

Ainda conforme Hélio, os tipos de violência são marcados na relação entre homens e mulheres, gerando espancamentos e sofrimentos na mulher:

[...] Esses homens que batem na mulher, espanca, bate na mulher na rua, sai puxando cabelo, tem muito homem covarde. A gente vê muito aí. [...] Tem os caras que. Aqui no bairro tem muita menina que namora com cara que mexe com coisa errada só que elas não terminam com os caras, porque eles falam que vai matar, vai fazer acontecer, aquela ameaça verbal entra na mente da pessoa, faz como é que o nome?

Complementando sua narrativa sobre violência, Hélio diz que também existe a violência da coação que é uma ameaça psicológica: “[...] É, coage a menina. Além de fazer uma ameaça física, faz uma ameaça psi [...] É... Faz uma ameaça psicológica na meninada para ela ficar com medo”.

Indagado sobre a violência doméstica e a construção de uma narrativa de violência dos homens, Hélio diz que a educação masculina é violenta:

[...] Nossa, a gente vê tanto aí na televisão. Caso da mulher que não larga do marido porque não pode sobreviver sozinha, caso de homem que não dá valor para a mulher, xinga, põe nome nela. Despreza a mulher, põe ela para baixo, mulher não pode sair para a rua, não pode ir para lugar nenhum, o cara sai bebe, faz o que quer, a mulher fica em casa que nem boba e o homem fazendo um monte de coisa errada. Para mim, isso é violência doméstica.

Observamos que, através das narrativas, existe um discurso produzido, construído e reproduzido a todo instante, os homens percebem o ato de violência quando é ultrapassada uma barreira, isto é, a violência incorpora um atrito físico.

Ao constatar que a própria autoridade masculina constitui uma ameaça em potencial, Saffioti (1997) apresenta uma afirmação contundente de Welzer-Lang: “a violência doméstica tem um gênero – masculino –, independente do sexo físico do agressor” (p. 82). Essa afirmação busca evidenciar que as manifestações de conduta, incorporadas por homens e mulheres, referendadas no contexto do patriarcado, as quais são preservadas por meio da organização, da divisão de papéis e da estrutura da vida familiar (DINIZ; PONDAAG, 2006, p. 235).

No contexto da sociedade brasileira, por quatro séculos, foi, predominantemente, agenciado o sistema patriarcal, no qual o homem detinha o poder sobre os bens, a família e a mulher. Às mulheres era reservado o mundo privado, e aos homens o público. Tal segmentação estabelece estereótipos e gera diferentes formas de discriminação e desigualdade na sociedade. Ainda hoje encontramos o patriarcado nas relações entre homens e mulheres (DINIZ; PONDAAG, 2006).

É pelo social que já estão postos na família os resquícios do patriarcalismo e do autoritarismo. A psicóloga Eduarda, ao ser questionada sobre qual a sua opinião a respeito da educação dos homens ser pautada pela violência e como ela via a educação do universo feminino nesse contexto de violência doméstica, ela responde:

Eduarda: [...] Talvez, a palavra criado [...], a palavra educado seria a melhor. Eu fui educada para me submeter à violência. Todos nós fomos educados, naturalizando a violência. Sabe por que eu acho isso? Porque cada dia que passa eu percebo a violência que sofro, enquanto mulher, e percebo o quanto ela é natural. O quanto ela é contingencial, o quanto é natural, o quanto não há crítica, nas brincadeiras, nas falas, hoje eu já escutei isso, sempre acordei [...], eu estou com a minha secretária de férias, e assim que eu acordei, o [porteiro?] falou comigo: *oh, você deve estar sofrendo sem a Dália. Sem a Dália, como é que você fica?* E o meu marido ao meu lado e ele não falou nada com o meu marido. É porque é muito natural que apenas eu tenha que me responsabilizar e tenha esse peso da casa. Da limpeza. Ontem, quando a minha tia veio aqui em casa, ela questionou algumas coisas de organização, de limpeza, para mim, e não para o meu marido, e assim: *você não tem vergonha de não fazer as coisas?* Mas eu disse: *quem gosta de lavar as coisas é o meu filho, e ela disse: você não tem vergonha disso?* Então, eu sinto essa violência o tempo inteiro e não apenas ele, mas, eu também fui educada a naturalizar essa violência, o trabalho é entender como colocam a mulher o tempo inteiro em uma situação de inferioridade, de peso, de dificuldade, de como é difícil de dar conta de ser mulher. De dar conta de todos esses papéis. Então, eu acho que os homens foram educados sim para a violência.

Nas palavras da psicóloga, os homens e as mulheres são educados dentro da violência, isto é, os homens são educados para serem violentos, e as mulheres para serem violentadas. Corpos que são agenciados para se tornarem dóceis, obedientes e controlados. No entanto, no Dialogar, os homens participantes já chegam com seus corpos dóceis e obedientes diante da Lei nº 11.340/2006, sem poderem desafiar a autoridade com sua potência do falar verdadeiro. A psicóloga Eduarda diz que ali é o lugar da escuta, o lugar onde o pensar e o educar os homens têm a total liberdade de expressão, o que se denomina de parrésia.

A naturalização do discurso da violência perpetrado na educação masculina é observada pela profissional do Dialogar. Com isso, a reflexão sobre o papel social dos homens que são convocados a participar das oficinas é fundamental para o entendimento de suas subjetividades. Essa convocação que é justificada por lei, enfrenta, em nosso entender, uma resistência no primeiro contato desses homens com os aparatos do Dialogar, pois eles se veem obrigados a participar das oficinas. Entretanto, conforme suas narrativas, os encontros foram satisfatórios e instrutivos no que concerne à questão das relações afetivas. Assim, conforme Gohn (2010, p. 58), a educação para a emancipação deve ser vista não apenas como uma meta futura, um desenho, mas como uma prática social que deve ser iniciada hoje, aqui e agora.

Pensando nesse processo educativo para o aqui e agora, as oficinas do Dialogar buscavam salientar, para os homens participantes, o papel educativo e formativo dessas oficinas, como também a necessidade de empenho de cada um deles na construção de novas produções de sentidos para suas vidas.

Podemos pensar, conforme Foucault (2009), que não existe uma prática educativa livre de poder-saber, mas é possível criar e apontar graus de liberdade para que o indivíduo possa exercitar o ensinar, escrever, pensar e viver, questionando constantemente os sistemas de pensamento e as problemáticas da experiência educacional, pela ética dos cuidados de si mesmo. Pensamos que o Dialogar, como espaço educativo, pode liberar os homens das formas autoritárias de ser que lhes foram impostas pela educação.

4.3. Projeto Dialogar: os passos para parrésia

Desde a entrada nas dependências do Dialogar dos homens envolvidos na violência contra as mulheres, a livre expressão de seus sentimentos ou seu silêncio constitui, para eles, formas de resistência e de respeito.

Essa representação acontece geralmente nos primeiros encontros desses homens com os profissionais que trabalham no Dialogar. No entanto, percebemos que, pouco a pouco, eles começam a se entrosarem, e as conversas, indagações e questionamentos transformam-se em debates sobre os assuntos organizados e preparados nas oficinas do projeto.

Esse campo de debates abertos e sinceros, que sempre se buscou preservar dentro do Dialogar, tem suas características na parrésia em que a conversação franca, aberta e sem censura é a direção deste projeto.

Assim, conforme Foucault (2011), a parrésia é o falar a verdade francamente. A questão fundamental aqui é a potência desse dizer a verdade, uma prática de falar a verdade não pelo que enuncia, mas pelas condições em que é feita. Entendendo que o processo educativo nesses espaços passa pela parrésia, isto é, uma conversa franca, aberta, sem censuras às análises e interpretações desses homens, tem, nas dependências do Dialogar, espaço de abertura para sua expressão.

Nos relatos sobre a notificação para participarem compulsoriamente do Dialogar, os indivíduos entrevistados apresentaram, em primeiro momento, um sentimento de medo, revolta, vergonha e indignação por serem obrigados a participarem das oficinas. Esses sentimentos tomam formas diferentes de acordo com suas narrativas. Depois do primeiro impacto de conhecer e apresentar-se, surge para eles uma possibilidade de reflexões e de diálogos. Para eles, o Dialogar é um espaço de paradoxos, pois pode ser um local de construção de novos conhecimentos, como também possibilidade de falar e ser escutado, como também um espaço da lei e da punição. Como espaço de reflexões e de novos conhecimentos, os entrevistados relatam:

Mário: [...] Uma das palavras que eu achei mais bonita. Sabe uma moça que foi lá depois, eu não sei se ela foi como voluntária, ela foi só um dia. Ela falou uma palavra lá que é até provérbio, olha, em provérbio tem: a palavra mansa abranda o coração; ela citou até um texto assim: que, quando uma pessoa disser que você fez determinada coisa, ao invés de você dizer, mas, você fez isso, assim e assim [...], você diz assim: as suas palavras estão me ofendendo. Eu me senti ofendido com as suas palavras.

Diogo: [...] As conversas no tempo, e até hoje, fizeram sim. A experiência foi super agradável, a experiência eu achei que seria um monstro, e, de repente, foi uma fantasia, uma situação totalmente diferente. [...] Seria o carisma com o que vocês me receberam lá, a educação, a disciplina, a organização, o compromisso com o horário, em todos os sentidos. Ali eu tive a oportunidade de conversar com outras pessoas, com quase a mesma situação que eu estava, eu pude compartilhar com elas e naquela situação eu pude perceber que eu não estava sozinho.

Flávio, de forma clara e objetiva, simplesmente falou sobre o papel social do Dialogar. Depois de uma longa pausa, em que parece refletir sobre palavras e sentidos, receios e vontade de dizer algo, Flávio volta ao assunto:

[...] Eu cheguei assustado até o primeiro momento. [...] De acordo com que as coisas foram acontecendo, a forma foi sendo conduzida, foi explicada e, depois, conduzida, a coisa ficou mais leve. Essa pena ficou bem mais leve. Porque, para mim, até hoje eu penso que foi uma pena. Porque, a partir de um momento em que você não vai para um lugar, por livre e espontânea vontade, mas por causa de uma ordem judicial é uma pena. Uma pena, que ficou leve pela forma como fomos tratados durante todas as dez sessões, as dez palestras que nós participamos, então, a coisa ficou mais leve com o aprendizado sobre como lidar com coisas, que não estávamos acostumados no dia a dia.

Os outros homens apresentam mais detalhes em suas observações quanto à receptividade deles sobre o Dialogar.

Entendemos que a receptividade deles pode ser entendida como uma característica de pensar o grupo, conforme Barros (2009), como agenciar mudanças na vida dos participantes, propondo reinventar seu cotidiano.

Hélio: [...] Foi bacana, porque eu ouvi muitas histórias, eu vi muitas pessoas lá, de pessoas com casos mais graves que o meu, foi uma experiência que eu aprendi e ganhei. [...] Hoje eu não agrido mais, porque eu sei das consequências que eu levei e da sorte que eu tive em não ser preso e ter a possibilidade de participar do Dialogar, passei pela palestra, pelos psicólogos e as delegadas, graças a Deus, foi muito bom para mim, muito produtivo. Graças a Deus, hoje eu penso muito antes de fazer alguma coisa.

Mário: [...] O homem que me entregou a carta falou: *o negócio não está muito bom para o seu lado, não*. Eu estava trabalhando nesse momento. Eu vou lá para ver, né? Mas, quando eu cheguei naquele local, para participar daquele trabalho, eu vi que era algo completamente diferente.

Diogo: [...] de uma ordem judicial, é uma pena. Uma pena, que ficou leve pela forma como fomos tratados durante todas as dez sessões, as dez palestras que nós participamos, então, a coisa ficou mais leve com o aprendizado sobre como lidar com coisas, que não estávamos acostumados no dia a dia.

Nas narrativas acima, percebemos que o grupo constituiu um espaço de conexão entre a produção do desejo, a participação como a equipe técnica, a expressão verbal, o acolhimento, o desejo como produtor do real e de novos devires sem violência. Quando o desejo está a serviço da reprodução de modelos, a subjetividade paralisa e se homogeniza, congela o próprio processo de produção de desejo. Percebemos que, nos grupos de homens participantes, os agenciamentos recorrentes de autoritarismo e de machismo interceptam o desejo, impossibilitando de criar novos modos de viver. Em nossa sociedade, a interceptação do desejo é o mecanismo de controle dos indivíduos, sendo que a violência catalisa fluxos de obediência e de passividade em que as pessoas são programadas para agenciar “o tu deves seguir o modelo do masculino ou do feminino” (GUATTARI; ROLNIK, 2007).

Nas narrativas dos participantes e suas expectativas em relação ao Dialogar como espaço da lei, da punição e da pena, observamos que:

Mário: [...] Aí eu fiquei maravilhado, porque é como se fosse uma maldição que se tornou uma benção. Porque, eu aprendi que tem gente que [incompreendido] porque só se recupera, eu não vou dizer emocionais, não. Mas, só se recupera pessoas que tem alguns problemas, com educação, com diálogo. E esse foi um nome muito bem escolhido: dialogar. Então, isso lá, foi uma coisa que me surpreendeu.

Diogo: No momento, em que eu cheguei, eu senti como se fosse uma penalidade. No momento, deu que se eu não cumprisse aquilo, eu seria preso, se eu fosse nas reuniões, eu encontraria com pessoas investidas de... Pessoas de polícia. Tipo isso. [...] Não perigosas. Atualmente, a gente vê tanta coisa passando, assim, que atualmente a gente nem acredita no que é ou no que, não é. Mas, eu sempre acredito que o que vai prevalecer é a Lei independente do tipo de situação, então, eu me propus naturalmente [...] Eu vou, qual é a situação em um primeiro momento, eu só tive esse tipo de expectativa, mas propus. Eu vou ver e tudo, porque tudo depende do que vai ser dialogado. Por isso, esse projeto me ajudou.

Flávio: [...] Eu cheguei assustado até o primeiro momento. [...] De acordo com que as coisas foram acontecendo, a forma foi sendo conduzida, foi explicada e, depois, conduzida, a coisa ficou mais leve. Essa pena ficou bem mais leve. Porque, para mim, até hoje eu penso que foi uma pena. Porque, a partir de um momento em que você não vai para um lugar, por livre e espontânea vontade, mas por causa de uma ordem judicial é uma pena. Uma pena, que ficou leve pela forma como fomos tratados durante todas as dez sessões, as dez palestras que nós participamos, então, a coisa ficou mais leve com o aprendizado sobre como lidar com coisas, que não estávamos acostumados no dia a dia.

Hélio: Foi um baque. Porque nunca fui na Justiça, nunca fui preso, nunca parei em uma delegacia, eu fiquei meio triste. Mas o meu medo maior foi de ser preso. Ficar preso, ficar no meio de bandido, porque eu nunca fiz isso, nada, mas eu fiquei meio triste porque eu nunca fui na Justiça e tenho o meu nome sujo. Por um descontrole meu, por um momento de fraqueza, eu me deixei levar pela emoção, fiz uma coisa que eu não deveria ter feito. Eu não deveria ter agredido ela. Mas não foi uma agressão de sangrar, de deixar hematoma. Foi só eu avancei e agredi ela. Como nós estávamos na rua, no Centro, tinha uma viatura, ela falou que eu tinha agredido ela, eles me pararam e me levaram para a delegacia.

Os homens esboçaram um discurso que rompe com o enunciado da chegada ao Dialogar e dos primeiros encontros. Eles expressaram a necessidade de cuidado, descartaram o uso da violência na resolução de conflitos com as mulheres, ou seja, criaram linhas de força, de vida, capazes de desterritorializar subjetividades homogêneas, ativando outros devires. Enfim, deram passagem para o desejo, para a possibilidade de ver a vida e a mulher além da violência e das reclamações contra a mulher.

Essas experiências e vivências dos homens no Dialogar podem ser atribuídas tanto ao sentimento de ser acolhido pela equipe, não sendo tratados como agressores de mulheres, nem criminosos, quanto pela possibilidade de contarem sua história pela primeira vez para um órgão punitivo do Estado. Os sentimentos que os atravessam é o de serem julgados previamente pela Justiça sem a chance de se defenderem oralmente, e o reconhecimento de estarem na mesma situação punitiva. Roberto Machado (2009), citando Gilles Deleuze e Félix Guattari, escreve que "uma possibilidade de vida se avalia em si mesma pelos movimentos que ela traça e pelas intensidades que ela cria". Pelos movimentos que os homens traçaram nos encontros no Dialogar, podemos dizer que eles foram de corpos dóceis e obedientes à lei (Lei nº 11.340/2006) a corpos intensos, afetando e sendo afetados pelos encontros, diálogos, reflexões e narrativas de cada pessoa do grupo.

Pesquisador: Em que sentido fez?

Flávio: Tem a Lei Maria da Penha, agora, volta aquela coisa que eu falei há pouco. Já que as mulheres querem direitos iguais, por que elas precisam de uma lei para se protegerem? Eu penso o seguinte: existe a Lei Maria da Penha, porque os índices de agressão contra as mulheres são muito altos, mas por que, quando eu sou agredido por uma mulher, eu sou enquadrado na Lei Maria da Penha? E quando uma mulher me agride ela é enquadrada só por agressão?

Hélio: Nossa demais. Hoje eu penso mil vezes, apesar de não ser de violência, eu sou mais calmo, eu sou na minha, mas hoje em dia, nesse relacionamento que eu tenho, eu penso muito nas coisas que aconteceu e hoje em dia sou mais tranquilo. Converso, bato papo assim, tem dois anos que nós estamos juntos e nós nunca brigamos nada. Nós mais conversa e tudo. É tranquilo.

A partir dessas falas, percebemos que os homens abandonaram as queixas e passaram a discutir a possibilidade de viver sem a violência. Observando as narrativas desses homens e suas vivências e experiências, buscamos compreender as experiências do trabalho de uma mulher em relação a uma questão que representa o universo feminino, a violência contra as mulheres.

Eduarda: O Dialogar oferecia a eles a possibilidade de um novo agir. De uma nova existência, mesmo que não nessas palavras, mostrar para eles que a existência deles era política também, como da mulher. Mas que eles tinham que ter uma existência diferente. E deixava bem claro que era bem mais fácil ser homem, heterossexual, macho nesse mundo que a situação da mulher, extremamente vulnerável. Daquelas obviedades, inclusive que eles não estavam errados. Então, o Dialogar traz uma verdade sobre a violência da mulher.

Assim, as experiências da psicóloga nas oficinas do Dialogar vêm corroborar o entendimento da produção de sentidos nas subjetividades desses homens.

4.4. Resultados

Percebemos na literatura e nos dados desta pesquisa que esses homens percebem e tratam a violência como práticas sociais, sustentando, assim, todo um discurso de violência de dominação masculina.

Conforme seus relatos, essa dominação é marcada por paradoxos, pois algumas mulheres apoiam, tacitamente, essa dominação; e outras, rejeitam-na sumariamente.

Quanto à dominação masculina e seus aparatos discursivos, percebemos como é relevante a Lei nº 11.340/2006 como um dispositivo que modula atitudes, condutas e até formas de pensar.

Notamos que eles intercambiaram, uns com os outros, discursos e práticas da masculinidade, da violência, da lei, horizontalizando saberes que se querem verticalizados, no ato de falar a verdade, e distanciando-se da verdade verdadeira.

Em suas narrativas, notamos que eles não querem mais passar por um novo procedimento no sistema punitivo, permanecem vigilantes em relação à violência. Percebemos que os agenciamentos coletivos de enunciação estão presentes nas práticas desses homens, na forma como modulam suas condutas, compreendem suas relações interpessoais e intrapessoais conflituosas, sexistas e violentas, tendo como agenciadores a religião, a família e os laços de amizade.

Os fluxos de afeto mobilizados provocam a ativação do desejo e buscam dar forma e sentido, constituindo novos territórios existenciais. Entendemos como territórios existenciais as diferentes maneiras de o sujeito perceber-se no mundo. Assim, podemos inferir que esses homens foram construindo outros modos de desejar, de produzir outra realidade diferente daquela em foram socializados.

Nesse sentido, outro ponto em destaque é que, ao ilustrar as práticas relacionadas à socialização do gênero, na dicotomia entre público e privado, eles destacam a violência masculina como um elemento presente no seu sistema de socialização, que acontece na infância, na aprendizagem, como também na religião. Ou seja, ela é uma adaptação aos requerimentos da sociedade relacionados à educação.

Compreendemos que a transformação de um modo de pensar, agir e estar no mundo tem na educação, como espaço de instrução, a possibilidade de produzir outro modo de ser no mundo na vida desses homens e de contribuir para a formação de um novo tipo de convivência com as mulheres e com outros homens. A masculinidade produz corpos dóceis e obedientes que passam pela educação.

Os homens pesquisados relataram que superaram o problema da violência com suas ex-companheiras e que não nutrem ressentimentos em relação a elas. Com as atuais companheiras têm relações de dialogicidade. Isso representa a quebra das relações hierárquicas nas interações interpessoais.

Dessa forma, inferimos que a subjetivação é produzida pelo social, em um determinado contexto histórico e geográfico. A cartografia é um conceito que foi

apropriado da geografia para desenhar e acompanhar os movimentos do desejo como uma produção da rede social. Cartografar é, antes de tudo, dizer como funcionam esses movimentos e o caminho a percorrer. A cartografia é o rizoma, isto é, uma rede de conexões.

Cartografar a política das verdades da violência contra a mulher é um trabalho que não pretende nem possui caráter definitivo de abrangência do tema, pois a cartografia não almeja ser acabada, não abre guerra contra outras verdades. Cartografar a produção de subjetividade masculina é dizer como esta funciona em um indivíduo e em uma coletividade.

Nesse sentido, entendemos que as relações de gênero são atravessadas e constituídas por conexões das forças do campo familiar, da educação e do religioso, em movimentos que produzem tanto o masculino quanto o feminino.

Compreendemos, dessa forma, que a violência é uma produção que não está isolada em um desses campos de força, e sim conectada a eles.

O debate a respeito da violência contra a mulher e das críticas à Lei nº 11.340/2006 está posto em um cenário em que as contradições de narrativas dos homens e suas ações são pautadas por inúmeros interesses.

É a partir da produção dos discursos, das normas disciplinares, das construções de sentidos de cada indivíduo e das redes midiáticas que observamos que os modos de produção de subjetivação vão inscrevendo nas mulheres e nos homens as verdades, os saberes corretivos e de normalização, modelando a subjetividade desses indivíduos. No caso destes homens e da violência imprimida por eles ou imposta a eles.

Assim, verdades e saberes corretivos rotulam e dão sentido aos comportamentos, às atitudes, aos atos, aos modos de pensar, agir e sentir, produzindo violências e relações no mundo, fabricando sujeitos.

Ao analisarmos as entrevistas com os homens em situação de violência contra as mulheres e envolvidos em formas diversas de participação em grupos de enfrentamento à violência, percebemos que questões do masculino e da violência refletem realidades vividas por esses homens e as possíveis mudanças dessa

realidade, bem como suas relações e a construção do seu modo de agir no contexto social.

Nossa reflexão acerca disso perpassa os jogos de poder, possivelmente operados pelo discurso da masculinidade. Esse discurso imposto aos homens pode fazê-los se esquivarem conforme suas necessidades interacionais, adotando-o e/ou distanciando-se dele, de acordo com a conveniência ou com a convivência entre outros homens e mulheres. Isto é, a masculinidade pode indicar contradições, ao passo que as práticas e modos de ser, agir, pensar e estar no mundo indicam direções contrárias a ela.

Podemos pensar que, além disso, dentro do próprio discurso de masculinidade, os homens podem criar jogos de vitimização, que vão desde a posição de serem homens e não darem conta de lidar com a violência em relação às mulheres até a forma de como a masculinidade é cobrada de cada um deles.

Para reflexão dessa questão, podemos relatar que o Dialogar lida com um sistema ligado às violências puníveis legalmente. Porém, notamos que há outras dimensões fora do enquadramento jurídico-criminal, em que a mulher, constantemente, sofre violência, isto é, violência simbólica, que não é passível de criminalização.

Diante dessa configuração, notamos quão desafiador se faz a leitura da reincidência da violência doméstica cometida por homens e como lidam com esse ciclo de violência. A violência abarca costumes da vida cotidiana que ficam quase “normalizados”, sendo formas “suaves” de dominação masculina.

É válido considerar também que os homens que reproduzem a violência também são os que consentem as violências exercidas contra a mulher ou a minimizam através da manutenção dos estereótipos de gênero e do sexismo.

Dessas formas, pensamos que a quebra da violência no cotidiano das microrrelações é um passo para superar as relações de domínio e construir relações mais igualitárias, através da identificação de condutas que podem ser objeto de ações de prevenção à violência.

Assim, o Dialogar é um dispositivo, uma ferramenta que faz parte da produção de subjetividades em homens que são acusados de violência contra a mulher. O Dialogar é mais uma parte do rizoma que constitui a rede de conexões de dispositivos que vão modulando e produzindo subjetividades, as interfaces são construídas entre funcionários participantes do projeto, espaços físicos e os aparatos estatais nos quais essa instituição está inserida.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como anunciado esta pesquisa teve como objeto de estudo os modos de produção de subjetividade dos homens que frequentaram, no ano de 2013, o grupo reflexivo do Núcleo de Facilitação ao Diálogo da Polícia Civil de Minas Gerais (Dialogar) na prevenção à violência contra a mulher.

A partir desse objeto, formulamos os seguintes questionamentos: como se deram os modos de produção de subjetivação dos homens antes de participarem do Dialogar? Que sentidos esses homens atribuíram às possíveis reflexões e mudanças de comportamento frente à violência contra as mulheres depois de participarem desses grupos? De que forma eles avaliaram suas participações durante as oficinas? Que relações foram estabelecidas entre esses homens e seus familiares depois de participarem do Dialogar?

Para chegar às respostas a esses questionamentos, dialogamos com os conceitos de subjetividade, rizoma, esquizoanálise, cartografia e desejos que estão interligados ao objeto desta pesquisa, ao pesquisador e aos indivíduos que dela participaram.

Assim, na produção de sentidos e desejos, todos os indivíduos estão conectados a sentidos que podem ser observados pelas atitudes, ações, silêncios e espaços, em um momento, opacos; em outros, preenchidos de desejos.

Dessa forma, ao cartografarmos a produção de subjetividade dos homens autores de violência contra a mulher, percebemos que o Dialogar fez parte desse emaranhado rizomático, que é a subjetividade. Contudo, não podemos afirmar que o Dialogar, de fato, possibilitou uma mudança de subjetividade nesses homens, uma vez que são os encontros que são agenciados por práticas de convivência e de respeito ao diferente que mobilizam as mudanças quando o desejo por outra realidade é colocado na micropolítica do cotidiano.

Porém, percebemos que esses homens afirmaram que sua participação no Dialogar possibilitou-lhes uma melhor compreensão do diálogo em suas relações amorosas e que a conversa corajosa e franca que acontecia entre os participantes do grupo foi essencial no entendimento dos seus questionamentos sobre como ser um homem e ao mesmo tempo não usar da violência para resolução de conflitos.

Cartografar toda a dimensão humana, incluindo a produção de subjetividade, constitui um enfoque fundamental na construção de novas formas da compreensão da violência de homens contra as mulheres, oportunizando espaços de escuta e de experimentação de outros fazeres, tanto para as mulheres, quanto para os homens.

Concordamos com a criminologia crítica sobre a urgência de encontros entre ela e os movimentos feministas, pois o diálogo e as conexões de conhecimento e saberes auxiliam em caminhos na invenção de práticas educativas, que levem em conta a violência contra a mulher sem demandar políticas punitivas do Estado.

Assim os direitos de homens e mulheres têm que ser acolhidos por instituições que acolhem as diferenças, isto é, ele tem que oferecer suportes que façam com que as pessoas envolvidas em situação de violência contra a mulher sejam autores de suas vidas, deixando de ser tutelados pelas próprias instituições ou pelo Estado.

Temos consciência de que se trata de uma pesquisa com limitação, visto que dela participaram quatro homens que cometeram violência contra as mulheres. Não podemos dizer de um universo masculino maior que participaram do Dialogar, pois a amostra, que ao se apresentar em número reduzido, permite considerar os resultados encontrados apenas para a população em questão. Da limitação de se fazer uma pesquisa em uma instituição pública. Mesmos para os quatro homens acreditamos que o acesso aos outros sujeitos envolvidos nestas situações de violência, tais como familiares, companheiras e servidores da justiça, possibilitaria ampliar o rizoma nas violências contra as mulheres.

Após o término do grupo reflexivo, em suas narrativas, esses homens mostraram-se capazes de instaurar processos singulares de produção de subjetividade, agenciando linhas de vida, atravessando e constituindo novos territórios de subjetividades, lançando mão de recursos que mobilizaram a invenção de formas de resistência à violência para além do ressentimento ao feminino e deixaram emergir a potência, por meio de novos relacionamentos, de outras sociabilidades com o masculino e com o feminino, da convivência com novas companheiras, sem esquecer o diálogo, a escuta, o vínculo. Trata-se de assumir as consequências de sermos permanentemente atravessados pelo outro, uma política indissociável de uma ética de respeito pela vida, pela luta em torno de enfrentamentos dos problemas concretos, como é a violência contra a mulher.

Acreditamos que a presente pesquisa traz contribuições à produção de conhecimento científico para o campo da educação e para o campo de estudos da violência contra a mulher, pois as experiências e vivências dentro de grupos reflexivos possibilitaram aos homens que cometeram atos de violência contra mulheres pensar de modo diferente do que pensavam e caminhar em outra perspectiva de não violência.

Por fim, na construção de percursos para uma nova masculinidade o Dialogar funcionou como um dispositivo de intervenção educacional, e como dispositivo que contribui para a produção de subjetividades. Essa intervenção educacional deu-se através do diálogo entre os homens e suas experiências de vida na dinâmica das sessões que eles participaram.

O potencial educacional do Dialogar possibilita inserir esse tema de pesquisa no campo da educação, pois ele representa um elo de aproximação e de mediação interdisciplinar entre os campos do conhecimento da psicologia e movimentos sociais, ou seja, esta pesquisa também representa a tentativa de produzir conhecimento transdisciplinar entre as várias áreas do conhecimento.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. **Violência e educação**. In: SIMPÓSIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, Caxias do Sul, 1988, p. 3-25.

ALMEIDA, Júlia. **Estudos deleuzeanos da linguagem**. Campinas: Ed Unicamp, 2003.

ALVES-MAZZOTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira, 1998.

AMADO, Roberto. **Os serviços de educação para homens autores de violência contra as mulheres**: uma análise de quadros interpretativos, modelos de intervenção e autores. 2014. 87 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2014.

ANDRADE, Vera Regina Pereira. **Sistema penal máximo x cidadania mínima**: códigos de violência na era da globalização. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

ARROYO, Miguel. Pedagogias em movimento – o que temos a aprender com os movimentos sociais. **Currículo sem Fronteiras**, n. 1, v. 3, p. 28-49, jan.-jun. 2003.

BABBIE, Earl. **Métodos de pesquisas de Survey**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BAREMBLITT, Gregório. **Introdução à esquizoanálise**. Belo Horizonte: Biblioteca do Instituto Félix Guattari, 2003.

BARROS, Laura Pozzana de. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Orgs.). **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 52-75.

BARROS, Regina Benevides de. **Grupo afirmação de simulacro**. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2009.

BARUS-MICHEL, J. A violência complexa, paradoxal e multívoca. In: SOUZA, F.; MARTINS, J. N. G. **Dimensões da violência**: conhecimento, subjetividade e sofrimento psíquico. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011. p. 19-34.

BASTOS, Rossano Lopes. **Grupos vulneráveis**. In: DICIONÁRIO DE DIREITOS HUMANOS. 2002. Disponível: <<http://escola.mpu.mp.br/dicionario/tiki-index.php?page=Grupos+vulner%C3%A1veis>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

BATISTA, Nilo. "Só Carolina não viu". In: MELLO, A. Ramos de (Ed.). **Comentários à Lei de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008. p. 9-23.

BECKER, Howard. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1999.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994 (Obras Escolhidas).

BION, Wilfred Ruprecht. **Estudos psicanalíticos revisados**. Rio de Janeiro: Imago, 1967.

BION, Wilfred Ruprecht. **Experiências com grupos – Fundamentos da Psicoterapia de Grupo**. Rio de Janeiro: Imago, 1970.

BION, Wilfred Ruprecht. **Transformações: Do aprendizado ao crescimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 2004.

BORDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015**. Brasília: Congresso Nacional, 2015.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 11.340, de 20 de agosto de 2006** (Lei Maria da Penha). Brasília: Congresso Nacional, 2006.

BRASIL. Secretaria Especial de políticas para as mulheres. (2003). **Programa de prevenção, assistência e combate à violência contra a mulher – Plano Nacional: diálogos sobre a violência doméstica e de gênero: construindo políticas para as mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2003.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**. V. 37, n. 132. 2007. p. 537-572.

BURKE, Peter. **O que é história do conhecimento?**. São Paulo: Ed. Unesp, 2016.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CEPIA. **Relatório de pesquisa de violência contra as mulheres e os serviços de responsabilização de homens autores de violência**. Rio de Janeiro, mar. 2016.

CERQUEIRA, D. R. C. et al. **Atlas da Violência 2018**. Nota Técnica Ipea. N. 17, Brasília: março de 2018.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano: morar e cozinhar**. Petrópolis: Vozes, 2009.

CHARLOT, Bernard. A noção de relação com o saber: bases de apoio teórico e fundamentos antropológicos. In: _____. (Org.). **Os jovens e o saber: perspectivas mundiais**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001. p. 15-31.

CHARLOT, Bernard. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. **Revista Eletrônica Interface**, Porto Alegre, a. 4, n. 8, p. 432-443, jul./dez. 2002.

CHAUÍ, Marilena. Participando do debate sobre mulher e violência. In: _____. **Perspectivas antropológicas da mulher**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985, p. 23-62.

CHESNAIS, Jean-Claude. **Histoire de la violence en Occident de 1800 à nos jours**. Paris: Robert Laffont Éditeur, 1981.

CLADEN. Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher. **Questão de vida: balanço regional e desafios sobre os direitos das mulheres a uma vida livre de violência**. Lima: CLADEN, 2000.

COIMBRA, Cecília M. C. Ética, direitos humanos e biopoder. **Revista Verve**, São Paulo: PUC, n. 20, p. 85-100, 2011.

CONNELL, Robert William; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 21 (1), p. 241-282, jan./abr. 2013.

CORAZZA, Sandra; SILVA, Tomaz Tadeu da. **Composições**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

COUTO, M. T. *et al.* Concepções de gênero entre homens e mulheres de baixa renda e escolaridade acerca da violência contra a mulher. São Paulo, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 11, p. 1.323-1.332, 2006. Suplemento. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232006000500021>>. Acesso em: 8 fev. 2017.

COUTO, Sônia. **Violência doméstica: uma nova intervenção terapêutica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Ed. 34, 1992.

DELEUZE, Gilles. **Crítica e clínica**. São Paulo: Ed. 34, 1997.

DELEUZE, Gilles. **Diferença e repetição**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DELEUZE, Gilles. **Lógica do sentido**. São Paulo: Perspectiva, 1998.

DELEUZE, Gilles (1989). **Qu'est-ce qu'un dispositif?** In: MICHEL FOUCAULT PHILOSOPHE: RENCONTRE INTERNATIONALE. Paris: Seuil, 9, 10, 11 janvier 1988, p. 185-195.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Ed. 34, 1995. v.1, 2, 3, 4 e 5.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Ed. 34, 2010.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia**. São Paulo: Ed. 34, 1992.

DELLAROSSA, A. **Grupos de reflexión**. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1979.

DINIZ, Gláucia Ribeiro Starling; PONDAAG, Míriam Cássia Mendonça. A face oculta da violência contra a mulher: o silêncio como estratégia de sobrevivência. In: ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira (Org.). **Violência, exclusão social e desenvolvimento humano: estudos de representações sociais**. Brasília: Ed. UnB, 2006. p. 233-260. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672011000100008>. Acesso em: 17 dez. 2017.

DOMÈNECH, M.; TIRADO, F.; GÓMEZ, L. A dobra: psicologia e subjetivação, In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Nunca fomos humanos: nos rastros do sujeito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 111-136.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FELIPE, Sônia. Violência, agressão e força. In: FELIPE, Sônia; PHILIPPI, Jeanine Nicolazzi. **O corpo violentado: estupro e atentado violento ao pudor**. Florianópolis: Gráfica/UFSC, 1996.

FERREIRA NETO, João Leite. **A formação do psicólogo: clínica, social e mercado**. São Paulo: Escuta, 2004.

FERREIRA, Raquel Côrrea; BARBOSA, Márcio Venício. Violência ou encontros? **Revista Devir**, Esquizoanálise e seus encontros, n.1, v. 1, p.12-20, 2001.

FOUCAULT, Michel. **A coragem da verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988. v. 1.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 2009.

GALINKIN, A. L.; BERTONI, L. M. Gênero e educação: um caminho para a igualdade. **Em Aberto**, Brasília, DF, v. 27, n. 92, p. 21-42, 2014.

GARCIA, Sandra Maria. Conhecer os homens a partir do gênero e para além do gênero. In: ARILHA, Margareth; RIDENTI, Unbehaum Sandra G.; MEDRADO, Benedito (Orgs.). **Homens e masculinidades**: outras palavras. São Paulo: Ed. 34, 1998.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e o educador social**: atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. Perdizes: Cortez Editora, 2009.

GRÉGGIO, Maria Regina; ARAÚJO, José Newton Garcia de. Crônica de uma tragédia anunciada. In: SOUZA, Mériti de; MARTINS, Francisco; ARAÚJO, José Newton Garcia de (Orgs.). **Dimensões da violência**: conhecimento, subjetividade e sofrimento psíquico. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011. p. 103-128.

GUATTARI, Félix. **Caosmose**: um novo paradigma estético. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

GUATTARI, Félix. Da produção de subjetividade. In: PARENTE, André. **Imagem máquina**. São Paulo: Ed. 34, 1993.

GUATTARI, Felix. **Revolução molecular**: pulsações políticas do desejo. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 2007.

GUERRERO, G. P. Relação entre espiritualidade e câncer na perspectiva do paciente. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 64, n. 1, Ribeirão Preto-SP, 2011.

HUR, Domênico Uhng; VIANA, Douglas Alves. **Práticas grupais na esquizoanálise**: cartografia, oficina e esquizodrama. Arquivos Brasileiros de Psicologia, Rio de Janeiro, 2016. p. 111-125.

KOGA, Dirce. **Medidas de cidades**: entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo: Cortez, 2011.

LAHIRE, Bernard. **Retratos sociológicos**: disposições e variações individuais. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, Jean. **Vocabulário de psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LARROSA, Jorge. **Tremores**: escritos sobre experiência. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

LIMA, Daniel Costa. **Homens autores de violência doméstica e familiar contra a mulher**: desafios e possibilidades. 2008. 100 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

LOBOSQUE, Ana Marta. **Clínica em movimento**: por uma sociedade sem manicômio. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

LODETTI, Alex Simon; TONELI, Maria Juracy F. A violência sexual intrafamiliar: a psicanálise e a lei. In: SOUZA, Mériti de; MARTINS, Francisco; ARAÚJO, José Newton Garcia de (Orgs.). **Dimensões da violência**: conhecimento, subjetividade e sofrimento psíquico. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011. p. 239-258.

MACHADO, Roberto. **Deleuze, a arte e a filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

MILLER, Jacques Alain. **O percurso de Lacan**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

MENEGHEL, Stela et al. 2003. Cotidiano ritualizado: grupos de mulheres no enfrentamento à violência de gênero. *Ciência e Saúde Coletiva*, 2005

MINAS GERAIS, Sistema Integrado de Defesa Social. **Diagnóstico de violência doméstica e familiar nas Regiões Integradas de Segurança Pública de Minas Gerais 2013- 2015**. Belo Horizonte: Centro Integrado de Defesa Social, 2016.

MINAYO, M. C. S. A violência social sob a perspectiva da saúde pública. **Cadernos de Saúde Pública**, 10 (supl. 1), p. 7-18, 1994.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R. **Impacto da violência na saúde dos brasileiros**. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

MISTURA, Tales Furtado. **Vivências de homens autores de violência contra a mulher em grupos reflexivos**: memórias e significados presentes. 2015. 243 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – USP, São Paulo, 2015.

MELLO, Marília Montenegro Pessoa de. **Do Juizado Especial Criminal à Lei Maria da Penha: Teoria e prática da vitimização feminina no sistema penal brasileiro**, 2009. 247f. Tese (Doutorado em Direito) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008

MONTENEGRO, Marília. **Lei Maria da Penha**: uma análise criminológica-crítica. Rio de Janeiro: Renavan, 2015.

MONTERO, Rosa. **História de mulheres**. Rio de Janeiro: Agir, 2008.

NASCIMENTO, Marcos. **Desaprendendo o silêncio**: uma experiência de trabalho com grupos de homens autores de violência contra a mulher. 2001. 108 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – UERJ, Instituto de Medicina Social, Rio de Janeiro, 2001.

NIETZSCHE, Friedrich. **Gaia ciência**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

NOLASCO, Sócrates. A desconstrução do masculino: uma contribuição crítica à análise de gênero. In: NOLASCO, Sócrates (Org.). **A desconstrução do masculino**. Rio de Janeiro: Rocco, 1995. p.15-29.

NOVO, Helerina Aparecida Novo. De fatos e espetáculos: o imaginário social sobre a violência na Grande Vitória-ES. In: ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira (Org.). **Violência, exclusão social e desenvolvimento humano**: estudos de representações sociais. Brasília: Ed. UnB, 2006. p. 39-54.

ONU. **Resolução nº 40/34, de 29 de novembro de 1985**. 96ª sessão plenária. Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da USP. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direitos-Humanos-na-Administra%C3%A7%C3%A3o-da-Justi%C3%A7a.-Prote%C3%A7%C3%A3o-dos-Prisioneiros-e-Detidos.-Prote%C3%A7%C3%A3o-contra-a-Tortura-Maus-tratos-e-Desaparecimento/declaracao-dos-principios-basicos-de-justica-relativos-as-vitimas-da-criminalidade-e-de-abuso-de-poder.html>>. Acesso em: 4 jan. 2018.

OSBORNE, R. **Apuntes sobre violencia de género**. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2009.

PAN, M. A. G. S.; ROOSSLER, J. H.; FERRARINI, N. L. Subjetividade: um diálogo interdisciplinar. **Interação em Psicologia**, 15 (número especial), p. 1-13, 2001.

PASSETTI, Edson. **Anarquismo e sociedade de controle**. São Paulo: Cortez, 2003.

PEREIRA, Carlos Alberto Messedera; RONDELLI, Elizabeth; SCHELHAMMER, Karl Erik; HERSCHMANN, Micael *et al.* **Linguagens da violência**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

PICHON-RIVIÈRE, E. **El proceso grupal. Del psicoanálisis a la psicología social**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1977.

PINHEIRO, Leandro R. **Identidades e narrativas**: práticas e reflexividades na periferia. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

PRATES, Paula Licursi. **A pena que vale a pena**: alcances e limites de grupos reflexivos para homens autores de violência contra a mulher. 2013. 301 f. Tese (Faculdade de Saúde Pública) – USP, São Paulo, 2013.

PRIORE, Mary del. **Histórias e conversas de mulher**. São Paulo: Planeta, 2013.

RABINOW, P.; DREYFUS, H. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 253-292.

RAMOS, Sílvia; CARRARA, Sérgio. A constituição da problemática da violência contra homossexuais: a articulação entre ativismo e academia na elaboração de políticas públicas. **PHYSIS**: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 16 (2), p. 185-205, 2006.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental**: Transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: Sulina, 2007.

ROTHMAN, E. F. *et al.* **Intervening with perpetrators of intimate partner violence**: a global perspective. Geneva: World Health Organization, 2003.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Milena do Carmo Cunha. **Eu ser um homem feminino não fere meu lado masculino**: percepções nos grupos reflexivos de gênero para homens. 2012. 124 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Tradução de L. Dabat e M. B. Ávila. **SOS-CORPO**, Recife, v. 20, n. 2, p.71-99, 1995.

SEIXAS, Rogério Luis da Rocha. A *parrhesia* cínica e a verdade como escândalo. **Revista Filosofia, Ciências & Vida**, n. 8, p. 17-24, mar. 1992.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia**: indivíduo e sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SOARES, B. **Enfrentando a violência contra a mulher**. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Presidência da República: Brasília, 2005.

SOIHET, Rachel. Feminismos e cultura política: uma questão no Rio de Janeiro dos anos de 1970-80. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (Orgs.). **Cultura política e leituras do passado**: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 411-436.

TEDESCO, Sílvia. A entrevista cartográfica: a experiência do dizer. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; TEDESCO, Sílvia. **Pistas do método da cartografia**: a experiência da pesquisa e o plano comum. Porto: Sulina, 2013. p. 92-127.

TITTONI, J. **Subjetividade e trabalho**. Porto Alegre: Ortiz, 1994.

TRINDADE, Zeide Araújo; NASCIMENTO, Adriano Roberto Afonso do; NASCIMENTO, Ingrid Faria Gianordoli. Resistência e mudança: representações sociais de homens e mulheres ideais. In: ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira (Org.). **Violência, exclusão social e desenvolvimento humano**: estudos de representações sociais. Brasília: Ed. UnB, 2006. p. 187-214.

VARELA, F.; THOMPSON, E.; ROSCH, E. **A mente incorporada**: ciências cognitivas e experiência humana. Porto Alegre: Artmed, 2003.

WALKER, Leonore. **The battered woman**. New York: Harper and How, 1979.

YIN, Roberto. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

YIN, Roberto. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 1984.

ZIMERMAN, David E. **Fundamentos básicos das grupoterapias**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

ZOURABICHIVILI, François. **O vocabulário de Deleuze**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2009.

ANEXO 1



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: "OS MODOS DA PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE DE HOMENS NA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER – ESTUDO DE CASO SOBRE A EXPERIÊNCIA DO PROJETO DIALOGAR EM BELO HORIZONTE"

Pesquisador: Adla Betsaida Martins Teixeira

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 71423317.0.0000.5149

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.395.582

Apresentação do projeto:

O presente estudo visa estudar os modos de produção de subjetividade de homens na violência contra a mulher através dos grupos que situam dentro Núcleo de Facilitação ao Diálogo – Dialogar. Esses grupos são organizados pelo Núcleo de Facilitação ao Diálogo –Dialogar-, que pertence à Coordenação de Direitos Humanos da Polícia Civil, estando localizado na cidade de Belo Horizonte, onde desenvolve oficinas de grupos de convivência com profissionais da psicologia e do serviço social. O presente projeto busca compreender se houve uma mudança subjetiva nos homens que participaram dos grupos reflexivos de gênero do projeto Dialogar no ano de 2013. A metodologia adotada é a pesquisa qualitativa, buscando compreender esses homens convivem com as mulheres. Serão utilizadas as técnicas: a entrevista semiestruturada, aplicação de questionários e análise documental. A entrevista e questionários para se compreender como os homens convivem com as mulheres, bem como a percepção deles sobre elas. A análise documental para levantamento de dados dos homens e da instituição para contextualizar com a entrevista e questionários. Será feita uma análise documental para entender a estrutura e funcionamento do Dialogar. Questionários serão aplicados os homens participantes do programa e entrevistas em profundidade serão realizadas com 10 homens que já completaram o programa e com um psicólogo membro da equipe do Dialogar.

Endereço: Av. Presidente Antônio Carlos, 6627 2º Ad SI 2005

Bairro: Unidade Administrativa II

CEP: 31.270-901

UF: MG

Município: BELO HORIZONTE

Telefone: (31)3409-4592

E-mail: coep@prpq.ufmg.br

Continuação do Parecer: 2.395.582

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo principal do estudo conforme a autora do projeto é “Analisar os modos de produção de subjetividades dos homens participantes dos grupos compulsórios de enfrentamento à violência contra a mulher do projeto Dialogar da Polícia Civil de Minas Gerais..”

Os objetivos secundários são: “conhecer e identificar o contexto e o processo do projeto Dialogar; identificar os perfis dos participantes atendidos nos grupos; avaliar o impacto do projeto Dialogar na percepção dos homens sobre suas relações com as mulheres; avaliar junto aos ex-participantes os impactos do projeto Dialogar em suas experiências e vivências atuais; e analisar o impacto pedagógico do projeto Dialogar na construção das subjetividades dos homens em relação ao universo feminino, especificamente a violência contra as mulheres”.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

No resumo do projeto a autora aponta que os riscos seriam “não conseguir homens para serem entrevistados”, porém na apresentação do projeto e no TCLE, ela aponta possíveis riscos como constrangimento e desconforto ou preocupação sobre a divulgação das informações. Ela ressalta que tomará medidas como terminar a entrevista, tratar o participante com respeito, e manter a identidade do participante em sigilo.

Os benefícios apontados pela autora do projeto são “contribuir para a melhoria da qualidade de atendimento as vítimas e aos agressores atendidos pelos serviços do projeto Dialogar. A socialização dos dados e análises permitirá a melhoria deste atendimento, retornando ao Estado soluções possíveis para o enfrentamento das violências de gênero na sociedade local.”

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa relevante para a área de Educação com previsão de término em 31/03/2018.

As solicitações do COEP foram atendidas: Foi incluído no resumo do projeto e projeto uma discussão adequada dos riscos da pesquisa; Foi modificado nos TCLEs a descrição das atividades nas quais participará o sujeito para que estas sejam direcionadas para o individual recebendo o TCLE e não para o grupo de participantes; Foi modificados os TCLEs a discussão de possíveis riscos de participação na pesquisa para melhor refletir

reais possíveis riscos devido ao tipo de tópico a ser tratado e os participantes; Foi modificado nos TCLEs a discussão sobre a minimização destes riscos, descrevendo ações mais concretas por parte do pesquisador para não deixar o mesmo aberto e futuras reclamações ou obrigações que seriam

Endereço: Av. Presidente Antônio Carlos, 6627 2º Ad SI 2005

Bairro: Unidade Administrativa II

CEP: 31.270-901

UF: MG

Município: BELO HORIZONTE

Telefone: (31)3409-4592

E-mail: coep@prpq.ufmg.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS



Continuação do Parecer: 2.395.582

fora do seu alcance a cumprir.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram apresentados os seguintes termos: folha de rosto, termo de compromisso devidamente assinado, projeto completo, resumo do projeto, TCLE para os homens do grupo Dialogar, TCLE para o psicólogo, carta de anuência da Polícia Civil (responsável pelo funcionamento do Grupo Dialogar, parecer consubstanciado, roteiro da entrevista, e questionário.

Recomendações:

Recomenda-se a aprovação do projeto de pesquisa. Por gentileza substituir as referências no TCLE de "anonimato" para a palavra "confidencialidade", para refletir de forma mais precisa a relação da pesquisadora com os participantes, já que a pesquisadora sabe a identidade dos participantes.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Somos favoráveis à aprovação do projeto "OS MODOS DA PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE DE HOMENS NA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER – ESTUDO DE CASO SOBRE A EXPERIÊNCIA DO PROJETO DIALOGAR EM BELO HORIZONTE" da pesquisadora responsável Profa. Dra. Adla Betsaida Martins Teixeira.

Considerações Finais a critério do CEP:

Aprovado conforme parecer.

Tendo em vista a legislação vigente (Resolução CNS 466/12), o COEP-UFMG recomenda aos Pesquisadores: comunicar toda e qualquer alteração do projeto e do termo de consentimento via emenda na Plataforma Brasil, informar imediatamente qualquer evento adverso ocorrido durante o desenvolvimento da pesquisa (via documental encaminhada em papel), apresentar na forma de notificação relatórios parciais do andamento do mesmo a cada 06 (seis) meses e ao término da pesquisa encaminhar a este Comitê um sumário dos resultados do projeto (relatório final).

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_880325.pdf	04/09/2017 13:41:47		Aceito
Outros	Texto_para_colocar_no_resumo_da_plataforma_brasil_e_no_projeto.docx	04/09/2017 13:40:41	Adla Betsaida Martins Teixeira	Aceito
Outros	Carta.docx	04/09/2017 13:39:53	Adla Betsaida Martins Teixeira	Aceito

Endereço: Av. Presidente Antônio Carlos, 6627 2º Ad SI 2005

Bairro: Unidade Administrativa II

CEP: 31.270-901

UF: MG

Município: BELO HORIZONTE

Telefone: (31)3409-4592

E-mail: coep@prpq.ufmg.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS



Continuação do Parecer: 2.395.582

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tecle_psicologa.docx	04/09/2017 13:38:42	Adla Betsaida Martins Teixeira	Aceito
Brochura Pesquisa	projeto_de_Pesquisa.doc	04/09/2017 13:38:12	Adla Betsaida Martins Teixeira	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tlec_homens.docx	04/09/2017 13:37:41	Adla Betsaida Martins Teixeira	Aceito
Outros	ROTEIRO_DE_ENTREVISTA_COM_HOMENS.pdf	10/07/2017 08:48:32	Adla Betsaida Martins Teixeira	Aceito
Outros	QUESTIONARIO.pdf	10/07/2017 08:47:20	Adla Betsaida Martins Teixeira	Aceito
Declaração de Pesquisadores	termo_de_compromisso.pdf	10/07/2017 08:45:44	Adla Betsaida Martins Teixeira	Aceito
Outros	parecer.pdf	09/07/2017 19:17:54	Adla Betsaida Martins Teixeira	Aceito
projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_de_Pesquisa.pdf	09/07/2017 18:59:49	Adla Betsaida Martins Teixeira	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termo_de_consentimento_livre_esclarecimento_para_homens_do_grupo.pdf	09/07/2017 18:57:59	Adla Betsaida Martins Teixeira	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termo_de_consentimento_livre_esclarecimento_para_psicologos.pdf	09/07/2017 18:57:25	Adla Betsaida Martins Teixeira	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	carta_de_anuencia.pdf	09/07/2017 18:52:55	Adla Betsaida Martins Teixeira	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto.pdf	09/07/2017 18:43:45	Adla Betsaida Martins Teixeira	Aceito
Outros	714233170aprovacaoassinada.pdf	23/11/2017 14:03:56	Vivian Resende	Aceito
Outros	714233170parecerassinado.pdf	23/11/2017 14:04:28	Vivian Resende	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Av. Presidente Antônio Carlos, 6627 2º Ad SI 2005

Bairro: Unidade Administrativa II

CEP: 31.270-901

UF: MG

Município: BELO HORIZONTE

Telefone: (31)3409-4592

E-mail: coep@prpq.ufmg.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
MINAS GERAIS



Continuação do Parecer: 2.395.582

BELO HORIZONTE, 23 de Novembro de 2017

Assinado por:
Vivian Resende
(Coordenador)

Endereço: Av. Presidente Antônio Carlos, 6627 2º Ad SI 2005

Bairro: Unidade Administrativa II **CEP:** 31.270-901

UF: MG **Município:** BELO HORIZONTE

Telefone: (31)3409-4592

E-mail: coep@prpq.ufmg.br

ANEXO 2

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA HOMENS PARTICIPANTES DO GRUPO

Vimos por meio deste convidá-lo (a) para participar voluntariamente do estudo intitulado “*Os modos da produção de subjetividade de homens na violência contra a mulher*”, desenvolvido pelo mestrando Sr. Reinaldo Pereira da Silva, sob a orientação da Professora Associada Dra. Adla Betsaida Martins Teixeira, ambos vinculados ao Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

Neste estudo pretendemos analisar como os modos da subjetividade, ou seja, o jeito de ser, agir, pensar, sentir de homens participantes de grupos se modificam após a passagem obrigatória judicial em grupos de educativos, conforme a Lei Maria da Penha. Para participar deste estudo, o/a responsável por você deverá autorizar e assinar um termo de consentimento.

O motivo que nos leva a pesquisar essas questões é, principalmente o fato de que estudos e relatórios de pesquisas indicam a necessidade de estudar as relações dos homens com as mulheres, bem como os efeitos que os grupos educativos produziram nos homens, de um modo mais pormenorizado e científico. Para este estudo adotaremos os seguintes procedimentos. A coleta de dados será feita de entrevistas individuais com os homens, que serão gravadas e transcritas, além do uso de um caderno de campo para anotações. Essas entrevistas se constituirão de relatos da sua história de vida, tendo como temas sua história familiar, sua convivência com as mulheres e sua trajetória no projeto Dialogar e depois de sua passagem pelo grupo. Os locais e horários das entrevistas serão combinados com você, respeitando sua disponibilidade e preferência.

Para participar deste estudo você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido(a) sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a

participar. Também poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. O responsável por você também poderá retirar o consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pelo pesquisador.

Todo o material produzido na pesquisa (arquivos eletrônicos de armazenamento e notas de campo) será utilizado exclusivamente para fins de divulgação da pesquisa. Esse material será devidamente arquivado pelo período de cinco anos. Após esse período, todo o material será destruído. O pesquisador irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e em hipótese alguma o(a) participante será identificado(a) em qualquer publicação que possa resultar deste estudo. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Este termo de assentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma via será arquivada pelo pesquisador responsável e a outra será fornecida a você.

Devido ao caráter da investigação, o risco ou possibilidade de afetar qualquer participante da pesquisa é mínimo, isto é, o mesmo risco existente em atividades rotineiras como conversar, caminhar, ler etc. A fim de minimizar qualquer risco de desconforto ou constrangimento durante a pesquisa, o pesquisador agirá de maneira respeitosa e ética independente das opiniões ou posicionamentos do(a) pesquisado(a). Mas, caso haja danos decorrentes da pesquisa, a pesquisador assumirá a responsabilidade pelos mesmos.

Se, você concorda em participar deste estudo, favor preencher e assinar o termo abaixo:

Eu, _____, portador(a) do documento de Identidade _____ fui informado (a) dos objetivos do estudo “Análise sobre os modos da produção de subjetividade de homens participantes nos grupos de convivência de enfrentamento a violência contra a mulher”, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma via deste termo de assentimento livre e esclarecido e me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Belo Horizonte, _____ de _____ de 2016.

Assinatura do(a) participante

Reinaldo Pereira da Silva (Pesquisador)

Profa. Dra. Adla Betsaida Martins Teixeira (Orientadora)

Em caso de dúvidas com relação à pesquisa e/ou aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar:

Eventuais dúvidas poderão ser esclarecidas no decorrer da pesquisa juntamente à pesquisadora ou nos contatos abaixo:

Reinaldo Pereira da Silva (Pesquisador) – Telefone: (31) 983945056; e-mail: reivogelfrei@gmail.com

Profa. Dra. Adla Teixeira (Orientadora) – Faculdade de Educação/UFMG – 3409 6192; e-mail: adlaufmg@gmail.com

COEP/UFMG (Comitê de Ética da UFMG) – Av. Antônio Carlos, 6627, Unidade Administrativa II – 2º andar – Sala 2005 – Campus Pampulha – Belo Horizonte, MG – Brasil, CEP: 31270-901; e-mail: coep@prpq.ufmg.br; e Este endereço de e-mail está sendo protegido de spam, você precisa de Javascript habilitado para vê-lo telefax: (31) 3409-4592.

ANEXO 3**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA AOS/ÀS
PSICÓLOGOS(AS)**

Vimos por meio deste convidá-lo (a) para participar voluntariamente do estudo intitulado “Análise sobre os modos da produção de subjetividade de homens participantes nos grupos de convivência de enfrentamento a violência contra a mulher”, desenvolvido pelo mestrando Sr. Reinaldo Pereira da Silva, sob a orientação da Professora Associada Dra. Adla Betsaida Martins Teixeira, ambos vinculados ao Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais

Neste estudo pretendemos analisar como os modos da subjetividade, ou seja, o jeito de ser, agir, pensar, sentir de homens participantes de grupos se modificam após a passagem obrigatória judicial em grupos de educativos, conforme a Lei Maria da Penha. Para participar deste estudo, o/a responsável por você deverá autorizar e assinar um termo de consentimento.

O motivo que nos leva a pesquisar essas questões é, principalmente o fato de que estudos e relatórios de pesquisas indicam a necessidade de estudar as relações dos homens com as mulheres, bem como os efeitos que os grupos educativos produziram nos homens, de um modo mais pormenorizado e científico. Para este estudo adotaremos os seguintes procedimentos. A coleta de dados será feita de entrevistas individuais com os homens, que serão gravadas e transcritas, além do uso de um caderno de campo para anotações. Essas entrevistas se constituirão de relatos da sua história de vida, tendo como temas sua história familiar, sua convivência com as mulheres e sua trajetória no projeto Dialogar e depois de sua passagem pelo grupo. Os locais e horários das entrevistas serão combinados com você, respeitando sua disponibilidade e preferência.

Se você concordar em participar desse estudo, para a coleta das informações, serão feitas com você entrevistas no seu local de trabalho, no decorrer do ano de 2017. Durante essa entrevista, o pesquisador registrará em

gravador para serem transcritas posteriormente. Além de utilizar como instrumento caneta e caderno. Serão analisados também os documentos como fichas de cadastros, REDS, as atas dos encontros, material didático. Tais informações serão mantidas em arquivo, sob guarda dos pesquisadores pelo período de 5 anos.

Para participar deste estudo você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido(a) sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá também retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pela pesquisadora.

Todo o material produzido na pesquisa (arquivos eletrônicos de armazenamento e notas de campo) será utilizado exclusivamente para fins de divulgação da pesquisa. Esse material será devidamente arquivado pelo período de cinco anos. Após esse período, todo o material será destruído.

O pesquisador irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e em hipótese alguma o(a) participante será identificado(a) em qualquer publicação que possa resultar deste estudo.

Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma via será arquivada pelo pesquisador responsável e a outra será fornecida a você.

Devido ao caráter da investigação, o risco ou possibilidade de afetar qualquer participante da pesquisa é mínimo, isto é, o mesmo risco existente em atividades rotineiras como conversar, caminhar, ler etc. A fim de minimizar qualquer risco de desconforto ou constrangimento durante a pesquisa, a pesquisadora agirá de maneira extremamente respeitosa e ética independente das opiniões ou posicionamentos do(a) pesquisado(a). Mas, caso haja danos decorrentes da pesquisa, o pesquisador assumirá a responsabilidade pelos mesmos.

Se, você concorda em participar deste estudo, favor preencher e assinar o termo abaixo:

Eu, _____, portador(a) do documento de Identidade _____ fui informado (a) dos objetivos do estudo “Os modos da produção de subjetividade de homens na violência contra a mulher”, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Belo Horizonte, _____ de _____ de 2016.

Assinatura do(a) participante

Reinaldo Pereira da Silva (Pesquisador)

Profa. Dra. Adla Betsaida Martins Teixeira (Orientadora)

Em caso de dúvidas com relação à pesquisa e/ou aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar:

Eventuais dúvidas poderão ser esclarecidas no decorrer da pesquisa juntamente à pesquisadora ou nos contatos abaixo:

Reinaldo Pereira da Silva (Pesquisador) – Telefone: (31) 983945056 e-mail: reivogelfrei@gmail.com

Profa. Dra. Adla Teixeira (Orientadora) – Faculdade de Educação/UFMG – 3409 6192 e-mail: adlaufmg@gmail.com

COEP/UFMG (Comitê de Ética da UFMG) – Av. Antônio Carlos, 6627, Unidade Administrativa II – 2º andar – Sala 2005 – Campus Pampulha – Belo Horizonte, MG – Brasil, CEP: 31270-901; e-mail: coep@prpq.ufmg.br; e Este endereço de e-mail está sendo protegido de spam, você precisa de Javascript habilitado para vê-lo telefax: (31) 3409-4592.

ANEXO 4

CARTA DE ANUÊNCIA

A Polícia Civil de Minas Gerais, por intermédio de seu representante legal, abaixo assinado, declara autorizar o pesquisador Reinaldo Pereira da Silva, aluno de mestrado do Programa de Pós-Graduação Conhecimento e Inclusão Social em Educação, que está sob a orientação da Prof^a Dra. Adla Betsaida Martins Teixeira, a desenvolver a pesquisa intitulada: “Análise Os modos da produção de subjetividade de homens na violência contra a mulher”, no Núcleo de Facilitação ao Diálogo / Coordenação de Direitos Humanos da Polícia Civil de Minas Gerais / Superintendência de Investigação de Polícia Judicial. O objetivo desta pesquisa é analisar as possíveis mudanças subjetivas dos homens que participaram dos grupos reflexivos obrigatórios encaminhados pela Justiça no ano de 2013.

A aceitação está condicionada ao compromisso do pesquisador em seguir rigorosamente as determinações constantes na resolução 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde, que regem as pesquisas científicas na Universidade Federal de Minas Gerais, por meio do Comitê de Ética em Pesquisa (COEP), comprometendo-se a utilizar dados coletados exclusivamente para fins de pesquisa e de divulgação científica. Além disso, a pesquisadora também se compromete a não gerar nenhuma despesa para o projeto Dialogar que seja decorrente da participação na pesquisa, bem como garante o fornecimento de qualquer esclarecimento que venham a ser solicitados em qualquer pesquisa.

Belo Horizonte _____ de _____ 2016.

—

ANEXO 5

TERMO DE COMPROMISSO

Declaramos que conhecemos e, nesse sentido, cumprimos os requisitos e as determinações da Resolução 466/12 e suas complementares. Comprometemo-nos em utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins no protocolo e, bem como, publicar os resultados, sejam eles favoráveis ou não. Aceitamos as responsabilidades pela condução científica do projeto. Por fim, temos ciência de que essa folha será anexada ao projeto, devidamente assinada e fará parte integrante da documentação.

Adla Betsaida Martins Teixeira (Orientadora)
Professora Doutora da Faculdade de Educação – UFMG.
Pesquisadora responsável

Reinaldo Pereira da Silva
Mestrando em Educação/FaE UFMG
Assistente de Pesquisa
Matrícula 2016654923

ANEXO 6**ROTEIRO DE ENTREVISTA COM HOMENS**

Fale um pouco sobre você? (Formação, família, religião, trabalho, lazer, etc.)
(folha em anexo D, preenchimento pelo entrevistador).

- 1) Como foi a experiência de frequentar o projeto Dialogar?
- 2) Como você avalia a ação do projeto Dialogar no atendimento aos homens?
Tem alguma sugestão para melhoria?
- 3) Como é para você estar numa delegacia discutindo problemas sobre homens e mulheres?
- 4) O que você achou dos temas discutidos? (Citar temas; relacionar como problemas comuns às realidades das famílias no Brasil). Você incluiria outros temas?
- 5) Nas oficinas em que participou, você se lembra das pessoas do grupo?
 - Fez amigos?
 - Como você se sentia no grupo? (Aceitação, sentimentos, vergonha, revolta)
 - Após o Dialogar, você procurou o pessoal do Dialogar? Para que?
- 6) As conversas durante o Dialogar fizeram alguma diferença para a sua vida?
- 7) Qual a sua opinião sobre os seguintes temas:
 - O é violência para você?
 - Quais são os tipos de violência? (Físico, psicológico, moral, sexual, patrimonial)
 - E é violência doméstica?
- 8) Após participar do Dialogar, como você passou a conviver com as mulheres do seu meio (companheira, esposa, mãe, filha, relacionamento amoroso, etc.)?
- 9) Você já presenciou algum ato de a violência contra a mulher? Você teve alguma atitude?
 - Se foi contra uma mulher agredida?

- Se foi um homem que agredia?

- Você fez ou faz alguma atividade de apoio as mulheres? (na igreja, trabalho, na família, etc.).

10) Hoje, como você reagiria se presenciasse alguma violência de um homem contra uma mulher (na sua família, grupo de amigos, trabalho)?

11) O que acha das atuais lutas pela defesa dos direitos das mulheres? (Foco violência)

12) Pensando na sua criação, você acha que os homens são criados para serem violentos?

13) Você acha que o projeto Dialogar teve um papel educador em sua vida?

14) Você gostaria de complementar com alguma sugestão ou crítica ao Dialogar?

ANEXO 7**QUESTIONÁRIO**

- 1) Idade:anos.
- 2) Grau de escolaridade:
- 3) Estado civil:
- 4) Relacionamento amoroso: () sim () não.
- 5) Você mora com alguém: () sim () não
- 6) Quantas pessoas ajudam nas despesas da casa?
- 7) Você participa de algum trabalho comunitário, religioso, organização, associação, cooperativa, etc.: () sim () não
- 8) Você está trabalhando? () sim () não
- 9) Qual é a sua cor?
- 10) Você tem religião? () sim () não
- 11) Você tem filhos? () sim () não
- 12) Caso tenha filhos, você participa das reuniões escolares? () sim () não.
- 13) Você lê algum jornal ou livro? () sim () não
- 14) Você lê algum livro? () sim () não
- 15) Você tem algum laser? () sim () não
- 16) Você assiste televisão? () sim () não

ANEXO 8



Violência contra as mulheres: os serviços de responsabilização dos homens autores de violência

QUADRO 1 INICIATIVAS DE TRABALHO com homens autores de violência. Pesquisa telefônica, março/abril 2015

Região	Capital (UF)	Informação obtida
Norte	Rio Branco (AC)	Não existe iniciativa em funcionamento atualmente. Houve um projeto entre 2012 e 2014, encerrado por falta de financiamento
	Manaus (AM)	Foi identificado um serviço mantido pelo Executivo Municipal, mas não foi possível saber se está ativo
	Macapá (AP)	Nenhuma iniciativa de trabalho com homens autores de violência
	Belém (PA)	Existe uma iniciativa mantida pela Defensoria Pública do Pará
	Porto Velho (RO)	Existe uma iniciativa mantida pelo Juizado de Violência Doméstica e Familiar
	Boa Vista (RR)	Nenhuma iniciativa de trabalho com homens autores de violência
	Palmas (TO)	Nenhuma iniciativa de trabalho com homens autores de violência
	Nordeste	Maceió (AL)
Salvador (BA)		Nenhuma iniciativa de trabalho com homens autores de violência
Fortaleza (CE)		Não existe iniciativa em funcionamento atualmente. Houve um projeto entre 2010 e 2012, encerrado por falta de financiamento
São Luís (MA)		Existe uma iniciativa mantida pelo Juizado de Violência Doméstica e Familiar
João Pessoa (PB)		Nenhuma iniciativa de trabalho com homens autores de violência.
Recife (PE)		Não existe iniciativa em funcionamento atualmente. Houve um projeto entre 2008 e 2013, encerrado por falta de financiamento
Teresina (PI)		Nenhuma iniciativa de trabalho com homens autores de violência
Natal (RN)		Existe uma iniciativa mantida pela Promotoria Especializada
Aracaju (SE)		Nenhuma iniciativa de trabalho com homens autores de violência
Centro Oeste		Campo Grande (MS)
	Cuiabá (MT)	As instituições não deram retorno aos contatos
	Goiânia (GO)	Nenhuma iniciativa de trabalho com homens autores de violência
	Brasília (DF)	Existe iniciativa mantida pelo Executivo
Sudeste	Vitória (ES)	Existe iniciativa mantida pelo Executivo Municipal em parceria com a Vara de Violência Doméstica e Familiar
	Rio de Janeiro (RJ)	Existe iniciativa mantida pelo I Juizado de Violência Doméstica e Familiar
	Belo Horizonte (MG)	Existe iniciativa mantida por ONG em parceria com o Tribunal de Justiça
	São Paulo (SP)	Existem duas iniciativas: uma mantida por ONG e outra desenvolvida pela Academia de Polícia Civil. Ambas têm parceria com Juizado de Violência Doméstica e Ministério Público

ANEXO 9**Rede Estadual de enfrentamento à violência contra a Mulher de Minas Gerais**

- Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM
- Subsecretaria de política para as Mulheres – SPM/MG,
- Conselho Estadual da Mulher- CEM/MG,
- Centro Risoleta Neves de atendimento de Minas Gerais- CERNA,
- Coordenadoria da Mulher em situação de violência Doméstica e Familiar do Tribunal de justiça de Minas Gerais/COMSIV,
- Promotoria de justiça especializada no combate á violência- MP/MG,
- Centro de apoio operacional das promotorias de justiça de defesa dos Direitos Humanos e Apoio Comunitário – CAO-DH,
- Núcleo de Defesa dos Direitos da Mulher em situação de Violência- Nudem,
- Secretaria de Defesa Social de Minas Gerais- SEDS/MG,
- Polícia Militar de Minas Gerais, Patrulha de Violência Doméstica-SPVD,
- Polícia Civil de Minas Gerais, Delegacia Especializada de Atendimento á Mulher- DEAM,
- Consórcio Regional de Promoção da Cidadania “Mulheres das Gerais”,

- Coordenadoria dos Direitos da Mulher de Belo Horizonte- CONDIM/PBH
- Benvinda Centro de Apoio á Mulher,
- Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM/BH,
- Instituto mineiro de Saúde Mental e Social – instituto Alban,
- Núcleo de Gênero e Diversidade sexual – NUGDS/SMED-BH
- Grupo de Estudo de Gênero, sexualidade e sexo em Educação da UFMG-GSS,
- Coordenadoria de Políticas para ás Mulheres de Contagem,
- Coordenadoria de Políticas para as Mulheres de Lagoa Santa,
- Coordenadoria de Políticas para Mulheres de Nova Lima,
- Secretaria Municipal de Assistência Social/Proteção Social Especial de Betim,
- Secretaria Municipal de Ação Social/Proteção Social Especial de Itabira,
- Secretaria Municipal de Assistência social/Proteção social Especial de Ribeirão das Neves.
- Fórum de Mulheres do Mercosul /Brasil,
- Conselho Regional de Psicologia- CRP, Movimento Graal do Brasil/MG
- Movimento Popular da Mulher- MPM,

- União Brasileira de Mulheres- UBM-Minas,
- Mandato da Deputada Federal Jô Moraes,
- Mandato da Deputada Estadual Marília Campos,

Movimento Olga Benário

- Secretaria de Estado de Segurança Pública / Subsecretaria de Prevenção Social a Criminalidade/Programa Mediação de Conflito – SESP
- Secretária de Estado de Saúde -SES- MG
- 13ª Vara Criminal
- 14ª Vara Criminal
- 15ª Vara Criminal
- 16ª Vara Criminal

Apoio: Sindicato dos Professores de Minas Gerais – Sinpro/MG

ANEXO 10

4 CIDADES

SUPER NOTÍCIA QUINTA-FEIRA, 8 DE OUTUBRO DE 2015

SU

OUTRO LADO

'ELA NÃO SABE, MAS A AMO MUITO', AFIRMA AGRESSOR

• Durante atendimento em projeto desenvolvido por psicólogos, autores de violência doméstica assumem sua condição

QUE AMOR ÉSTE?

JOANA SUAREZ

Muitos autores de violência doméstica já tinham ouvido falar da Lei Maria da Penha, que no início dos anos 2000 estabeleceu a primeira legislação específica para combater a violência contra a mulher. Mas apenas recentemente eles reconheceram a história de Maria da Penha Maia Fernandes — que ficou paraplégica em 1983, quando levou um tiro de marido, mas contou, enquanto dormia —, em respeito de que foram obrigados a participar por terem agredido suas mulheres.

“Machucou quem mais ama. Ela não sabe, mas eu amo muito”, disse o carcerado Sandro, de 30 anos, que bateu com uma bota de ferro na mulher na última discussão do casal, há dois meses. “Quanto é esse?” a pergunta que invade as reportagens que Super Notícia publica nesta semana sobre violência doméstica e que hoje, quatro dias atrás, tra o ponto de vista do agressor.

Por acreditarem que o machucado refletiu com o homem o amor das mulheres, muitos importantes no enfrentamento da violência, alguns juízes até determinam a prisão em liberdade provisória de alguns autores de violência doméstica, a presença do

244

AGRESSORES são monitorados por torçoeletrônicos em Minas Gerais, em cumprimento a medidas protetivas. O monitoramento tem duração de dois anos e meio.

agressor em encontros realizados no projeto Diálogo, desenvolvido por psicólogos da Polícia Civil desde 2013. Em oficinas em grupo, eles debatem sobre a lei, machucados, violência, conversão e responsabilização.

Os homens são encaminhados para “tratamento”, termo usado pelo juiz Herbert Vech, da 1ª Vara Criminal de Belo Horizonte, quando os fatos narrados demonstram necessidade, seja em casos de agressão física ou de ameaça. “A lei obriga o agressor a responder a questões do cotidiano, machucado, de superação emocional, de relacionamento, e precisa participar de grupos onde ele aprende a lidar com a mulher e de se tratar como mulher”, defende.

Sandro confessa que não foi um bom marido, não dava valor à mulher e era “bravo e torcido”, até que ela saiu de casa. A declaração é da sua mãe, feita durante a entrevista: “É que nunca mais desse jeito (sobri e meio)”, justifica o carcerado. No dia em que ele foi à casa da irmã e fim de pedir a mulher que voltasse para ele, a proposta terminou em briga feia. “A irmã a ajudou a entrar no metrô,

MAIS

Desempregados, cerca de 70% dos homens encaminhados para o Diálogo não compartilham, apesar de serem obrigados, com as esposas que possuem um celular a foto e a senha. Quando as mulheres acionam o aplicativo, elas são punidas com o bloqueio de acesso à internet e a suspensão de acesso à televisão por assinatura ou suspensão de acesso à televisão por assinatura.

Lei Maria da Penha, de 2006, prevê a prisão de quem não cumprir com as medidas protetivas de urgência.

Lei Maria da Penha, de 2006, prevê a prisão de quem não cumprir com as medidas protetivas de urgência.

Lei Maria da Penha, de 2006, prevê a prisão de quem não cumprir com as medidas protetivas de urgência.

Lei Maria da Penha, de 2006, prevê a prisão de quem não cumprir com as medidas protetivas de urgência.



Tratamento traz queda de índice de reincidência

Muitos homens chegam ao projeto Diálogo acreditando que estão sendo punidos injustamente e sem saber que a violência contra a mulher não é apenas física — é também psicológica e patrimonial (que envolve a subtração de bens pessoais), todas previstas na Lei Maria da Penha. Quando participam de atendimentos individuais, coletivos e oficinas reflexivas, os agressores começam a perceber que praticam diversas formas de violência.

Das 90 mulheres que compareceram ao projeto em 2013, apenas cinco reincidiram — 5,5%. No entanto, a quantidade de agressores que participam do tratamento ainda é pequena em relação ao universo das 40 milhares vítimas diariamente registradas no sistema.

“Quando a maioria de quem (o tratamento) está levando a uma abertura diferente no relação com a mulher”, destaca o psicólogo Rogério Figueiredo, que presenciar os encontros junto com o psicólogo Bráulio Pereira, ambos policiais. O que se percebe, segundo ele, é que os homens têm dificuldade de comunicação em casa. “Tentamos mostrar isso a eles por meio das atividades nas quais também trabalhamos a quebra de paradigmas, reflexão sobre o passado etc.”, destaca.

Vinicius, de 42 anos, se tornou um multiplicador do que aprendeu no projeto com os colegas. “A lei é muito dura com o homem, o que eles fazem é a verdade. Então, acho que a gente tem dificuldades com a mulher que pratica o Diálogo, antes do fato (agressão). Lá não é punição, é educação”, disse ele. (JS)

MÊS PASSADO

Um bebê na região metropolitana, uma criança de 21 anos, foi assassinada em 6 de setembro. A vítima caminhava pela rua quando foi atingida por uma arma de fogo. O suspeito, de 22 anos, foi preso em um ponto de ônibus na região metropolitana. (M. L. S. / O Estado de S. Paulo)

Ciclo de violência

• Vítimas. Também convidadas a um encontro com o Diálogo, muitas das mulheres dos homens atendidos no projeto não vão. Delegadas do distrito especializado afirmam que a ida das vítimas aos encontros também poderia ser obrigatória, pois que elas também precisam lidar a situação legal e psicológica que ocorre — muitas se ataram com medo a buscar o mesmo perfil de homens agressivos, segundo as policiais.

• Saúde. Dopo muitos machucados, a condição de vítima é “boa”, por isso elas não conseguem sair do ciclo de violência. Não são raras, segundo as policiais, casos de vítimas de mais de um agressor, porque elas se preocupam mais com a segurança. “A mulher tem que estar no ciclo, quem não participa disso, não consegue ser ajudada”, defende uma das delegadas envolvidas para reportagem de Super Notícia.



Sandro está no 2º encontro dos atos de que deve participar.

Traição

Por trás de muitas brigas, está o medo de ser traído. “Cerca de 70% dos homens têm um celular e um aplicativo. Quando a mulher não está monitorada, o celular é usado para se comunicar com ela”, afirma.

na Pedro”, de 24 anos, que está no sexto encontro do Diálogo. Ele foi preso em flagrante, durante uma briga de casal, porque entregou o celular que defendia a mulher. Por cima — ou posse, afirma ele —, Pedro tenta voltar a mulher de tração. “Eu poderia pagar o celular (flagrante), mas a polícia em casa. Ainda bem que não conseguiu isso, porque ele já está de trabalho, e com o dinheiro dele a gente consegue mais coisas legais. Antes mesmo de ser preso. Agora vou fazer o que eu quiser”, afirma ele. (JS)

ANEXO 11

NÚCLEO DE FACILITAÇÃO DO DIÁLOGO – DIALOGAR

TERMO DE COMPROMISSO

N.º Processo: 0024. _____

Participante: _____

A participação no Grupo Reflexivo do Programa de Comunicação de Rotina do DIALOGAR/SIPJ/PCMG é obrigatória por tratar-se do cumprimento de medida judicial prevista na Lei de Execução Penal, conforme se segue no Art. 152 da Lei Nº 7.210 de 11/07/1984:

“Parágrafo único: Nos casos de violência doméstica contra a mulher, o juiz poderá determinar o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação. (Incluída pela Lei Nº 11.340, de 07 de agosto de 2006).”

Regras de Funcionamento:

1. As oficinas serão conduzidas pelos Facilitadores ao Diálogo, com profissionais da Psicologia e do Serviço Social e composta por 10 participantes encaminhados pela Justiça;
2. É obrigatório o comparecimento aos 08 (oito) encontros com duração de duas horas, que ocorrerão duas vezes por semana;
3. Durante os encontros manter o celular desligado;
4. A frequência e a participação nos encontros são de fundamental importância para as reuniões;
5. Na necessidade de faltar a algum encontro, deverá haver prévia justificativa;
6. Abandono, faltas, atrasos ou não cumprimento do horário serão devidamente informados ao juiz, o que caracteriza descumprimento da medida judicial, cujas consequências poderão ser prejudiciais;
7. Eventualmente, por motivo de força maior, os encontros agendados poderão sofrer alteração e serão previamente informados, sendo agendados posteriormente.

Esta oficina será realizada às _____, no horário das _____ às _____.

Datas dos Encontros:

1º Encontro	2º Encontro	3º Encontro	4º Encontro
5º Encontro	6º Encontro	7º Encontro	8º Encontro

Estou ciente de que fui orientado das regras de funcionamento do Grupo Reflexivo do Programa de Comunicação de Rotina do DIALOGAR/SIPJ/PCMG.

Belo Horizonte, ____ de _____ de _____

Assinatura

ANEXO 12



SUPERINTENDENCIA DE INVESTIGAÇÃO E POLÍCIA JUDICIÁRIA
COORDENAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS DA POLÍCIA CIVIL
DIALOGAR – COORDH/SIPJ

Nº /DIALOGAR/ASSDH/SIPJ/2013

Processo: 0024.14.XXX.XXX-X

Participante:

Belo Horizonte, maio de 20- .

Meritíssimo Juiz,

Pelo presente, encaminho a Vossa Excelência a inclusa comunicação acerca da participação de, no Grupo Reflexivo ministrado pelo Núcleo de Facilitação ao Diálogo – DIALOGAR, que foi encaminhado por esta Vara Criminal para frequentar o aludido projeto por força de Medida Protetiva determinada pelo Poder Judiciário.

Respeitosamente,

Mommm Mommmm Mommm

Delegada Geral de Polícia

MASP XXXXXX-X

Coordenação de Acompanhamento de projetos de Polícia Comunitária,
Promoção dos Direitos Humanos e Prevenção à Criminalidade/ASSDH/SIPJ

Exmo. Senhor

Dr. XXXXXX XXXXXX XXXX

MM. Juiz de Direito da XXª Vara Criminal

Avenida Olegário Maciel, 600 – 2º andar – Centro

Belo Horizonte/MINAS GERAIS

ANEXO 13



SUPERINTENDENCIA DE INVESTIGAÇÃO E POLÍCIA JUDICIÁRIA
ASSESSORIA DE DIREITOS HUMANOS DA POLÍCIA CIVIL
NÚCLEO DE FACILITAÇÃO AO DIÁLOGO
DIALOGAR

Processo: 0024.

Participante: xxxx xxxxx xxxx

Comunicação (faz).

Assunto: Não Inscrição de Participação de Grupos Reflexivos.

Senhora Delegada,

Informo a Vossa Excelência que o senhor xxxxxx xxxx xxxxx não compareceu a ao Núcleo de Facilitação ao Diálogo – Dialogar- para fazer sua inscrição para participação nas Oficinas de Grupo, conforme determinação do Juízo da 13ª Vara Criminal de Belo Horizonte/MG.

Belo Horizonte,

XXXX XXXX XXXXX

Gerente do Núcleo de Facilitação do Diálogo – DIALOGAR

Psicólogo CRP xx.xx/4ª

Exma. Senhora

Dr. Xxxx xxxxx xxxxx

DD. Delegada Geral de Polícia

Rua Bernardo Guimarães, 1571 – 2º andar – Funcionários

Belo Horizonte/MINAS GERAIS

ANEXO 14



DEPARTAMENTO DE ORIENTAÇÃO E PROTEÇÃO À FAMÍLIA
DIVISÃO ESPECIALIZADA DE ATENDIMENTO A MULHER, AO IDOSO E AO DEFICIENTE FÍSICO
DELEGACIA DE ATENDIMENTO A MULHER

**PROJETO DIALOGAR****COMUNICAÇÃO DE FALTAS**

Processo: 0024.13.

Participante: .

Senhora Delegada,

Informamos que o senhor não compareceu a reunião/encontro no dia 06/11/2013 da Oficina referente ao programa de Comunicação de Rotina do projeto Dialogar, ministrado pela Divisão Especializada de Atendimento à Mulher, Idoso e ao Portador de Deficiência da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais.

Posto isto, esclarecemos que o(a) mesmo(a) fora orientado(a) das consequências do não comparecimento às Oficina do projeto DIALOGAR.

À consideração de V. Exa.

Belo Horizonte 06 de novembro 2013.

ANEXO 15

NÚCLEO DE FACILITAÇÃO DO DIÁLOGO – DIALOGAR**PARTICIPANTES DA OFICINA DE HOMENS – DECISÃO JUDICIAL**

Oficina Nº: ____ Dia da Semana: _____ Horário: de _____ às _____
horas

1	Processo:	
	Participante:	
2	Processo:	
	Participante:	
3	Processo:	
	Participante:	
4	Processo:	
	Participante:	
5	Processo:	
	Participante:	
6	Processo:	
	Participante:	
7	Processo:	
	Participante:	
8	Processo:	
	Participante:	
9	Processo:	
	Participante:	
10	Processo:	
	Participante:	
11	Processo:	
	Participante:	
12	Processo:	
	Participante:	
13	Processo:	
	Participante:	

ANEXO 16

NÚCLEO DE FACILITAÇÃO DO DIÁLOGO – DIALOGAR**PARTICIPANTES DA OFICINA DE HOMENS – DECISÃO JUDICIAL** oficina Nº:

____ Dia da Semana: _____ Horário: de _____ às _____ horas

Processo:	
Participante:	

	Data	Assinatura
1		
2		
3		
4		
5		
6		
7		
8		

Belo Horizonte ____ de _____ de 201__.

ANEXO 17

NÚCLEO DE FACILITAÇÃO DO DIÁLOGO – DIALOGAR

OFICINA – DECISÃO JUDICIAL

Próximo Agendamento

Oficina Nº: _____

Data de início : ____/____/20____

Dia da Semana: _____

Horário: _____ horas às _____ horas

Nº de oficinas	Data
1º	
2º	
3º	
4º	
5º	
6º	
7º	
8º	
9º	
10º	

Quantidade de inscritos (Marcar no ato do atendimento):

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

ANEXO 18**RESOLUÇÃO , DE DE DE2015**

Institui a COORDENAÇÃO de Direitos Humanos na Superintendência de Investigação e Polícia Judiciária da Polícia Civil de Minas Gerais.

O CHEFE DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS, usando das atribuições que lhe conferem o inciso III, do § 1º, do artigo 93, da Constituição do Estado de Minas Gerais, o artigo 4º da Lei Delegada nº 101, de 29 de janeiro de 2003, e os artigos 3º, incisos I, II e IV, e 22, incisos I e X, da Lei Complementar nº 129, de 08 de novembro de 2013,

Considerando a Resolução nº 6.732, de 05 de abril de 2004, que prevê o sistema de supervisão e monitoramento dos projetos que integram o Plano Estadual de Segurança Pública e o planejamento institucional no âmbito da Polícia Civil,

Considerando a necessidade da polícia judiciária promover e proteger os direitos humanos de grupos ou indivíduos, quando violados em razão da violência e da criminalidade, impactando as liberdades fundamentais e a dignidade humana, adoção de prática determinada pela Constituição Federal, costumes, princípios, diretrizes, declarações, tratados ou convenções e normas internacionais,

Considerando o Programa de Governo 2015-2018, prevendo propostas para um Estado mais seguro e na defesa da vida, priorizando as ações de prevenção, a constituição de uma polícia cidadã, próxima da comunidade, atuando em rede,

Considerando que os projetos e ações que vem sendo executados pela polícia judiciária, quando constatadas as violações de direitos humanos, são técnicas empregadas em conformidade com a filosofia de polícia comunitária, capazes de aferir a violência e a criminalidade territorial, permitindo avaliar estratégias para resgatar a cidadania,

RESOLVE:

CAPÍTULO I

Art.1º Fica instituída a COORDENAÇÃO de Direitos Humanos na Superintendência de Investigação e Polícia Judiciária que tem por finalidade fomentar ações para a promoção e a proteção de direitos humanos, a adoção de práticas de polícia comunitária e resolução de conflitos, competindo-lhe:

I - desenvolver projetos de integração da PCMG com a comunidade, instituições públicas e privadas de ensino e pesquisa e demais órgãos que participam do Sistema Integrado de Defesa Social, representando a Polícia Civil frente aos co-participantes nesta estratégia, propondo parcerias e intercâmbios, objetivando o aperfeiçoamento qualitativo das atividades de promoção e proteção dos direitos humanos e da prevenção à criminalidade e violência;

II - monitorar programas e instrumentos de proteção dos direitos humanos no âmbito das unidades policiais civis subordinadas à Superintendência de Investigação e Polícia Judiciária;

III - formular estratégias de atuação da PCMG que minimize os efeitos do delito em relação às vítimas, testemunhas e terceiros;

IV - subsidiar as unidades policiais civis subordinadas à Superintendência de Investigação e Polícia Judiciária na adoção de práticas de resolução de conflitos e proteção de grupos e indivíduos destinatários de atenção especial;

V - coordenar e supervisionar os núcleos de atendimento ao cidadão, através de equipe técnica interdisciplinar, monitorando as ações de promoção e proteção dos Direitos Humanos e Prevenção à Criminalidade e violência no âmbito das unidades policiais do Estado;

VI - promover as capacitações dos profissionais para o desenvolvimento do trabalho inerente ao exercício da função e do núcleo de atendimento, cabendo à Academia de Polícia Civil o processamento da respectiva instrução;

VII - fomentar a elaboração de projetos de promoção e proteção de direitos humanos e prevenção à criminalidade e violência, intermediando a submissão de propostas de convênios ao Sistema de Monitoramento e Supervisão de

projetos Institucionais, para obtenção de recursos advindos dos governos federal, estadual ou municipais e instituições privadas, preferencialmente de ensino e pesquisa; e

VIII - estruturação técnico-científica dos dados e conhecimentos produzidos durante a execução dos programas de polícia comunitária pelos núcleos de atendimento, para fins de aferição dos resultados das ações como ferramentas de prevenção criminal, promoção e proteção dos direitos humanos e cidadania, elaborando estatísticas, relatórios técnicos e documentos correlatos na busca do aperfeiçoamento qualitativo e ampliação das ações em todo o Estado.

Capítulo II

Art. 2º A COORDENAÇÃO de Direitos Humanos passa a ter a seguinte estrutura:

I - Núcleo Especial Criminal - NECRIM;

II - Núcleo de Atendimento e Cidadania à População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - NAC-LGBT;

III - Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes Raciais e de Intolerância Religiosa – NAVCRADI;

IV - Núcleo de Facilitação do Diálogo – DIALOGAR

Seção I

Art. 3º O Núcleo Especial Criminal tem como finalidade a mediação e a conciliação de conflitos, competindo-lhe:

I - gerar disposições éticas e políticas nos domínios individuais ou comunitários, para a restauração de convivências pacíficas, não substituindo quaisquer procedimentos legais previstos no ordenamento jurídico;

§ 1º para os efeitos desta Resolução, a mediação de conflitos interpessoais e comunitários é uma técnica de gestão pública para mitigação de problemas que indicam riscos de aumento da criminalidade e da violência, sendo aplicável mesmo em ambientes de ilícito consumado, minimizando os efeitos

subseqüentes que apontem para o agravamento de tensões e cometimento de novas infrações penais, sendo uma atividade de natureza extrapenal e extrajudicial, voluntária e confidencial, salvo o acordo final.

Seção II

Art. 4º O Núcleo de Atendimento e Cidadania à População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais tem como finalidade o atendimento qualificado à população LGBT, vítima de infrações penais, em razão de identidade de gênero e orientação sexual, competindo-lhe:

I - acolhimento e orientação à população LGBT, vítima de infração penal, em razão de identidade de gênero e orientação sexual, encaminhando as demandas para a rede parceira, de forma a obter-se a prestação de serviços disponíveis, e às unidades policiais civis, de base territorial ou especializada competentes, para a apuração do ilícito;

II - ministrar cursos.

Seção III

Art. 5º O Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes Raciais e de Intolerância tem como finalidade o atendimento especializado às vítimas de discriminação por utilização de elementos de raça, cor, etnia, religião ou origem e de delitos de intolerância, competindo-lhe:

I - acolhimento e orientação qualificada às vítima de crimes raciais e de intolerância, encaminhando-as para a rede parceira, de forma a obter-se a prestação de serviços disponíveis, e às unidades policiais civis, de base territorial ou especializada competentes, para a apuração do ilícito;

II - ministrar cursos ..

§ 1º consideram-se crimes de intolerância.....

Seção IV

Art 6º O Núcleo de Facilitação do Diálogo – DIALOGAR tem como finalidade a prevenção e o enfrentamento à violência e criminalidade, competindo-lhe:

I - executar ações de reflexão dos envolvidos na violência, seja doméstica, de gênero e de conflitos interpessoais e intrapessoais, decorrentes de violência doméstica e outros tipos de violências;

II - acolhimento, atendimento individualizado e orientação a mulher, ao homem, as pessoas que sofrem de discriminação fenotípica (exceto de raça, religião e homofobia) e de perfil vulnerável que procuram, espontaneamente, ou são encaminhadas pelas unidades da PCMG e a rede parceira de proteção.

§ 1º consideram-se discriminação fenotípica toda distinção, exclusão ou preferência das características observáveis ou caracteres de um organismo ou população como, por exemplo: morfologia (baixos, altos, fortes, musculosos, gordos, magros, dentre outros), propriedades bioquímicas ou fisiológicas (doenças como Hanseníase, Epilepsia, Vitiligo, portadores de HIV, dentre outros).

§ 2º consideram-se perfil vulnerável a pessoa que está suscetível a ser ferida, ofendida ou tocada, que possui maior fragilidade perante outros grupos da sociedade, que possui condições sociais, culturais, políticas, étnicas, econômicas, educacionais e de saúde diferente de outras pessoas, o que resulta em uma situação desigual. Exemplo: Crianças e adolescentes; Mulheres grávidas; Idosas e idosos; Deficientes; Pessoas com incapacidade mental; Pessoas com transtornos mentais; Pessoas com educação limitada ou pessoas analfabetas; Pessoas com poucos recursos econômicos, que podem ter acesso limitado a serviços de saúde; Trabalhadores do sexo ou homossexuais; Moradores de rua; Sem tetos; Sem lares; Sem terra; Usuários de drogas; Prisioneiros / Detentos.

§ 3º As delegacias de polícia são os ambientes irradiadores da execução das políticas de mediação de conflitos, dirigida por um mediador treinado e designado pelo Chefe de Polícia Civil, para atuar nas unidades operacionais;